

RAFAEL DE SOUZA TIMMERMANN

**A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DOS ENUNCIADOS: UMA
INTERFACE POSSÍVEL ENTRE AS CONCEPÇÕES DIALÓGICA E
ARGUMENTATIVA DE LINGUAGEM**

Passo Fundo

2014

RAFAEL DE SOUZA TIMMERMANN

**A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DOS ENUNCIADOS: UMA
INTERFACE POSSÍVEL ENTRE AS CONCEPÇÕES DIALÓGICA E
ARGUMENTATIVA DE LINGUAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, sob a orientação da Prof^a. Dr. Telisa Furlanetto Graeff.

Passo Fundo

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida.

Aos meus pais, irmão e cunhada, minha família, que, mesmo sem compreender exatamente o que eu estudo, sempre me apoiarem, em todas as jornadas em que embarco.

Àquela que, de uma maneira inesperada, passou perto de mim há quase 10 anos atrás e roubou todos os meus sentidos para si, eu agradeço, pela paciência e presença constantes durante esta etapa da vida e de todas as outras e, também, por atualizar o meu currículo Lattes: Talita Abi (Timmermann), minha melhor amiga, namorada, noiva, futura esposa.

Aos meus amigos, que compreenderam (quase sempre) minha ausência em várias situações e participaram comigo de momentos de alegria e de outros não tão bons durante o mestrado. Sou grato àqueles que estiveram comigo na linha de frente da batalha, cada um a sua maneira, mas igualmente importantes: Milton Gross Jr., Mark Fürstenau, Tiago Lammers, Giliane Dessbessell e Cheila Araujo.

A toda equipe da Headway Idiomas: meu chefe, por concordar com minhas alterações de horário constantes para a realização do mestrado, meus colegas de trabalho e alunos que, mesmo sem saber, contribuíram para a realização deste trabalho e alegraram meu dia-a-dia.

Aos meus colegas de curso, que fizeram parte desta caminhada repleta estudos, risadas, artigos, crises e, acima de tudo, troca de experiências.

A minha fantástica orientadora, Prof^ª Dr. Telisa Furlanetto Graeff, por compartilhar seu conhecimento e por me guiar na realização deste trabalho de forma séria, objetiva e bem-humorada.

A todos os professores do PPGL da Universidade de Passo Fundo que contribuíram para a minha formação profissional e pessoal, bem como àqueles que me incentivaram desde a graduação em Letras na Universidade de Cruz Alta.

A todos que, de alguma forma, fazem ou fizeram parte da minha vida e, conseqüentemente, deste trabalho.

E, por fim, a todos que não acreditaram na minha capacidade de atingir minhas metas. A estes, sou grato, deram-me força e motivação para prosseguir.

Calvin: It's a magical world, Hobbes, ol' buddy... let's go exploring.
[Calvin: É um mundo mágico, Hobbes, meu velho amigo... vamos lá explorar.]
(Bill Watterson | Última tira de Calvin & Hobbes)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo mostrar, através de análises de quatro tiras de Calvin & Hobbes (WATTERSON, 2014), a interface possível entre as concepções dialógica e argumentativa de linguagem, no que diz respeito ao movimento de construção do sentido dos enunciados. Essa proposta de interface, que serviu como questão norteadora para a realização desta dissertação, foi sugerida no artigo intitulado *O encadeamento argumentativo como doador de sentido na análise dialógica do discurso e na semântica argumentativa* (GRAEFF; TIMMERMANN, 2014a), na revista *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*. Segundo os autores, o movimento realizado para dar a completude do sentido dos enunciados na concepção dialógica de linguagem, exposto por Voloshinov (1926/2012), no texto *Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics*, apresenta muita semelhança com o movimento de construção do sentido definido por Ducrot (1990) na fase *Standard* Ampliada da Teoria da Argumentação na Língua (ADL), uma vez que, tanto para Voloshinov como para Ducrot, a compreensão do sentido total do enunciado (ou dos predicados que compõem um enunciado) é garantida por fatores extraverbais não explícitos linguisticamente, encontrados no mundo, compartilhados pelos participantes da interação verbal. Essa aproximação foi provada nas análises realizadas. Nelas, a partir dos discursos apresentados pelos personagens nas tiras, foram destacados os contextos imediato (da situação) e mediato (de cada personagem), o que culminou na explicitação verbal dos fatores presumidos em forma de *topos*, concretizando, assim, o movimento de construção do sentido dos enunciados: em ambas as concepções de linguagem, parte-se do material linguístico, buscando uma justificação extraverbal que garanta a conclusão realizada. Além disso, pode-se destacar a contribuição da fase atual da ADL, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), com a inclusão dos encadeamentos argumentativos transgressivos e sua descrição linguística da construção do sentido dos enunciados, através da interdependência semântica entre os predicados do encadeamento argumentativo, considerada por essa teoria a unidade semântica básica portadora de sentido. Enfim o estudo foi desenvolvido e com ele destacou-se a contribuição que os fundamentos de cada concepção de linguagem oferecem uma à outra.

Palavras-chave: Análise dialógica. Análise argumentativa. Entimema. *Topos*.

ABSTRACT

This work aims to show, through analyzes of four Calvin & Hobbes comic strips (WATTERSON, 2014), the possible interface between the dialogical and the argumentative conceptions of language, in relation to the construction movement of the utterances' meaning. This proposed interface, which served as a guiding question for the realization of this dissertation, was suggested in the article entitled *The argumentative sequence as a donor of meaning in the dialogic discourse analysis and in the argumentative semantics* (GRAEFF; TIMMERMANN, 2014b), in the journal *Bakhtiniana - Journal of Discourse Studies*. According to the authors, the movement performed to give the fullness of the utterances' meaning in the dialogical conception of language, exposed by Voloshinov (1926/2012), in the text *Discourse in life and discourse in art - Concerning sociological poetics*, presents many similarities with the construction movement of the meaning defined by Ducrot (1990) in the Extended Standard phase of the Theory of Argumentation Within Language (AL), since, for both Voloshinov and Ducrot, the understanding of the full meaning of the utterance (or of the predicates that make up an utterance) is granted by extra-verbal factors, which are linguistically non-explicit, found in the world, shared by the participants of the verbal interaction. This approach has been proven through the analyzes. In them, from the lines given by the characters in the strips, the immediate (the situation) and mediate (of each character) contexts were highlighted, culminating in the verbal explanation of the presumed factors shaped as *topos*, thus materializing the construction movement of the utterances' meaning: starting with the linguistic material, seeking an extra-verbal justification to ensure the performed conclusion. Moreover, the contribution of AL's current version, the Theory of the Semantic Blocks (TSB), was underlined, with the inclusion of transgressive argumentative sequences and its linguistic description of the utterances' meaning construction, through the semantic interdependence between the predicates of the argumentative sequence, which is considered by this theory the basic semantic unit that carries meaning. Finally the study was developed and the contribution which both conceptions of language offer a language to one another was shown.

Keywords: Argumentative analysis. Dialogical analysis. Enthymeme. *Topos*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dia perfeito	74
Figura 2: Enunciado/Fatores presumidos/Conclusão	75
Figura 3: Argumento/ <i>Topos</i> /Conclusão	77
Figura 4: Livro atrasado	81
Figura 5: Dia da Independência	88
Figura 6: Cidadão americano	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gradualidade do <i>topos</i>	56
-----------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadrado argumentativo	68
----------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DE LINGUAGEM	16
2.1 DIALOGISMO: FUNDAMENTOS E CONCEITOS	17
2.2 O ENUNCIADO E SUAS CARACTERÍSTICAS	23
2.3 A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DOS ENUNCIADOS	30
3. A CONCEPÇÃO ARGUMENTATIVA DE LINGUAGEM	42
3.1 ADL: FUNDAMENTOS E CONCEITOS	43
3.2 ADL <i>STANDARD</i>	48
3.3 ADL <i>STANDARD</i> AMPLIADA	53
3.4 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	60
4. A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DOS ENUNCIADOS: UMA INTERFACE POSSÍVEL ENTRE AS CONCEPÇÕES DIALÓGICA E ARGUMENTATIVA DE LINGUAGEM	72
4.1 <i>CORPUS E</i> PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	72
4.2 LEITURA DAS TIRAS	74
4.2.1 Tira 1 – Dia perfeito	74
4.2.2 Tira 2 – Livro atrasado	81
4.2.3 Tira 3 – Dia da Independência	88
4.2.4 Tira 4 – Cidadão americano	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos iniciais da escola, os alunos são instigados a interpretar textos e compreender ideias gerais ou propor discussões acerca de um assunto linguisticamente materializado num texto, como charges, tiras, entre outros; isso é possível porque, na aquisição da língua materna, o ser humano é exposto a interpretações, primeiramente de gestos ou sons e, conforme o desenvolvimento da criança, textos na forma de palavras, orações, períodos, enunciados, discursos. A interação ocorre a partir da compreensão desses discursos verbais e não verbais, inserindo, assim, o sujeito numa determinada comunidade, inicialmente pequena, a família e, posteriormente, a rede de contatos se torna significativamente maior, sempre devido à utilização da linguagem. Compreender o sentido do que se fala (no sentido popular) instiga pesquisa, fato que gerou o interesse pessoal para aprofundamento dos saberes na área linguística do discurso e da enunciação, que abrange várias teorias, com princípios diferentes, cada uma em sua singularidade, que contribuem para o desenvolvimento científico e para a compreensão da sociedade como um todo, visto que ela se organiza verbalmente através da língua.

Neste trabalho, cujo tema propõe um estudo que relaciona duas concepções de linguagem no que diz respeito à construção do sentido dos enunciados, tratamos das ideias caras à concepção dialógica de linguagem, com base em Voloshinov (1929/2009, 1926/2012) e Bakhtin (1952-53/2011); e à concepção argumentativa de linguagem, proposta ao longo do desenvolvimento dos estudos linguísticos de Oswald Ducrot (1990), com as contribuições de Jean-Claude Anscombe, inicialmente, e juntamente com Marion Carel (2005) na fase atual da teoria.

Nosso objetivo geral é demonstrar a interface possível entre as duas concepções de linguagem mencionadas, a dialógica e a argumentativa, analisando quatro tiras criadas por Bill Watterson (2014), em cujos enredos circulam o menino Calvin, sua família e seu tigre de pelúcia, Hobbes (na imaginação de Calvin, Hobbes é um tigre de verdade, seu amigo). As tiras utilizadas estão escritas na língua inglesa, visto que a versão original é neste idioma.

Além disso, no que diz respeito aos objetivos específicos, pretendemos compreender e destacar os fundamentos das duas teorias a respeito da construção do sentido dos enunciados; mostrar a interface proposta entre as teorias através das análises realizadas; sublinhar a contribuição da TBS, no que tange ao entendimento puramente linguístico dos enunciados, ressaltando o desenvolvimento da teoria, isto é, o processo que conduziu os autores na

elaboração dela; e, por fim, apontar para possíveis estudos posteriores, no âmbito das duas concepções de linguagem, com vistas às contribuições de uma à outra.

Esta dissertação apresenta uma parte teórica, uma metodológica e uma analítica. A primeira parte, que contempla a discussão do aparato teórico, é dividida em dois capítulos, sendo o primeiro relativo à concepção dialógica de linguagem e o segundo, à concepção argumentativa de linguagem. O terceiro capítulo apresenta a proposta de interface entre as concepções, assim como a apresentação do *corpus* escolhido e o percurso realizado na análise deste. As análises mostram como a proposta aqui apresentada se aplica aos discursos, a fim de justificar a hipótese de interface entre as concepções de linguagem que sugerimos.

A concepção dialógica de linguagem, discutida no primeiro capítulo deste trabalho, entende o signo como ideológico, pois as palavras em si não possuem sentido. Locutor e interlocutor(es), sócio-historicamente situados, numa situação real de enunciação, alternam entre si discursos que complementam o sentido a ser criado. Os enunciados, então, possuem a característica de sempre responderem a algo, uma vez que os interlocutores têm um papel ativo na enunciação, isto é, compreendem e avaliam a situação diante de um horizonte espacial comum. Dessa forma, pode-se afirmar que os enunciados só ganham valor real, quando articulados com a situação extraverbal que os engendrou. Voloshinov (1926/2012) compara o enunciado concreto ao entimema retórico, isto é, um silogismo do qual uma das premissas é omitida, porém presumida pela comunidade linguística. Da mesma forma, o enunciado concreto está intrinsecamente ligado a um fator presumido, compreensível pelos interlocutores, o contexto extraverbal, que garante a compreensão total do sentido do enunciado.

No segundo capítulo, é focalizada a Teoria da Argumentação na Língua, seus fundamentos teóricos e suas fases, destacando as noções de enunciado e sentido na concepção argumentativa proposta por Ducrot e seus colaboradores. A primeira fase da teoria é conhecida como fase *Standard* e é, basicamente, o retrato dos primeiros passos de uma teoria em seu desenvolvimento. Nessa fase, é apresentada a noção de que as palavras portam argumentações e o sentido é dado a partir das conclusões que um primeiro segmento (argumento) permite evocar e, principalmente, que o sentido está na língua, sendo ela suficiente para explicar a si mesma, propondo, assim, um estudo puramente linguístico. No entanto, Ducrot (1990) percebeu que havia uma necessidade de justificar as escolhas de conclusões, incluindo, então, os *topoi* (termo adaptado da retórica aristotélica), princípios argumentativos encontrados extralinguisticamente no mundo, um lugar comum que garantiria a passagem do argumento para a conclusão. Com a inclusão desses princípios denominados *topoi* (*topos*, no singular), tem-se a segunda fase da teoria, a fase *Standard* Ampliada. Assim, a construção do sentido de

um enunciado se dava a partir de três elementos, a saber: duas materialidades linguísticas (o argumento e a conclusão) e um não linguístico, o *topos* que garantia a passagem do argumento para a conclusão. Até então, eram considerados como conectores entre argumento e conclusão conjunções conclusivas, como *portanto*, por exemplo. Marion Carel (1995) percebeu a existência de outro conector, o *pourtant* do francês, que no português traduzimos como *mesmo assim*. Além disso, Carel, em sua tese de doutorado, trouxe à tona o problema do acréscimo dos *topoi* para a justificação da passagem do argumento à conclusão. Segundo ela, a utilização do *topos* estava em desacordo com as bases estruturalistas da teoria da argumentação, que buscava uma análise unicamente linguística da língua. Enquanto, de um lado, os *topoi* eram uma saída para justificar a relação entre argumento em conclusão, de outro, como um “Cavalo de Troia”, feria a tese proposta. Com isso, Carel e Ducrot (2005) passaram a desenvolver a tese da autora: a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). A TBS é a forma mais atual da teoria e é uma versão técnica que rechaça qualquer noção de inferência ou passagem do argumento para a conclusão, bem como exclui o *topos* como justificativa dessa passagem. Nessa fase, é introduzida a noção de interdependência semântica entre os segmentos dos encadeamentos argumentativos. Esses encadeamentos são formados por dois predicados ligados por um conector, normativo (do tipo de portanto) ou transgressivo (do tipo de mesmo assim). Como fora dito, não há passagem do primeiro para o segundo predicado, há interdependência entre eles, ou seja, os dois constroem apenas um único sentido, um segmento já contendo o outro em sua argumentação.

Nossa proposta de interface possível entre as concepções de linguagem, no que tange à construção do sentido dos enunciados, que consiste na questão norteadora deste trabalho, foi sugerida, recentemente, no artigo intitulado *O encadeamento argumentativo como doador de sentido na análise dialógica do discurso e na semântica argumentativa* (GRAEFF, TIMMERMANN, 2014a). Nesse artigo, mostra-se que o movimento de construção dos enunciados realizado na concepção dialógica de linguagem guarda muita semelhança com o movimento proposto por Ducrot (1990) na fase *Standard Ampliada* da Teoria da Argumentação na Língua, pois a compreensão do sentido total do enunciado (ou dos predicados que compõem um enunciado) é garantido por um princípio argumentativo comum e compartilhado pelos participantes do discurso. Enquanto, por um lado, Voloshinov (1926/2012) trata do enunciado concreto como uma forma de entimema, cuja premissa principal não é evidente, mas conhecida e interpretada tanto pelo locutor, quanto pelo interlocutor; por outro lado, na concepção argumentativa de linguagem (na fase *Standard Ampliada*), o enunciado era compreendido como uma unidade linguística, cujo primeiro segmento (argumento) era concluído por um segundo segmento, devido à justificação que um princípio argumentativo (*topos*) reconhecido pelo

interlocutor lhe permitia. Cumpre destacar que a Teoria dos Blocos Semânticos, fase atual e técnica da Teoria da Argumentação na Língua, entende que o sentido de um enunciado está na argumentação proposta pela língua, isto é, o sentido é construído através da interdependência semântica entre dois predicados ligados por um conector (encadeamento argumentativo); por isso, rejeita a ideia de passagem entre argumento e conclusão e, conseqüentemente, a necessidade de um princípio argumentativo exterior à linguagem que garante essa passagem. Dessa fase da teoria, tomamos a proposta de que há dois tipos de unidades semânticas básicas, a saber os encadeamentos argumentativos normativos (conectados por *portanto*) já propostos pelas fases iniciais da teoria, e os encadeamentos argumentativos transgressivos (conectados por *mesmo assim*), que descrevem discursos que refletem a exceção à regra, a transgressão, o paradoxo. Na semelhança de movimentos de construção do sentido dos enunciados, na concepção dialógica de linguagem e na fase *Standard Ampliada* da Teoria da Argumentação na Língua, reside nossa proposta, visto que, na análise dialógica do enunciado, parte-se do linguístico, um argumento, e busca-se extralinguisticamente um princípio que garanta a conclusão. Esse princípio, para Ducrot (1990), é um *topos*, um lugar comum, uma crença, algo compartilhado pela comunidade linguística. A função desse princípio é orientar o argumento para a conclusão e, por fim, garantir o sentido do enunciado. A proposta de Ducrot (1990) assemelha-se, para nós, à proposta de Voloshinov (1926/2012), como se aquele realizasse um esboço feito por este.

Não pretendemos, com este trabalho, propor uma nova teoria ou criticar os preceitos desta ou daquela, mas sim promover uma discussão sobre a construção dos sentidos dos enunciados. O que, para alguns, parece ser um trabalho de discussão teórica, vai muito além disso, pois corrobora os estudos de linguagem, permitindo que leitores (principalmente acadêmicos e professores de língua e literatura) tenham ferramentas para compreender textos, discursos, enfim, como funciona a construção do sentido daquilo que se escreve, que se lê, que se fala, uma vez que a sociedade é organizada mediante a interação entre os indivíduos que nela estão inseridos.

2 A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DE LINGUAGEM

Este capítulo apresenta ideias linguísticas discutidas pelo Círculo de Bakhtin, especialmente a respeito dos enunciados e da construção dos seus sentidos, com base na concepção dialógica de linguagem que propuseram.

O Círculo de Bakhtin era composto por um grupo de intelectuais que se reuniu regularmente entre 1919 e 1929, na Rússia. Entre esses pensadores, estavam Mikhail Bakhtin, Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev. Esses três amigos desenvolveram, em suas obras, temas relacionados à linguagem e à literatura, segundo Faraco (2003, p. 13-15). As discussões realizadas por esses estudiosos são encontradas em seus textos, cuja atribuição de autoria, em alguns casos, é duvidosa¹, que culminaram em uma concepção, ainda que, às vezes, não terminada e abrangente, de entendimento da linguagem como dialógica, que leva em consideração os contextos físicos e axiológicos que engendram a criação ideológica e a interação verbal.

Bakhtin e Voloshinov, cujos textos são base para a elaboração deste trabalho, direcionam seus leitores a compreenderem que mesmo um diálogo simples, entre dois interlocutores, possui um caráter social inseparável da enunciação verbal, tratando das relações dialógicas, não como uma sequência alternada de discursos puramente linguísticos, mas como uma relação entre índices sociais de valor, entre pessoas que são socialmente organizadas e historicamente situadas e afetadas.

A primeira parte deste capítulo aborda a trajetória realizada por Voloshinov (1929/2009, p. 71-132) para a construção de seu pensamento no que tange à realidade concreta da língua, perpassando conceitos de duas correntes teóricas, as quais norteavam o pensamento da época em que o Círculo desenvolvia seus debates: o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista.

Após a discussão a respeito da crítica ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo individualista feita pelo autor, destacamos, na segunda parte deste capítulo, o que é enunciado², segundo a concepção dialógica de linguagem, bem como os aspectos que caracterizam os enunciados.

¹ Neste trabalho, respeitaremos as autorias das edições originais dos textos.

² Ou enunciação, ou resultado e processo do ato verbal, como destaca Bubnova (2009, p. 46), em uma nota explicativa, a questão de tradução da palavra russa *vyskazyvanie*.

Para concluir a discussão teórica acerca da concepção dialógica de linguagem, a terceira parte do capítulo contempla as questões pertinentes à construção do sentido dos discursos, com base, principalmente, no texto *Dicourse in life and dicourse in art – Concerning sociological poetics*, de Voloshinov (1926/2012).

2.1 DIALOGISMO: FUNDAMENTOS E CONCEITOS

Para desenvolver sua proposta, Voloshinov (1929/2009) discutiu, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, com publicação original em 1929, as duas orientações científicas que norteavam os estudos linguísticos à época (e, ainda, norteiam algumas correntes teóricas) no que diz respeito à abrangência da linguagem, forma e conteúdo interligados, não desmerecendo seu valor científico específico, porém refutando sua aplicação generalizada. São as orientações: o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista. A respeito disso, Brait (2011, p. 70) ressalta que se deve reconhecer a pertinência do debate a respeito das concepções de linguagem em questão para, então, formalizar um conceito próprio de linguagem. Por isso, cabe, aqui, comentar essas duas orientações do pensamento filosófico acerca da linguagem, bem como a crítica que Voloshinov (1929/2009, p. 71-132) faz a esse respeito, propondo, assim, uma terceira abordagem da linguagem, não restrita à formalização abstrata ou aos talentos individuais.

O objetivismo abstrato entende a língua como um sistema de normas regenciais imutáveis que dão forma à realidade. Ao caracterizar as proposições dessa orientação, Voloshinov (2009, p. 93) pontua que “o sistema lingüístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta – e isto representa uma de suas proposições fundamentais”.

Para confirmar essa proposição, os adeptos dessa corrente teórica muniam-se de discursos monológicos estudados sincronicamente, como, por exemplo, inscrições em estátuas. A realidade da língua permanecia, então, no sistema de normas sintático-ortográficas, desconsiderando completamente a reflexão individual como forma de expressão materializada nos discursos/textos. Pelo fato de não representar, em nenhum momento, a evolução contínua da língua e o uso da enunciação como necessidade de interação de um locutor relacionado ao contexto em que está inserido, Voloshinov (1929/2009, p. 94) trata como ficção esse tipo de estudo, reiteramos, sincrônico e monológico. Nesse sentido, Teixeira (2005, p. 88) comenta que

Voloshinov “critica a ideia de língua como ‘sistema de normas imutáveis e incontestáveis’, que privilegia a descrição formal, estática e normativa de enunciações monológicas, em detrimento do ‘contexto de enunciações precisas’”.

É a partir dessa crítica que se pode perceber que a proposta de Voloshinov acerca da realidade concreta da língua está na enunciação contextualizada e responsiva, pois ela acontece na interação dialógica entre locutores e interlocutores. No que se refere à compreensão de um enunciado, percebe-se outra falha nos fundamentos do objetivismo abstrato, que propõe o entendimento de uma expressão pela identificação de uma forma: a compreensão é reconhecida a partir do valor contextualizado do signo, pois o sentido se dá no contexto da enunciação e na interação intencional entre locutores, contestando, assim, o sentido formal dos signos e propondo a validade dos estudos segundo os pressupostos do objetivismo abstrato, somente, às línguas mortas.

Por isso, a realização da linguagem viva, isto é, a enunciação (ou o ato enunciativo), não pode ser analisada, simplesmente, levando-se em consideração seu conjunto de regras normativas, pois o sentido real de uma palavra ou expressão só é determinado pelo seu contexto sócio-histórico e ideológico, não por uma significação pré-determinada e generalizada.

Por outro lado, a segunda concepção de linguagem, o subjetivismo individualista, abre mão da rigidez formal e abstrata do objetivismo abstrato e propõe que o conteúdo e a objetivação exterior de uma enunciação, ou seja, tudo que é essencial a esta, parte da consciência individual de um determinado locutor, sendo a expressão dessa consciência baseada no psiquismo do indivíduo e exteriorizada por meio de um código de signos alheios ao locutor e comuns à determinada comunidade (VOLOSHINOV, 1929/2009, p. 114-120). Nesse sentido, Clark e Holquist (2008, p. 244) destacam que “por ser social a lógica das regras de linguagem, elas nunca podem ser hipostasiadas em formas neoplatônicas geradas por indivíduos a partir da pura energia da própria subjetividade de cada um”.

A partir desse comentário, percebe-se, como fora mencionado anteriormente, que a realidade da língua está proposta na interação, por isso a atividade mental de um locutor, o conteúdo que ele deseja exprimir e a objetivação externa – enunciação – são o produto de uma interferência socioideológica que se dá na interação entre indivíduos. A respeito disso, Faraco (2001, p. 32) expressa que “a consciência individual se constrói na interação e o mundo da cultura tem primazia sobre a consciência individual”. Esse fato é completamente desconsiderado pelo subjetivismo individualista, posto que seus fundamentos estão em uma criação verbal estritamente individual, alheia a qualquer afetação exterior (social).

Assim, entende-se que o contexto social influencia a formação da atividade mental individual que, uma vez expressa em forma de uma enunciação, “adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala e, acima de tudo, aos interlocutores concretos” (VOLOSHINOV, 1929/2009, p. 122). Dessa forma, somente relacionada ao contexto extraverbal e aos interlocutores potenciais, uma atividade mental materializada toma forma de conteúdo real, orientado socialmente. Portanto, os fundamentos do subjetivismo individualista são rejeitados, uma vez que o que organiza a enunciação não é, apenas, o interior/individual, mas sim o meio social que envolve o indivíduo.

Em relação ao meio em que os indivíduos estão inseridos, Voloshinov (1929/2009, p. 109) afirma que há uma infinidade de contextos possíveis, logo há um número incontável de significações que podem ser atribuídas a esta ou àquela palavra. Por isso, pode-se dizer, então, que a enunciação é o resultado de um ato de fala único contextualizado, de natureza social.

Mesmo sendo um ato individual, a enunciação não pode ser entendida apenas como a expressão de uma atividade mental do sujeito falante desvinculada da realidade social em que é realizada. Em outras palavras, os contextos social, histórico e ideológico, nos quais o próprio sujeito e seus interlocutores estão inseridos, no momento da realização do ato enunciativo, estão ligados a essa enunciação. Portanto, uma atividade mental, por si só, não possui as condições necessárias para valorar ativamente no plano social, caso sejam desconsiderados os fatores exteriores à enunciação (VOLOSHINOV, 1929/2009, p. 125-127).

Com base nisso, é possível destacar que a realidade concreta da língua, para Voloshinov (1929/2009, p. 127), é a interação verbal. Os atos enunciativos não servem para expressar algo, apenas, mas são responsáveis pela interação entre (inter)locutores, que podem ou não serem diretos, como em um diálogo entre dois vizinhos, por exemplo, mas, também, de uma forma indireta, em que o interlocutor é a representação de uma classe social ou comunidade linguística.

Em função disso, tanto o objetivismo abstrato quanto o subjetivismo individualista são rejeitados, um porque a língua como conjunto de normas imutáveis é uma abstração que só pode ser provada no prisma teórico, e não no seu uso real; e o outro por atribuir apenas à criação individual o funcionamento e a compreensão da língua, excluindo a influência que o meio social tem sobre o indivíduo. Opondo as correntes filosóficas e direcionando ao pensamento de Voloshinov, Clark e Holquist (2008, p. 244) pontuam que

A linguagem não é um conjunto de leis que é completamente objetivo no mesmo sentido, digamos, em que as leis da termodinâmica o são. Tampouco é um conjunto de fenômenos totalmente subjetivos que são distintivos de pessoas individualmente, ao modo, digamos, como as impressões digitais são únicas em relação a cada um de nós.

Nesse sentido, Voloshinov (1929/2009, p. 125-126) destaca a natureza social da enunciação, sublinhando que, tanto a expressão de sua estrutura, quanto a atividade mental humana são naturalmente sociais. Para o autor, “a elaboração estilística da enunciação é de natureza *sociológica* e a própria cadeia verbal, à qual se reduz em última análise a realidade da língua é social. Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a dinâmica da sua evolução” (VOLOSHINOV, 1929/2009, p. 126, grifo do autor).

A enunciação, então, mecanismo de interação social, tem por função comunicar: cada ato expressivo-enunciativo não apenas informa ou expõe uma sensação, como as representações fônicas de animais irracionais, mas sugere uma atitude responsiva por parte de seu interlocutor que pode, ou não, ser exteriorizada verbalmente. A essa interação se dá o nome de diálogo, não somente no seu sentido popular (uma conversa em voz alta entre, no mínimo, dois indivíduos), mas em um âmbito de qualquer comunicação verbal, face-a-face, ou não, como o diálogo de um ato de fala impresso, o livro, e seu leitor. Nesse sentido, Faraco (2003, p. 60) salienta que “o diálogo face-a-face só interessa como um dos muitos eventos em que se manifestam as relações dialógicas – que são mais amplas, mais variadas e mais complexas do que a relação existente entre as réplicas de uma conversa face-a-face”. Em relação à comunicação e ao enunciado como resposta ao dito, comentamos com mais profundidade na segunda parte deste capítulo.

Uma vez que se compreende essa concepção de linguagem baseada em uma análise da realidade concreta da enunciação, entende-se que o ato enunciativo não pode ser analisado separadamente da situação de produção na qual foi realizado, posto que a comunicação verbal está ligada ao todo que influencia ou propõe essa situação.

Sendo assim, a relação que o mundo possui com os signos não é, de forma alguma, direta, uma vez que se dá por meio da interação verbal e nenhuma palavra é capaz de refletir aquilo a que se refere em sua totalidade. De acordo com Voloshinov (1929/2009, p. 47-48), o signo refrata e reflete o mundo e as coisas de maneira subjetiva, pois é ideológico, sempre significando em um determinado meio social, repleto de crenças, pontos de vista e avaliações diversas do objeto comunicado.

Nesse sentido, a concepção dialógica de linguagem permite que o signo seja estudado além da forma e dos códigos, posto que considera o signo relacionado com o mundo que o rodeia, entre os envolvidos no discurso e a ideologia que os interpela. Em outras palavras, a significação não é algo que pode ser isolado da unidade material, o signo, como uma espécie de realidade independente (VOLOSHINOV, 1929/2009, p. 133-135). Pode-se dizer que essa é a base da concepção dialógica do sentido, pois o signo é determinado pela interação social, uma vez que os enunciados, compostos por signos linguísticos, estão inseridos socialmente e se relacionam com outros enunciados, contestando, desse modo, o estudo das palavras isoladas.

Assim, segundo o autor em foco (1929/2009, p. 46-47), as manifestações de linguagem são sempre expressas pela consideração de todos os fatores ideológicos envolvidos, isto é, a comunidade linguística e seus valores, o momento histórico, a situação. É por considerar esses fatores, que os signos passam a expressar valores. No entanto, expressões isoladas, não vinculadas a uma atmosfera social, como um grito de dor ou outro ato involuntário, não possuem um valor social, pois não transmitem uma ideologia.

Dessa forma, todos os signos são resultado de um consenso entre os envolvidos do discurso, que, por sua vez, são indivíduos socialmente organizados. Em função disso, os signos são condicionados por essa organização, bem como pelas condições em que a interação entre os indivíduos acontece (VOLOSHINOV, 1929/2009, p. 45). Baseado nisso, segundo o autor, pode-se afirmar que, se há uma modificação em uma das condições mencionadas, tanto da interferência social dos indivíduos, quanto da situação enunciativa, há também uma modificação do signo. Todos os signos ideológicos (logo, linguísticos) são marcados por um horizonte social de um grupo social e de uma época (VOLOSHINOV, 1929/2009, p. 44-46). Nesse sentido, cabe relatar que os signos, por serem ideológicos, não podem ser substituídos em sua totalidade pelas palavras. Os signos são acoplados às palavras, para que haja a interação, pois essas palavras são comuns, pelo menos, à comunidade linguística. De acordo com Bakhtin (1952-53/2011, p. 270-306), a palavra só ganha sentido no enunciado, servindo sempre como uma resposta a algo. Segundo o autor, uma palavra que não é uma resposta a algo, não é dialógica e, por isso, não possui sentido, possui apenas um significado.

Vale referir que há uma certa diferença entre o pensamento de Voloshinov e de Bakhtin, no que diz respeito ao que é formal e repetível (estruturas da língua) e ao que é mutável/irrepetível (enunciado), como destaca Teixeira (2005), no artigo intitulado *O Círculo de Bakhtin e a linguística: o abstrato e o concreto na constituição do sentido*. A autora discorre que Voloshinov usa a parte estrutural da língua (o repetível) juntamente com o contexto extraverbal da enunciação, entendendo que a linguística tem por objeto de estudo a interação

verbal, cujo resultado é o enunciado (irrepetível). Já Bakhtin, segundo a autora, por outro lado, compreende que essa interação verbal deve ser analisada sob duas formas diferentes: a linguística, que ficaria restrita ao estudo das formas discursivas e uma “metalinguística” que daria conta dos fatores exteriores às orações e frases que determinam a singularidade de um enunciado.

Além de refletir e refratar o sentido de alguma coisa, como fora comentado, o signo faz o mesmo com o sujeito sócio-historicamente situado, pois, na interação verbal, por meio da ideologia, a avaliação do sujeito está inscrita na linguagem, devido às escolhas linguísticas que esse faz naquele dado momento.

Para concluir e organizar o pensamento acerca da realidade concreta da língua, Voloshinov (1929/2009, p. 131-132) pontua que: 1) entender a língua como um sistema de normas é uma abstração no que tange à realidade da língua; 2) a língua evolui ininterruptamente e se realiza na interação social entre locutores através da comunicação verbal; 3) os fatores que regem a evolução da língua são sociológicos, não do psiquismo individual; 4) a evolução criativa da língua está vinculada aos conteúdos e valores ideológicos contextuais; e 5) não existe uma fala individual pura, toda enunciação é uma estrutura social exposta entre enunciadores.

A respeito dessa concepção dialógica de linguagem, Faraco (2003, p. 67) ressalta que

Fica claro, então, que o Círculo de Bakhtin entende as relações dialógicas como espaços de tensão entre enunciados. Estes, portanto, não apenas coexistem, mas se tencionam nas relações dialógicas. Mesmo a responsividade caracterizada pela adesão incondicional ao dizer de outrem se faz no ponto de tensão deste dizer com outros dizeres (outras vozes sociais: aceitar incondicionalmente um enunciado (e sua respectiva voz social) é também implicitamente (ou mesmo explicitamente) recusar outros enunciados (outras vozes sociais) que podem se opor dialogicamente a ela.

Assim, os enunciados, realizados concretamente pelos discursos verbais compõem o meio pelo qual as situações cotidianas da vida se estruturam. A noção de enunciado, nas obras do Círculo, é descrita como “unidade e elo da cadeia de comunicação discursiva. Suas regularidades relativas configuram os gêneros discursivos, práticas sociais dinâmicas que garantem as trocas verbais de indivíduos a partir de diferentes esferas de atividade” (DI FANTI, 2009, p. 241). Partindo desse conceito, a próxima seção deste trabalho aprofunda as reflexões a respeito do enunciado, seu caráter responsivo exposto por Bakhtin (1952-53/2011), bem como outras características dos enunciados que compõem a proposta dialógica de análise linguística.

2.2 O ENUNCIADO E SUAS CARACTERÍSTICAS

A realização concreta da língua acontece, como discutido na seção anterior, na enunciação, não apenas nas formas verbais explicitadas, mas quando essas formas são articuladas numa situação extraverbal real.

Cabe, aqui, mencionar a diferenciação que Bakhtin (1952-53/2011, p. 270-306) realiza a respeito da oração (unidade de língua) e do enunciado (unidade de comunicação discursiva), em vista da dificuldade de suas conceituações e das opiniões divergentes em relação a elas. De acordo com Teixeira (2005, p. 90), o sentido dado pela parte estrutural do enunciado, a oração, é reiterável e sempre igual, enquanto o sentido atribuído pela enunciação é sempre mutável e adaptável. Nesse sentido, Brait e Melo (2005, p. 63) discorrem que “uma mesma frase realiza-se em um número infinito de enunciados, uma vez que esses são únicos, dentro de situações e contextos específicos, o que significa que a ‘frase’ ganhará sentido diferente nessas diferentes realizações ‘enunciativas’”.

Pode-se dizer, então, que às palavras e às orações podem ser atribuídos significados. Elas são unidades significativas da língua. Entretanto elas somente ganham *sentido* quando se tornam enunciados. A respeito disso, para Bakhtin (1952-53/2011, p. 286, grifo do autor),

Quando escolhemos um determinado tipo de oração, não escolhemos apenas para uma oração, não o fazemos por considerarmos o que queremos exprimir com determinada oração; escolhemos um tipo de oração do ponto de vista do enunciado *inteiro* que se apresenta à nossa imaginação discursiva e determina a nossa escolha.

Portanto, mesmo significando linguisticamente algo, uma oração é incapaz de propor a atitude responsiva do interlocutor. “Em outras palavras, a diferença entre o enunciado e frase (ou oração), unidade de língua, consiste no fato de que o primeiro é necessariamente produzido num contexto particular, e que é sempre social, enquanto a segunda não necessita de contexto”³ (TODOROV, 1981, p. 69). A oração pode fazer parte de um discurso ou ser o próprio discurso, porém só adquire sentido quando analisada como enunciado em sua relação com os fatores

³ En d'autres termes, la différence entre l'énoncé et la proposition (ou la phrase), unité de langue, consiste en ceci que le premier est nécessairement produit dans un contexte particulier, et que est toujours social, alors que la seconde n'a pas besoin de contexte (tradução nossa).

extraverbais que compõem a realidade concreta da língua. Bakhtin (192-53/2011, p. 287, grifo do autor) exemplifica da seguinte forma:

cada oração isolada, por exemplo “o sol saiu”, é absolutamente compreensível, isto é, nós compreendemos o seu *significado* linguístico, o seu papel *possível* no enunciado. Entretanto, não é possível ocupar uma posição responsiva em relação a uma posição isolada se não sabemos que o falante disse com essa oração *tudo* o que quis dizer, que essa oração não é antecedida nem sucedida por outras do mesmo falante.

Como fora destacado anteriormente, a oração ganha sentido quando envolta em sua situação enunciativa real, sendo, então, passível de ser respondida. Bakhtin (1952-53/2011, p. 288), complementando seu exemplo, salienta que o enunciado *O sol saiu*. pode ser estendido em *O sol saiu. É hora de me levantar*⁴. Assim, o interlocutor tem a possibilidade de concordar com um enunciado, por exemplo, *Realmente já é hora de levantar*. ou discordar com *O sol saiu, mas ainda é cedo, volte a dormir*. O sentido só é dado após a conclusibilidade deste enunciado pelo interlocutor que compreende o sentido e, então, exprime sua resposta, ou, em silêncio, concorda com o locutor.

A oração, enquanto unidade de língua, tem por contexto o da fala do locutor, não estando relacionada diretamente com a realidade concreta da língua, ou com os enunciados dos outros, não tendo, em vista disso, seus limites determinados pela alternância dos sujeitos do discurso (BAKHTIN, 1952-53/2011, p. 294-298). Nesse contexto, Ponzio (2011, p. 95) pontua que

Uma frase repetida é sempre a mesma frase; um enunciado repetido não é o mesmo enunciado; em outros termos: não pode ser repetido, ou o que se repete, ao se repetir uma enunciação, é a frase, não o enunciado. Cada vez que a enunciação se repete, o enunciado requer uma compreensão responsiva diferente.

Por isso, uma vez envolta na contextualização e na relação alternada de enunciado e resposta, a oração é transformada em um enunciado, ou seja, a unidade real da comunicação discursiva que ganha uma validade semântica especial:

⁴ Essa extensão sugerida por Bakhtin se assemelha muito com a representação em forma de paráfrases realizada pelos encadeamentos argumentativos, segundo a TBS, como mostrado no artigo de Graeff e Timmermann (2014) e comentado nos capítulos que seguem desta dissertação.

em relação a ela pode-se ocupar uma posição responsiva, com ela se pode concordar ou discordar, executá-la, avaliá-la, etc.; no contexto, a oração carece de capacidade de determinar a resposta; ela ganha essa capacidade (ou melhor, familiariza-se com ela) apenas no conjunto do enunciado (BAKHTIN, 1952-53/2011, p. 278).

A respeito disso, Teixeira (2005, p. 94) sublinha que o sistema da língua, compreensível a todos, no texto, compreende tudo aquilo que pode ser repetível e reproduzível. No entanto, ao se tornar enunciado, o texto é individual, único e a possibilidade de ser repetido é vetada, culminando, assim, no sentido real do enunciado. Nas palavras de Bakhtin (1952-53/2011, p. 300), “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas”.

Voloshinov (1929/2009, p. 133) chama de *tema* o sentido completo e único da enunciação. Esse sentido compõe a enunciação como um todo e, por ser único, assim como cada enunciação, o tema não é passível de reiteração, pois é a representação de uma situação histórica singular e concreta, ou seja, um evento único. Quanto à composição desse tema, o autor (1929/2009, p. 133) define que ele “é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entonações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação”. Esses elementos extraverbais completam, de certa forma, a compreensão do tema do discurso.

Além disso, Voloshinov (1929/2009, p. 134) pontua que somente a enunciação tomada em sua amplitude concreta possui um tema. Nas palavras de Clark e Holquist (2008, p. 250) “o tema caracteriza-se pela transitoriedade, dado que sua significação é apropriada unicamente ao momento da proferição e a nenhum outro, é único e irreprodutível”. No entanto, além do tema, ou no interior deste (VOLOSHINOV, 1929/2009, p. 134), existe um elemento reiterável da enunciação: a significação. Por estar situado no seu “interior”, não é possível separar totalmente tema e significação. A significação, em si, não quer dizer nada, ela é, para Voloshinov, um potencial a ser materializado especificamente em uma situação concreta da enunciação. A respeito do tema e da significação, Voloshinov (2009, p. 134, grifo do autor) explica que

O tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura adaptar-se adequadamente às *condições de um dado momento da evolução*. O tema é uma *reação*

da consciência em devir ao ser em devir. A significação é um aparato técnico para a realização do tema. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa.

Quanto à compreensão do tema, Voloshinov (1929/2009, p. 137) discorre que ela é genuinamente ativa e deve conter o *germe* da resposta. Nas palavras de Faraco (2001, p. 32), “compreender não é um ato passivo (um mero reconhecimento), mas uma réplica ativa, uma resposta, uma tomada de posição diante do texto”. É o germe de resposta que instiga a réplica.

A respeito disso, Ponzio (2011, p. 91) sintetiza muito bem seu entendimento da seguinte forma:

O tema é o sentido completo, unitário do signo verbal, considerado concretamente, ou seja, do signo verbal tal e qual se apresenta em contextos comunicativos concretos, na interação social e que, como tal, é uma expressão completa, um ato de discurso que se realiza como resposta a um diálogo implícito ou explícito. O tema é o sentido geral, unitário de uma enunciação ligada a uma situação concreta e que, portanto, está determinado não só por fatores verbais (as palavras que a compõem, as estruturas morfológicas e sintáticas, a entoação, o conteúdo lingüístico), mas também por fatores extraverbais, sígnicos e não sígnicos, que formam parte do contexto de interação verbal. O tema tem um caráter valorativo e requer uma compreensão ativa, uma relação de interação dialógica, dado que pressupõe sempre o intercâmbio sígnico em determinadas situações comunicativas. O tema, além de ser algo unitário, é também algo único e irrepetível, como consequência de sua relação com uma interação comunicativa especial.

Estar *emoldurado* (BAKHTIN, 1952-53/2011, p. 279) nessa interação dialógica, pela alternância dos sujeitos, é uma das peculiaridades do enunciado como unidade de comunicação discursiva (que o diferem da oração), citadas pelo autor. A outra, vinculada a essa, é a conclusibilidade do enunciado. Esse caráter de conclusão do enunciado, para Bakhtin (1952-53/2011, p. 280, grifo do autor) está ligado à alternância dos falantes participantes do diálogo e

pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições. Quando ouvimos ou vemos, percebemos nitidamente o fim do enunciado, como se ouvíssemos o “dixi” conclusivo do falante. Essa conclusibilidade é específica e determinada por categorias específicas. O primeiro e mais importante critério de conclusibilidade do enunciado é a possibilidade de *responder a ele*, em termos mais precisos e amplos, de ocupar em relação a ele uma posição responsiva (por exemplo, cumprir uma ordem).

Por isso, não se deve confundir a conclusibilidade com a compreensão: pode-se compreender uma oração e, mesmo assim, não ser instigado a uma resposta. Para Bakhtin (1952-53/2011, p. 280), a compreensão não é a totalidade para se responder a algo. O enunciado, por sua vez, é compreendido e propõe uma atitude responsiva. De acordo com Ponzio (2011, p. 95, grifo do autor), “a enunciação é sempre *de* alguém *para* alguém. Responde e reclama uma resposta. Esta resposta ultrapassa os limites do verbal. Está sujeita a comportamentos e solicita comportamentos que não são somente de tipo verbal”. Assim, a conclusibilidade refere-se à compreensão ligada a uma proposta de resposta.

A esse respeito, Machado (2005, p. 156) salienta que Bakhtin analisa a dialogia entre os interlocutores (ouvinte e falante) em um processo ativamente interativo, afastando, dessa forma sua concepção daquela que pressupunha um transporte da mensagem de um locutor para um receptor, este segundo, apenas ouvinte, passivo, simplesmente pelo conhecimento de um código comum entre eles. É nesse sentido que se compreende não apenas um ato de comunicação, mas sim de interação entre os sujeitos.

A comunicação real, isto é, a interação, exige o caráter responsivo por parte do interlocutor. Segundo Faraco (2003, p. 25) “Todo enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição neste contexto”. O interlocutor reage ao discurso verbal de formas diferentes, argumentando verbalmente com outro discurso, realizando materialmente um pedido ou ordem, ou, até mesmo com um silêncio. Nesse sentido, Bakhtin (1952-53/2011, p. 271) explica que “o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo”.

Ainda em relação à posição responsiva do ouvinte, Bakhtin (1952-53/2011, p. 271) ressalta que ela acontece durante todo o processo de audição e compreensão, e acrescenta que

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta.

A respeito da alternância entre discursos do locutor e do interlocutor (na sequência ativa de respostas, o locutor se torna interlocutor e vice-versa) mostramos mais adiante. Por hora, notemos a afirmação de Bakhtin (1952-53/2011, p. 271) *toda compreensão é prenhe de resposta*. Desde o enunciado mais simples até o discurso mais elaborado, todos instigam (e pressupõem) algum tipo de resposta por parte do interlocutor, a partir da compreensão real e plena que é, em si, uma fase inicial de preparação para a resposta (BAKHTIN, 1952-52/2011, p. 271), pois os enunciados não são meramente informativos ou expressivos.

Em função disso, o falante não é o criador original de um determinado enunciado, pois ele está, também, respondendo a algo, uma vez que toma o enunciado na complexa cadeia de outros discursos (TEIXEIRA, 2005, p. 95). O signo é ideológico, vale ressaltar, e, por isso, é construído nessa cadeia de outros discursos, por, pelo menos, dois interlocutores, numa espécie de diálogo entre discursos. Nas palavras de Bakhtin (1952-53/2011, p. 272),

todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, e polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.

Nessa relação entre enunciado e resposta, Bakhtin (1952-53/2011, p. 275) ressalta que todos os enunciados concretos são definidos pela alternância entre interlocutores (falantes). Para Clark e Holquist (2008, p. 238), “os limites de uma proferição não são demarcados pela estrutura da sentença, mas antes pela capacidade de outros locutores lhe responderem. Isto garante sua finalização seja sempre parcial, suficiente apenas para o momento”. Assim, com início e fim definidos, isto é, o início acontece como resposta a enunciados anteriores e o final quando propõe o direito de resposta compreensível, o enunciado é “uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro, por mais silencioso que seja o ‘dixi’ percebido pelos ouvintes [como sinal] de que o falante terminou” (BAKHTIN, 1952-53/2011, p. 275).

Por isso, essa alternância entre sujeitos é clara em um diálogo real e comum do cotidiano, como as saudações entre vizinhos ao se encontrarem na rua pela manhã e um deles enuncia *Bom dia!* e, o outro, cordialmente, retribui a saudação após compreender seu significado, desejando que seu interlocutor também tenha um bom dia. Esse enunciado, para

Bakhtin (1952-53/2011, p. 275), por mais breve que seja, “possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva”.

Então, a intenção discursiva, isto é, a vontade do locutor ao realizar determinado enunciado, é perceptível, quando se interpreta o seu discurso. Segundo Teixeira (2005, p. 91) “o acento apreciativo é transmitido através da entoação expressiva, que diz respeito à relação individual entre o locutor e o objeto do discurso”. É possível, então, segundo Bakhtin (1952-53/2011, p. 277), imaginar o que o falante quer dizer e, a partir da compreensão da ideia verbalizada, conclui-se o enunciado. Relacionado a isso, Machado (2005, p. 157) sublinha que

a intenção do locutor se realiza em função de uma escolha efetuada dentre as formas estáveis dos enunciados. Com isso, Bakhtin afirma a importância do contexto comunicativo para a assimilação desse repertório de que se pode dispor para enunciar uma determinada mensagem.

Ao enunciar sua vontade, o falante o faz através, primeiramente, da escolha de um determinado gênero do discurso, apropriado para o campo da comunicação no qual será realizado. Esses gêneros do discurso são adquiridos pelos falantes da mesma forma que a língua materna (BAKHTIN, 1952-53/2011, p. 282). A língua materna não é assimilada a partir do estudo teórico das orações, mas sim pelos enunciados que são produzidos e respondidos na comunidade linguística em que os falantes estão inseridos. Para Bakhtin (1952-53/2011, p. 283), “os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas)”. Assim, quanto mais familiar com determinado gênero está o falante, com mais facilidade e nitidez o irá empregar, refletindo com mais nitidez o projeto de discurso desejado (BAKHTIN, 1952-53/2011, p. 285).

Como referido anteriormente, os enunciados são, sempre, respostas a outros enunciados, pois rejeitam, confirmam, completam algo que fora dito anteriormente e, assim, dão margem para que outros sejam realizados, emprestando o sentido para novos enunciados. Nas palavras de Bakhtin (1952-53/2011, p. 298, grifo do autor),

O enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com

os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento.

Para finalizar, reiteramos que o enunciado é uma (ou um conjunto de) oração(ões) que, ao ser(em) expressa(s) em uma realidade concreta, ganha(m) o sentido pela intenção do locutor que direciona determinado assunto a um ou mais interlocutores. Uma vez compreendida a conclusão do enunciado, o interlocutor passa a ser ativamente locutor com alguma atitude responsiva. Cada participante do diálogo está sócio-historicamente situado e tem uma visão de mundo que pode ou não coincidir com as ideias e visões de mundo do locutor.

A próxima seção contempla o evento da construção do sentido dos enunciados com base na proposta feita por Voloshinov (1926/2012).

2.3 A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DOS ENUNCIADOS

Esta seção focaliza o texto de Voloshinov (1926/2012) *Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics*⁵. Esse texto, publicado em 1926, comporta um esboço da discussão a respeito da construção do sentido dos enunciados em oposição às correntes teóricas que primavam ou pela abstração formal do discurso ou pela psiquê individual, cuja crítica foi publicada em 1929 em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, apresentada na primeira seção deste capítulo. Além disso, no texto *Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics*, o autor propõe uma discussão no que diz respeito ao método sociológico de análise literária, criticando o estudo da arte ora por sua materialidade (forma), ora pelo efeito criado (conteúdo), afirmando que não se pode estudar o todo apenas através de uma das partes, isto é, tanto forma quanto conteúdo estão intrinsecamente relacionados, não apenas entre si, mas também com o contexto social que engendra determinada obra. Essa relação se dá entre o locutor (criador da obra, ou o próprio falante), o interlocutor (o espectador, ouvinte) e o conteúdo exposto, chamado de *herói* por Voloshinov.

⁵ O texto original *Slovo v zhizni I slovo v poesie* foi publicado em 1926, em russo, na revista Zvezda nº6. Neste trabalho utilizaremos a tradução em língua inglesa realizada por I. R. Titunik, publicada no livro *Freudianism: a Marxist critique*, em 1976. Uma tradução possível para o título, na Língua Portuguesa é “Discurso na vida e discurso na arte – a respeito da poética sociológica”.

Em um sentido amplo, o discurso verbal, enquanto fenômeno de comunicação, não pode ser compreendido fora da situação enunciativa, visto que ele parte de uma situação pragmática extraverbal, sendo que está conectado a ela de forma que apenas os participantes ativos possuem consciência plena do sentido de um dado discurso. Nas palavras de Voloshinov (1926/2012, p. 161),

Na vida, o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação.⁶

A respeito dessa união entre os discursos e a vida, Clark e Holquist (2008, p. 224) fazem ver que o diferencial do discurso não está relacionado ao vocabulário utilizado ou ao padrão sintático, mas, sim, à sua dependente relação com o contexto imediato da enunciação. Para os autores (2008, p. 224), os significados dos discursos (declarações) dependem de dois fatores:

Um é o das características formais da própria proferição, que poderia ser chamado de texto da declaração. Mas isto nunca é suficiente. Em acréscimo, tais declarações são dependentes também do contexto, da situação em que foram pronunciadas e não meramente da verbalização do próprio enunciado.

Por isso, todas as avaliações realizadas por uma pessoa, ou seja, se algo é verdadeiro ou falso, se é bom ou ruim, estão diretamente ligadas às situações e aos contextos extraverbais aos quais os sujeitos estão submetidos: esse contexto/situação (imediato) vai desde o ambiente material onde a enunciação é realizada até o contexto (mediato) mais amplo no qual o sujeito está inserido, como comunidade, família, clã, etc. Em outras palavras, as avaliações são realizadas com base na materialização linguística e nos fatores alheios a esta. Dessa forma, entende-se que um discurso “tomado isoladamente, como um fenômeno puramente linguístico,

⁶ In life, verbal discourse is clearly not self-sufficient. It arises out of an extra-verbal pragmatic situation and maintains the closest possible connection with that situation. Moreover, such discourse is directly informed by life itself and cannot be divorced from life without losing its import (tradução nossa).

não pode, naturalmente, ser verdadeiro ou falso, ousado ou tímido”⁷ (VOLOSHINOV, 1926/2012, p. 98).

Para explicar seu pensamento, Voloshinov (1926/2012, p. 162) propõe o exemplo de uma situação discursiva simples. Trata-se de duas pessoas sentadas, olhando em direção à janela, percebendo que começara a nevar novamente. Uma delas fala *Bem.* e a outra permanece em silêncio. Com um olhar externo, o discurso é, semanticamente, vazio. Pode-se saber que se trata de um advérbio⁸, no entanto, nada se compreende além disso. Nas palavras do autor,

por mais valor que se dê à parte puramente verbal do enunciado, por mais sutilmente que se definam os fatores fonéticos, morfológicos e semânticos da palavra *bem*, não se avançará um simples passo para o entendimento do sentido total do colóquio⁹ (VOLOSHINOV, 1926/2012, p. 99).

Contudo para os dois homens sentados, o simples advérbio é completo, pleno de sentido, pois compartilham o mesmo contexto extraverbal.

Em função disso, pode-se afirmar que o contexto extraverbal é necessário para a compreensão dos enunciados. Ele é composto por três fatores, segundo Voloshinov (1926/2012): o horizonte espacial comum dos interlocutores; o conhecimento e a compreensão comum da situação; e a avaliação comum da situação. Nesse sentido, Brait e Melo (2005, p. 66) destacam que

o texto vai construindo a idéia de que o sentido de ‘bem’ só pode acontecer, só pode ser compreendido e conseqüentemente analisado porque existe uma situação extraverbal implicada no verbal, incluindo aí interlocutores que se conhecem, compartilham universos, conhecimentos, pressupostos, sentimentos.

No que diz respeito aos fatores que compõem a compreensão dos enunciados, aquilo que é visível aos participantes do diálogo é o que Voloshinov (1926/2012, p. 163) chama de

⁷ The verbal discourse itself, taken in isolation as a purely linguistic phenomenon, cannot, of course, be true or false, daring or diffident (tradução nossa).

⁸ Todorov (1981, p. 190) compreende o termo como uma interjeição. No entanto, permanecemos com a versão inglesa do texto, a qual trata de *bem* como um advérbio.

⁹ Whatever pains we take with the purely verbal part of the utterance, however subtly we define the phonetic, morphological, and semantic factors of the word *well*, we shall still not come a single step closer to an understanding of the whole sense of the colloquy (tradução nossa).

horizonte espacial comum dos interlocutores, no caso do exemplo, a janela, a sala e a neve eram vistas por ambos. O conhecimento/compreensão da situação é formado por fatores pré-concebidos pelos participantes do diálogo, ou seja, ambos estavam cientes de que já era tempo de iniciar a primavera e que não aguentavam mais o inverno que insistia em não acabar. A avaliação é dada, de forma unânime, pelos homens, no momento em que um deles faz o comentário para o outro, que, por sua vez, com o silêncio, concorda com o tema expresso pelo enunciado. A respeito disso, Bubnova (2009, p. 39) sublinha que os falantes do exemplo trocam opiniões em relação ao tempo em um diálogo que, apenas com um monossílabo, acrescido de gestos verbais e extraverbais, compõe um enunciado completamente inteligível por ambos. Assim, de acordo com Voloshinov (1926/2012, p. 164, grifo do autor),

Qualquer que seja a espécie, o enunciado concreto, sempre une os participantes da situação comum como *co-participantes* que conhecem, entendem e avaliam a situação de maneira igual. O *enunciado*, conseqüentemente, *depende de seu complemento real, material, para um e o mesmo segmento da existência e dá a este material expressão ideológica e posterior desenvolvimento ideológico comuns.*¹⁰

Dessa forma, sem a articulação de todos os fatores, seria inconcebível atribuir um sentido x ao enunciado do exemplo, posto que os fatores em foco estão presumidos na palavra e não presentes linguisticamente nela, sendo descobertos, porém, apenas, por meio da relação entre o que é dito e o que não é dito:

o significado da palavra *bem (tak)*, uma palavra que em russo virtualmente não significa nada, faz-se entender não só analisando-se a relação entre o que é dito e o que não é dito. Ambos os aspectos constituem a elocução toda e não apenas o que foi falado. [...] na medida em que a elocução não é somente o que é dito, o discurso também não é apenas especular. Ele não reflete uma situação extraverbal do mesmo modo como um espelho reflete um objeto. Ao contrário, seja na vida, seja na arte, é ativo, produtivo. Resolve uma situação, leva-a a uma conclusão avaliativa ou estende a ação para o futuro. O discurso não reflete uma situação; ele *é* uma situação (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 225).

¹⁰ Whatever kind it be, the behavioral utterance always joins the participants in the situation together as *co-participants* who know, understand, and evaluate the situation in like manner. *The utterance*, consequently, *depends on their real, material appurtenance to one and the same segment of being and gives this material commonness ideological expression and further ideological development* (tradução nossa).

Nesse sentido, Voloshinov (1926/2012, p. 163) deixa claro que tudo fora da especificação verbal permanece presumido na palavra *bem*: a neve que cai do lado de fora, a data do calendário e a avaliação das pessoas, isto é, tudo aquilo que é exterior ao discurso passa a fazer, nessa perspectiva, parte integrante indissociável do enunciado na construção do seu sentido, unindo os participantes do diálogo que conhecem, entendem e avaliam a situação. De acordo com Bubnova (2009, p. 39, grifo da autora),

O discurso está baseado em uma série de subentendidos compartilhados pelos falantes, tanto situacionais quanto ideológicos. Estes subentendidos (*podrazumevaemoe*) são descritos sob a fórmula de *entimema*, termo tomado da lógica Aristotélica.

Por isso, o enunciado concreto pode ser comparado ao silogismo em que uma das premissas é omitida, é apenas presumida, ou seja, o entimema¹¹. Por exemplo:

Essa maçã é verde, portanto é ácida.

A premissa presumida, nesse enunciado, é a de que todas as maçãs verdes são ácidas, logo, a maçã em questão no exemplo, por ser verde, é ácida. Esse exemplo é similar ao apresentado por Voloshinov (1926/2012, p. 164):

Sócrates é um homem, portanto é mortal.

Saber que Sócrates é um ser humano subentende o conhecimento de sua mortalidade, mesmo não sendo expressa verbalmente no enunciado. Clark e Holquist (2008, p. 226) descrevem que o que não é declarado, o terceiro termo, “é um exemplo retórico da mesma espécie de simultaneidade entre o que é expresso e o que é inexpresso mas ao mesmo tempo necessário ao significado do que chega a ser efetivamente articulado”. Sem o conhecimento dos fatores presumidos não se pode chegar à compreensão do enunciado.

Quanto ao entimema, de acordo com Barthes (1975, p. 188), a ele foram atribuídos dois tipos não contrários de significação. Uma delas, com base aristotélica, compreende o entimema

¹¹ A esse respeito, ver artigo *O encadeamento argumentativo como doador de sentido na análise dialógica do discurso e na semântica argumentativa* (GRAEFF; TIMMERMANN, 2014a).

fundamentado na verossimilhança e desenvolvido na mente das pessoas. Para o autor (1975, p. 188, grifo do autor), o entimema

É uma dedução de valor concreto, feita para uma *apresentação* (uma espécie de espetáculo aceitável), em oposição à dedução abstrata, feita unicamente para a análise. É um raciocínio popular de fácil manejo entre os homens incultos. [...] Para Aristóteles, o entimema está suficientemente definido pela característica de *verossimilhança* de suas premissas (o verossímil admite contrários).

A outra significação atribuída ao entimema, segundo Barthes (1975, p. 189), é a mesma utilizada por Voloshinov (1926/2012, p. 164), que compreende esse silogismo pelo seu caráter elíptico, isto é, “pode-se suprimir uma das duas premissas ou a conclusão. É pois um silogismo truncado pela supressão (no enunciado) de uma proposição, cuja realidade parece incontestável aos olhos dos homens e que, por tal razão, fica simplesmente ‘guardada no espírito’ (*em thymo*)” (BARTHES, 1975, p. 189).

Essa segunda significação é dada no nível da linguagem e não no espírito, pois este (ou a mente) é o responsável pela compreensão do que não foi expresso no enunciado, mas foi compreendido em um plano diferente ao da linguagem. Em outras palavras,

Se o entimema é um silogismo imperfeito, isso só pode ser *no nível da linguagem* que não é o do “espírito”: é um silogismo perfeito, no plano mental, mas imperfeito na expressão. Em suma, é um acidente de linguagem, um distanciamento (BARTHES, 1975, p. 189, grifo do autor).

Entimema, termo grego, significa, então, algo que se localiza no espírito ou na mente. Para o Voloshinov (1926/2012, p. 164-165), essa caracterização se torna ambígua quando atribuída ao enunciado concreto, uma vez que o coração e a mente estão relacionados às avaliações individuais. No entanto, “apenas o que todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos – apenas estes pontos nos quais estamos *todos* unidos podem se tornar a parte presumida de um enunciado¹²” (VOLOSHINOV, 1926/2012, p. 165, grifo do autor).

Nesse sentido, segundo Todorov (1981, p. 68) “A parte presumida do enunciado não é nada além do horizonte comum dos locutores, composto por elementos espaço-temporais,

¹² Only what all of us speakers know, see, love, recognize – only those points on which we are all united can become the assumed part of an utterance (tradução nossa).

semânticos e avaliativos”¹³. Em função disso, o conhecimento individual não pode ser presumido. Esse presumido é, segundo Voloshinov (1926/2012, p. 165), um fenômeno social e objetivo: é a unidade material do mundo que entra no horizonte dos falantes (a sala, a janela) e o conjunto das condições reais que geram uma comunidade de julgamentos de valor (família, colegas, etc.). Com isso, pode-se dizer que o individual só pode ser presumido quando também é expresso no coletivo de forma consciente e comum a todos os participantes do diálogo. Nas palavras de Voloshinov (1926/2012, p. 165, grifo do autor),

Julgamentos de valor presumidos são, portanto, não emoções individuais, mas atos sociais regulares e essenciais. Emoções individuais podem surgir apenas como sobretons acompanhando o tom básico da avaliação social. O *eu* pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do *nós*.¹⁴

Por isso, o enunciado, um entimema social e objetivo, é a uma espécie de senha reconhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social, e estabelece conexões com esse contexto social extraverbal que pode ser menor, no caso da sala, ou mais abrangente, como aquele reconhecido por toda uma família. Enquanto o contexto menor (imediate) é apenas o visível e se baseia no exato momento da enunciação, o horizonte mais amplo (mediato) está vinculado aos fatores constantes de determinado grupo.

Tendo em vista o horizonte mediato, nota-se que as avaliações sociais básicas realizadas pelos sujeitos do discurso geralmente não são enunciadas, mas estão cristalizadas na consciência dos representantes de um grupo. Nesse sentido, para Voloshinov (1926/2012, p. 166-167),

As avaliações presumidas adquirem, nesse caso, uma importância especial. O fato é que todas as avaliações sociais básicas que derivam diretamente das características distintivas da vida econômica de um grupo social dado, geralmente não são enunciadas: elas estão na carne e no sangue de todos os representantes deste grupo; elas organizam o comportamento e as ações, elas se fundiram, por assim dizer, com os objetos e fenômenos aos quais elas correspondem, e por essa razão elas não necessitam de uma formulação verbal especial.¹⁵

¹³ La part sous-entendue de l'énoncé n'est rien d'autre que cet horizon commun aux locuteurs, composé d'éléments spatio-temporels, sémantiques et évaluatifs (tradução nossa).

¹⁴ Assumed value judgments are, therefore, not individual emotions but regular and essential social acts. *Individual emotions can come into play only as overtons accompanying the basic tone of social evaluation. I can realize itself verbally only on the basis of we* (tradução nossa).

¹⁵ Especially great importance, in this case, belongs to assumed evaluations. The fact is that all the basic social evaluations that stem directly from the distinctive characteristics of the given social group's economic being are

Sendo assim, o valor social de um enunciado está representado na premissa omitida – ou nas premissas omitidas – e, vale ressaltar, o conteúdo dessa premissa é natural dos falantes envolvidos na situação enunciativa. Além disso, o valor social é tido em um primeiro plano, concebido pelo horizonte maior, plural, da comunidade, do grupo social; e em um segundo plano, pela individualidade/singularidade do locutor/interlocutor.

Na quarta seção do texto de Voloshinov (1926/2012, p. 168), o autor, após enfatizar que a palavra em si (o advérbio *bem* do exemplo citado) é vazia no que diz respeito ao seu conteúdo semântico, trata do conceito de *entonação*. A entonação não está predeterminada na palavra, ela é um fator complementador do sentido gerado, é o caráter sociológico do enunciado, é o apoio valorativo garantido pelo contexto social dos participantes do diálogo. Para o autor (1926/2012, p. 168), “a entonação só pode ser compreendida profundamente quando estamos em contato com os julgamentos de valor presumidos por um dado grupo social, qualquer que seja a extensão deste grupo¹⁶”.

Nesse sentido, compreende-se a entonação como a fronteira entre os fatores verbais e os fatores extraverbais, que une o locutor com o(s) interlocutor(es) na situação enunciativa, envoltos na situação social a que pertencem (VOLOSHINOV, 1926/2012, p. 168-169). Para Clark e Holquist (2008, p. 227), a “a entonação, mais do que qualquer outro aspecto da elocução, costura o material repetível, meramente linguístico, à situação social irrepetível em que é falado. A entonação é a interface imediata entre o dito e o não dito”.

Nessa interface, no exemplo de Voloshinov (1926/2012, p.169), a entonação parte da análise comum dos dois participantes do diálogo, de repúdio ao inverno que se delongava e do desejo pela primavera. Essa avaliação fica presumida. De acordo com Voloshinov (1926/2012, p. 169), ela fornece a base evidente para a entonação. Contudo, a entonação poderia ter sido diferente caso o apoio social/contextual (que o autor chama de apoio coral) não fosse claro e não representasse a certeza do locutor de que seu interlocutor avaliara a situação igualmente. Nas palavras de Voloshinov (1926/2012, p.169), “quando uma pessoa prevê a discordância de

usually not articulated: They have entered the flesh and blood of all representatives of the group; they organize behavior and actions; they have merged, as it were, with the objects and phenomena to which they correspond, and for that reason, they are in no need of special verbal formulation (tradução nossa).

¹⁶ Intonation can be thoroughly understood only when one is in touch with the assumed value judgments of the given social group, whatever the scope of that group might be (tradução nossa).

seu interlocutor ou, pelo menos, está incerta ou duvidosa de sua concordância, ela entoas suas palavras diferentemente¹⁷.

A respeito disso, Bubnova (2009, p. 40) ressalta que a entonação está baseada nos julgamentos de valor sociais de uma comunidade; nos casos em que a segurança do apoio social enfraquece, o enunciado deixa de possuir a convicção entonacional.

Por isso, segundo Brait e Melo (2005, p. 71), os enunciados partem de um locutor e são necessariamente destinados a um interlocutor ou, até, mais de um. Para as autoras (2005, p. 71), o destinatário “tem várias faces, vários perfis, várias dimensões. Pode ser o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana: o destinatário concreto”.

No entanto, em virtude do inverno prolongado e da neve que caía, no exemplo, o locutor convida o outro participante do diálogo, quando enuncia *Bem.*, a se aliar a ele na sua avaliação em relação ao tempo. A reprovação não é direcionada ao interlocutor, ela é dirigida a um terceiro participante do diálogo, o qual Voloshinov (1926/2012, p. 172) chama de *herói*: “é meramente uma coisa inanimada, alguma ocorrência ou circunstância da vida”¹⁸.

Assim, o enunciado, além de ser dirigido ao interlocutor, refere-se ao herói. Nesse sentido, Voloshinov (1926/2012, p. 173, grifo do autor) pontua que

cada instância da entonação é orientada em *duas direções*: uma em relação ao interlocutor como aliado ou testemunha, e outra em relação ao objeto enunciado como um terceiro participante vivo, a quem a entonação repreende ou agrada, degride ou engrandece. *Esta orientação social dupla é o que determina todos os aspectos da entonação e a torna inteligível.*¹⁹

O herói (que, no exemplo, recebe a reprovação dos participantes) expressa uma metáfora entonacional, que consiste no sentido atribuído ao enunciado, cuja construção se dá pela entonação apresentada com um tom irônico. A entonação, então, conduz o interlocutor a apoiar a crítica do locutor ao responsável pela neve tardia. A metáfora entonacional contém, em seu interior, uma possibilidade de uma metáfora semântica usual (VOLOSHINOV, 1926/2012, p. 171). Para o autor, “se fosse para realizar esta possibilidade, a palavra ‘bem’ se expandiria em

¹⁷ When a person anticipates the disagreement of his interlocutor or, at any rate, is uncertain or doubtful of his agreement, he intones his words differently (tradução nossa).

¹⁸ is merely some inanimate thing, some occurrence or circumstance in life (tradução nossa).

¹⁹ Every instance of intonation is oriented in *two directions*: with respect to the listener as ally or witness and with respect to the object of the utterance as the third, living participant whom the intonation scolds or caresses, denigrates or magnifies. *This double social orientation is what determines all aspects of intonation and makes it intelligible* (tradução nossa).

alguma expressão metafórica tal como ‘*que inverno teimoso, ele não vai parar*, e Deus sabe que é hora’²⁰’ (1926/2012, p. 171, grifo do autor).

Essas metáforas semânticas são consideradas, por Voloshinov (1926/2012, p.172), “vagas e prosaicas”²¹, ao passo que as metáforas entonacionais abrangem todo o mundo que está à volta do falante e do interlocutor, ameaçando, reclamando, adorando (VOLOSHINOV, 1926/2012, p. 172). Em relação a isso, Bubnova (2009, p. 40) comenta que “a comunicação real, a entonação, é muito mais metafórica que as próprias palavras: é nela em que sobrevive a antiga ‘alma mitopoética’, que apela tanto para os elementos do entorno como para um mundo cheio de forças animadas”.

Além dessas metáforas entonacionais e semânticas, Voloshinov (1926/2012, p. 172) aponta para as metáforas gestuais que são as formas mais primitivas de comunicação, das quais a língua se originou, ou seja, os gestos (tanto manuais, quanto faciais). Assim como as metáforas entonacionais, as gestuais requerem o auxílio coral, social, de determinada situação enunciativa. Nas palavras de Bubnova (2009, p. 41, grifo da autora),

Outro elemento que Voloshinov acrescenta à geração do sentido de uma situação comunicativa é a *metáfora gestual*. Para contribuir com a significação, o gesto manual e facial requer, da mesma forma que a entonação, um apoio do coletivo social do falante.

Nesse sentido, pode-se dizer que as metáforas entonacionais, semânticas e gestuais, destacadas por Voloshinov (1926/2012, p. 171-174), completam o sentido de um enunciado, pois compõem os fatores externos que, unidos ao material linguístico expresso, formam o todo de um enunciado.

Considerando, então, que o discurso verbal é insuficiente em si mesmo, Voloshinov (1926/2012, p. 174, grifo do autor) afirma que

O discurso verbal é um evento social: ele não está autocentrado no sentido de alguma quantidade linguística abstrata, nem pode ser derivado psicologicamente da consciência subjetiva do falante em isolamento. Portanto, tanto a abordagem linguística formal quanto a abordagem psicológica falham: a essência sociológica, concreta, do discurso verbal, aquilo que sozinho pode torná-lo verdadeiro ou falso,

²⁰ Were this possibility to be realized, the word *well* would expand into some such metaphorical expression as: “What a *stubborn winter!* *It just won’t give up*, though goodness knows it’s time” (tradução nossa).

²¹ Spare and prosaic (tradução nossa).

banal ou distinto, necessário ou desnecessário, permanece fora do alcance e do campo de ambos os pontos de vista.²²

Tal afirmação reitera o que fora comentado nas seções anteriores deste trabalho, no tange à realidade concreta da língua em oposição às premissas do objetivismo abstrato e do subjetivismo individualista.

Nesse sentido, de acordo com Bubnova (2009, p. 41), “Voloshinov deduz que cada palavra atualizada por um processo de comunicação é expressão e produto da interação social do falante, do ouvinte e do objeto de comunicação”. Vale ressaltar que o termo *palavra* pode significar, também, discurso, enunciado, enunciação, ato de fala; e é o produto da interação de várias instâncias sociais, isto é, o acontecimento social (BUBNOVA, 2009, p. 41-42).

O enunciado concreto, ou seja, o cenário em que ocorre o evento social entre o falante, o interlocutor e o herói, “nasce, vive e morre no processo de interação social entre os participantes da enunciação”²³ (VOLOSHINOV, 1926/2012, p. 174-175). Conclui-se a partir disso que, para Voloshinov (1926/2012, p. 175), o material linguístico, por si só, retirado de sua situação enunciativa, é semanticamente abstrato, sem um lugar comum concreto para sua compreensão.

Nesse contexto, Bubnova (2009, p. 42) ressalta que Voloshinov é mais radical no sentido de efemeridade do enunciado que Bakhtin, pois este vê no enunciado seu renascimento em outros textos e situações. Nas palavras de Bakhtin (1952-53/2011, p. 410),

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). [...] Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação.

As palavras, por si só, são vazias, no entanto, quando articuladas, passam a ser impregnadas de qualidades presumidas e não articuladas (VOLOSHINOV, 1926/2012, p. 175): “o que se chama de ‘compreensão’ e ‘avaliação’ de um enunciado (concordância ou

²² Verbal discourse is a social event; it is not self contained in the sense of some abstract linguistic quantity, nor can it be derived psychologically from the speaker’s subjective consciousness taken in isolation. Therefore, both the formal linguistic approach and the psychological approach equally miss the mark: The concrete, sociological essence of verbal discourse, that which alone can make it true of false, banal or distinguished, necessary or unnecessary, remains beyond the ken and reach of both these points of view (tradução nossa).

²³ Is born, lives, and dies in the process of social interaction between the participants of the utterance (tradução nossa).

discordância) sempre engloba a situação pragmática extraverbal juntamente com o próprio discurso verbal”²⁴. Dessa forma, confirma os pressupostos já referidos, no que diz respeito à construção do sentido dos enunciados, que une o verbal e o não verbal.

Ao aproximar-se do fim da quarta parte de seu texto, Voloshinov (1926/2012, p. 176) salienta que “o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles”²⁵.

Assim, concluímos a discussão a respeito da concepção dialógica de linguagem, que compreende o enunciado como uma expressão da realidade concreta da língua, cujas características são a de responder a algo e organizar a comunicação discursiva da sociedade. No que diz respeito à construção do sentido do enunciado, notamos a sugestão de um movimento que parte do material linguístico e dele se percebem os fatores extralinguísticos que justificam a conclusibilidade do enunciado.

Passamos, no próximo capítulo, a tratar dos princípios e conceitos da concepção argumentativa de linguagem.

²⁴ What are called the “understanding” and “evaluation” of an utterance (agreement or disagreement) always encompass the extra-verbal pragmatic situation together with the verbal discourse proper (tradução nossa).

²⁵ The utterance reflects the social interaction of the speaker, listener, and hero as the product and fixation in verbal material of the act of living communication among them (tradução nossa).

3 A CONCEPÇÃO ARGUMENTATIVA DE LINGUAGEM

Este capítulo é dedicado à teoria da Argumentação na Língua (ADL²⁶), que integra semântica e pragmática, propondo explicar a construção dos sentidos dos enunciados sob uma visão linguística, apenas, em contraponto a outras teorias que tomam fatores extralinguísticos como partes integrantes na construção dos sentidos, como, por exemplo, a concepção dialógica de linguagem.

A ADL, que é desenvolvida atualmente por Oswald Ducrot e Marion Carel na versão técnica denominada Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), teve seu início em 1983, com a publicação de *L'argumentation dans La Langue*, assinada por Ducrot e Jean-Claude Anscombe. Ducrot começou seus estudos no ramo da filosofia, mas é reconhecido pelos seus estudos linguísticos, relacionados à pragmática. Seu pensamento “está em constante movimento, e, por isso, suas pesquisas estão sempre em reformulação, devido às reflexões que empreende sobre o seu próprio saber científico” (BARBISAN; SILVA, 2009, p. 248). Há mais de 30 anos, Ducrot se dedica aos estudos de enunciação na perspectiva argumentativa de linguagem, proposta pela ADL. A primeira fase da teoria é chamada de forma *Standard* e foi seguida pela forma *Standard Ampliada*. Nessa segunda fase, Ducrot (1990, p. 98-135) acrescentou a noção de *topos* à teoria, o que feriu alguns dos princípios básicos da proposta argumentativa de análise da língua pela língua, visto que passou a buscar extralinguisticamente garantias para a criação dos sentidos dos enunciados. No entanto, Carel, ao defender sua tese de doutorado em 1992, provou que essa busca externa estava em desacordo com a proposta da ADL e introduziu a noção de blocos semânticos, assinalando, assim, a fase atual da teoria, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), a qual serve como, por exemplo, base para as novas discussões, como a Teoria da Argumentação Polifônica (TAP). Para o desenvolvimento deste trabalho, focamos nos comentários sobre as fases iniciais até a TBS.

²⁶ A sigla ADL corresponde ao nome original da teoria em francês: *Argumentation dans la langue*. Em alguns textos traduzidos para a Língua Portuguesa, ou até mesmo escritos nela por estudiosos nacionais, a sigla foi adaptada para ANL (Argumentação na Língua) e, ainda, TAL (Teoria da Argumentação na Língua). Neste trabalho, utilizamos a sigla referente ao nome original, em francês, ADL, exceto em citações diretas de outros autores.

3.1 ADL: FUNDAMENTOS E CONCEITOS

A ADL compreende que o sentido é construído pelo linguístico em uma situação de uso da língua e é produzido pelas relações sintagmáticas (BARBISAN; GRAEFF et al., 2010). A respeito da ADL, Barbisan e Silva (2009, p. 249) discorrem que ela, além de ser uma teoria argumentativa, é enunciativa, visto que compreende a língua no discurso, através de suas escolhas argumentativas, convocando o interlocutor a responder, a enunciar.

Partindo dessas escolhas argumentativas é que, na ADL, não se estabelece algo como verdadeiro ou falso, pois é nas relações entre os signos e expressões que se percebe o sentido argumentativo de um enunciado.

Com isso, ficam visíveis as proximidades entre a ADL e os conceitos abordados por Saussure (1916/2012). De acordo com Carel e Ducrot (2005, p. 11), “pode-se afirmar que a ADL é uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica linguística na medida em que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua”²⁷. Segundo o estruturalismo, na língua, tudo se baseia em relações. Essas relações sintagmáticas, que são um dos tipos de relações que o CLG²⁸ (SAUSSURE, 1916/2012, p. 171-175) apresenta, propõe que os termos ganham valor quando colocados em um sintagma, pois se opõem aos outros termos. Para Saussure (1916/2012, p. 171), “os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois termos ao mesmo tempo”.

Da mesma forma, na ADL, reiteramos, o sentido dos enunciados é criado a partir das relações que acontecem na língua (BARBISAN; GRAEFF et al., 2010). A respeito dessa aproximação da ADL ao estruturalismo, Ducrot (2006, p. 160), pontua que

Saussure introduziu bem no valor de um signo as relações sintagmáticas, "in praesentia", isto é, as relações entre signos no discurso. Embora ele fale de “esquemas sintagmáticos” previstos pela língua. Da mesma forma, assumimos que a língua, como tal, liga às suas entidades certos tipos de encadeamentos.²⁹

²⁷ puede afirmarse que la TADL es una aplicación del estructuralismo saussuriano a la semántica lingüística en la medida en que, para Saussure, el significado de una expresión reside en las relaciones de esa expresión con otras expresiones de la lengua (tradução nossa).

²⁸ Curso de Linguística Geral.

²⁹ Saussure introduit bien dans la valeur d'un signe des rapports entre signes dans le discours. Bien plus il parle de <<schémas syntagmatiques>> prévus par la langue. De la même façon nous posons que la langue, en tant que telle, attache à ses entités certains types d'enchaînements (tradução nossa).

Enquanto Saussure (1916/2012) fala das relações entre os signos, a ADL considera como semanticamente pertinentes as relações argumentativas, cuja expressão é dada nos encadeamentos argumentativos (primeiramente, apenas os encadeamentos normativos e, na TBS, os transgressivos. Comentamos a respeito dos tipos de encadeamentos nas próximas seções deste trabalho).

Semelhantemente à proposta da ADL, Carel e Ducrot (2005, p. 11) ressaltam que a teoria saussuriana implica

que o significado de um signo não tem nenhuma relação com o referente do signo, nem com um conceito psicológico que os usuários do signo teriam na cabeça. O significado de um signo não é constituído por coisas ou por ideias, mas sim pelas relações do signo com outros signos: sua ordem é puramente linguística.³⁰

No entanto, não é em tudo que se pode aproximar os conceitos saussurianos às raízes da ADL. Linguagem e língua não se confundem nos comentários do CLG. Nas palavras de Saussure (1916/2012, p. 41), a língua

não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

Com essa distinção, o corte saussuriano, que demarca o objeto de estudo da linguística, separando língua e fala, e dedicando apenas à língua o seu estudo, é um ponto importante a ser discutido, sob a perspectiva da ADL. Conforme Saussure (1916/2012, p. 41-42), o estudo da linguagem comporta uma parte essencial, a língua, que é social; e outra secundária, a fala, que é individual. Em contrapartida, para Ducrot (1987, p. 64), não se pode separar a língua da fala,

³⁰ que el significado de un signo no tiene relación con el referente del signo ni con un concepto psicológico que los usuarios del signo tendrían en la cabeza. El significado de un signo no está constituido por cosas o por ideas sino por las relaciones del signo con otros signos: su orden es puramente lingüístico (tradução nossa).

uma vez que uma não existe sem a outra. Nas palavras do autor (1987, p. 64), “o objeto teórico língua não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade de fala”. Enquanto Saussure tenta estabelecer bases para uma ciência da linguagem e, por isso, separa os conceitos de língua e fala; Ducrot, na ADL, une os dois conceitos para a elaboração de uma Semântica Linguística (BARBISAN; GRAEFF et al., 2010, p. 200).

Tratando-se, então, de uma teoria linguística de base argumentativa, cabe aqui precisar o que é a argumentação na ADL, mesmo antecipando alguns conceitos a serem melhor desenvolvidos nas seções referentes às fases da teoria.

Ducrot (2009, p. 20-22) diferencia argumentação retórica e argumentação linguística (esta segunda, apenas *argumentação* para o autor), pois ressalta que há problemas quanto ao entendimento do termo *argumentação* entre os linguistas. Nas palavras dele (2009, p. 20), a argumentação retórica é “a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa”, isto é, esse tipo de argumentação tem o intuito de fazer o interlocutor crer que deve realizar determinada tarefa, não apenas realizá-la. Já a argumentação linguística é formada pelo encadeamento constituído por um argumento A e uma conclusão C, ligados por *donc* (portanto) ou *pourtant* (mesmo assim). Entretanto, A não serve para justificar C, pois ele já contém C em sua argumentação. Dessa forma,

A idéia de base é que, num encadeamento argumentativo A *donc* (portanto) C, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não há, pois, propriamente falando, passagem de A a C, não há justificação de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto* C. Consequentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade, de A até C, já que o encadeamento apresenta *portanto* C como já incluído no primeiro termo A (DUCROT, 2009, p. 22).

Portanto se compreende por argumentação, não a justificação de um argumento para uma conclusão, nem algo que visa persuadir (fazer crer) alguém a realizar algo, mas a indicação de possíveis conclusões já presentes no argumento A do encadeamento. Segundo o autor (2009, p. 23), “toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentações”.

Além disso, de acordo com Carel (2005, p. 78-79), a argumentação é puramente discursiva. Os termos do argumento e da conclusão, segundo ela, estão inseparavelmente ligados e são semanticamente dependentes um do outro. Descarta, dessa forma, qualquer

associação possível entre argumentação e inferência, pois entende esta como uma passagem de um argumento para uma conclusão; e aquela como interdependência dos segmentos. Nesse sentido, Barbisan (2012, p. 153, grifo da autora) pontua que

Argumentar é, assim, produzir *sentido*, relacionando enunciados por meio de *conectores*, como *portanto* (ou outros semelhantes, como *então*, *assim*, *logo* etc.), ou *transgredindo a norma* com o auxílio de *no entanto* (ou de *mas*, *mesmo assim* etc.). Constitui-se, desse modo, o *valor argumentativo* que dá conta dos sentidos produzidos pelo *locutor* para seu *interlocutor*, ou seja, dos efeitos *subjetivos* e *intersubjetivos* do *enunciado*.

A partir desse comentário, vale ressaltar que a visão que a ADL apresenta em relação à concepção de sentido contraria o entendimento tradicional dos conceitos de sentido, uma vez que não o compreende como verdadeiro ou falso, conotativo ou denotativo. A respeito disso, Ducrot (1990, p. 49-54), através de exemplos, discorre a respeito de sua concepção acerca do sentido dos enunciados, começando com as indicações objetivas, subjetivas e intersubjetivas que, segundo a concepção tradicional, estão nos enunciados. Nas palavras do autor (1990, p. 49), “as indicações objetivas consistem em uma representação da realidade; as subjetivas indicam a atitude do locutor frente à realidade; e as intersubjetivas se referem às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige”³¹.

Para compreender isso, refletimos sobre um dos exemplos utilizados por Ducrot (1990, p. 50-51), acerca das indicações denotativas (objetivas) e conotativas (subjetivas e intersubjetivas):

Faz bom tempo.

De acordo com a concepção tradicional de sentido, destacam-se os três aspectos: o objetivo, pois o enunciado descreve a realidade, no caso, o clima daquele momento específico, por exemplo, sem chuva, ou adequado para determinada atividade; o subjetivo, que indica, por meio das escolhas linguísticas, como, no exemplo, a utilização do adjetivo *bom*, a satisfação do locutor em relação ao tempo; e, ainda, o aspecto intersubjetivo, que possibilita ao locutor manifestar-se diretamente ao interlocutor, propondo um passeio, ou uma atividade ao ar livre.

³¹ Las indicaciones objetivas consisten en una representación de la realidad, las subjetivas indican la actitud del locutor frente a la realidad y las intersubjetivas se refieren a las relaciones del locutor con las personas a quienes se dirige (tradução nossa).

No entanto, Ducrot descarta essa divisão entre denotação e conotação, uma vez que não admite um sentido objetivo de descrição da realidade nos enunciados. A esse respeito, explica:

Não acredito que a linguagem ordinária possua uma parte objetiva e nem tampouco acredito que os enunciados da linguagem deem acesso direto à realidade; em todo caso, não a descrevem diretamente. No meu ponto de vista, se a linguagem comum se define, o faz por intermédio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. A maneira como a linguagem comum descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos (DUCROT, 1990, p. 50)³².

Por isso, com base na proposta do autor, o enunciado *Faz bom tempo* não descreve a realidade, mas, sim, a realidade segundo o ponto de vista do locutor e seus apreços pessoais. Conseqüentemente, ao expressar sua admiração pelo tempo, o locutor propõe que o interlocutor reaja de uma determinada maneira.

Além de rejeitar a existência de um aspecto simplesmente objetivo, Ducrot (1990, p. 51) sugere uma fusão entre os aspectos subjetivo e intersubjetivo, ao que passa a chamar de *valor argumentativo*. Desse modo,

O valor argumentativo de uma palavra é definido pela orientação que essa palavra dá ao discurso. De fato, eu acho que o uso de uma palavra faz com que seja possível ou impossível uma determinada continuação do discurso e o valor argumentativo desta palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades da continuação discursiva que o uso determina (DUCROT, 1990, p. 51)³³.

Sendo assim, o nível fundamental da descrição semântica que ele propõe é o valor argumentativo. Tendo em vista essa noção de orientação que o valor argumentativo dá ao discurso, isto é, a possibilidade de determinadas continuações e a exclusão de outras, cabe mencionar que o sentido de um enunciado não é uma significação dicionarizada, mas, sim, um endereço, uma direção de orientação que a língua permite evocar e que norteará o discurso.

³² No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente. A mi modo de ver, si el lenguaje ordinario la describe, lo hace por intermedio de los aspectos subjetivo e intersubjetivo. La manera como el lenguaje ordinario describe la realidad consiste en hacer de ella el tema de un debate entre los individuos (tradução nossa).

³³ El valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso. En efecto, a mi juicio el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidades de continuación discursiva que su empleo determina (tradução nossa).

Nas próximas seções, serão comentados os aspectos teóricos julgados como pertinentes em relação ao tema proposto neste trabalho, divididos em três partes, cada seção contempla uma das fases da teoria, em ordem cronológica.

3.2 ADL *STANDARD*

A *ADL Standard* é considerada a primeira etapa formal da teoria da argumentação e é nela que se distinguem as noções de frase e enunciado, significado e sentido, as quais abordamos nos parágrafos seguintes, antes mesmo de tratar da ADL em si.

O enunciado é a realização empírica da frase, que, por sua vez, é uma entidade teórica, um conjunto de sintagmas organizados sintaticamente que servem de apoio linguístico para a explicação dos enunciados, sendo passível de repetição; por outro lado, o enunciado é único e pode ser observado, quando uma pessoa fala, por exemplo. Nessa medida, as frases não podem ser ouvidas ou vistas, mas apenas os enunciados gerados a partir delas são reconhecidos.

Além disso, Ducrot (1990, p. 53) reconhece o enunciado como a composição de segmentos que, se separados, não possuem sentido. Contudo, quando unidos, fazem com que a frase realizada tenha sentido completo. O exemplo apontado é o seguinte enunciado:

Faz calor lá fora, vamos passear.

Nesse enunciado, há dois segmentos S1 (faz calor lá fora) e S2 (vamos passear). S1 aparentemente informa o clima que o locutor percebe, no entanto, como é intenção de Ducrot rechaçar a ideia de que a língua possui um aspecto apenas informativo, percebe-se que a totalidade do sentido se dá na relação entre S1 e S2, uma vez que cada segmento justifica o outro. Se o calor é uma razão para um passeio, o enunciado é completamente compreensível. Caso o calor seja extremo e não seja compreendido como uma justificativa positiva para um passeio, teríamos, então, o seguinte enunciado:

Faz calor lá fora, não vamos passear.

Dessa forma, Ducrot (1990, p. 55) esclarece que há apenas um enunciado constituído por S1 e S2, uma vez que o sentido só é dado na totalidade e, por isso, há apenas uma frase

realizada pelos segmentos. Imaginemos uma situação em que um locutor L realiza o discurso apenas com o primeiro segmento:

Faz calor lá fora.

e, em seguida, o interlocutor confirma e completa com o discurso:

É verdade, vamos lavar o carro.

É uma conclusão possível, no entanto, talvez não se tratasse do que o locutor L pretendia, por exemplo, com a continuação:

Faz calor lá fora, vamos à praia.

Assim, o mesmo calor é condição tanto para lavar o carro, quanto para ir à praia. A língua permite que as duas continuações sejam realizadas. Dessa forma, pode-se perceber que o sentido de um enunciado se dá, como comentado, na relação dos segmentos S1 e S2, em que um é argumento para o outro.

Com isso, tem-se a ideia fundamental apresentada na fase *Standard* da ADL, de que não há sentido nas palavras antes das conclusões que delas possam ser tiradas. Seguindo ainda com os mesmos exemplos:

Faz calor lá fora, vamos passear.

Faz calor lá fora, vamos lavar o carro.

Pode-se dizer que o valor argumentativo atribuído ao primeiro segmento *Faz calor lá fora* só é conhecido quando ele está relacionado à sua conclusão, isto é, o segundo segmento. Entende Ducrot que a palavra comporta argumentações que conduzem à interpretação e não a significados predefinidos. Para ele, “a palavra traz com ela os limites e os pontos de vista que tornam a situação utilizável para interpretação” (DUCROT, 1997, p. 14-15).

Contudo, na fase atual da teoria, essa ideia de argumento e conclusão é descartada e a noção de bloco semântico é assumida, como é destacado na quarta seção deste capítulo.

Ainda em relação à interpretação linguística dos enunciados, ao estudar os termos *pouco* e *um pouco*, Ducrot (1990, p. 87-90) exemplifica que tudo aquilo que é necessário para o

entendimento do enunciado está presente no discurso apresentado: aparentemente os dois termos possuem o mesmo sentido, contudo, quando colocados em enunciados, é perceptível a diferenciação dos significados, como apresentamos na sequência:

Pedro trabalhou pouco.

Pedro trabalhou um pouco.

O sujeito da oração pode ter trabalhado a mesma quantidade de horas, porém *pouco* conduz ao entendimento de insuficiência, enquanto *um pouco* promove a conclusão de que não realizou o trabalho em sua totalidade, temporalmente falando, mas é aceitável. Sabe-se que Pedro trabalhou uma determinada quantidade de horas, no entanto, o valor atribuído a *pouco* e *um pouco* é diferente. Dessa forma é possível perceber as conclusões opostas que termos semelhantes possibilitam evocar. Para Ducrot (1990, p. 87), a explicação da conclusão de um enunciado não se dá a partir do fato que o primeiro segmento expressa, mas, sim, nos elementos linguísticos que este apresenta, pois, para o autor, vale repetir, a argumentação está marcada na língua.

Sendo assim, a quantidade de horas trabalhadas por Pedro pode ser a mesma nos dois enunciados, no entanto o valor argumentativo expresso é diferente em cada enunciado. Por isso, Ducrot (1990, p. 86, grifo do autor) afirma que

A diferença argumentativa não pode ser explicada por uma diferença factual, posto que [...] não há diferença factual entre os termos *pouco* e *um pouco*. Disse que estas duas frases descrevem o mesmo fato, portanto não podemos justificar a diferença argumentativa dizendo que existem diferenças factuais³⁴.

Mesmo se tratando de uma quantidade e esta podendo ser empiricamente diferente nos dois enunciados, o valor argumentativo é algo muito mais profundo que o valor factual, que, segundo Ducrot (1990, p 89), pode ser entendido como uma ilusão e só é explicado a partir do valor argumentativo. É com base nesse valor argumentativo que o interlocutor pode buscar as conclusões possíveis para o enunciado.

³⁴ La diferencia argumentativa no puede explicarse por una diferencia factual puesto que [...] no hay diferencia factual entre las dos expresiones *poco* y *un poco*. Decía que estas dos frases describen el mismo hecho, por lo tanto no podemos justificar la diferencia argumentativa diciendo que existen diferencias factuales (tradução nossa).

A respeito da ADL propriamente dita, Ducrot (1990, p. 90) afirma que a ideia principal da teoria é que “a argumentação está marcada na língua”³⁵. Nessa fase, ao destacar as expressões argumentativas, o autor sugere o termo *potencial argumentativo* dos enunciados que, segundo ele, pode ser definido “como o conjunto de enunciados que podem servir de conclusão, ou seja, o conjunto de enunciados que podem se unir a esse enunciado na qualidade de conclusões”³⁶ (DUCROT, 1990, p. 91).

Tendo em vista essa premissa, analisemos os seguintes enunciados:

P: Pedro comeu pouco.

P': Pedro comeu um pouco.

O fato é que Pedro ingeriu uma determinada quantidade de alimento. No entanto, o potencial argumentativo dos enunciados P e P' é diferente. Às vistas das proposições de Ducrot (1990, p. 91), sugerimos algumas conclusões possíveis:

C1: Ainda está com fome.

C2: Está doente.

C3: Está seguindo a recomendação do médico.

C4: Já está satisfeito.

A ingestão de comida é vista de maneiras diferentes conforme as conclusões que dos enunciados P e P' sejam tiradas. É possível que a P sejam evocadas as conclusões C1, C2 e C3, formando, assim, as sequências:

Pedro comeu pouco, ainda está com fome.

Pedro comeu pouco, está doente.

Pedro comeu pouco, está seguindo a recomendação do médico.

No entanto, a conclusão C4 seria vetada pela língua (com a inserção dos conectores transgressivos, na Teoria dos Blocos Semânticos, não seria vetada, pois se percebe que há, sim,

³⁵ La argumentación está marcada en la lengua (tradução nossa).

³⁶ Como el conjunto de enunciados que pueden servir de conclusión, o sea el conjunto de enunciados que pueden unirse a ese enunciado en calidad de conclusiones (tradução nossa).

essa possibilidade, com o encadeamento *Pedro comeu pouco PT já está satisfeito*. Aprofundamos o debate a esse respeito na quarta seção deste capítulo).

Por isso, ao enunciado P', poder-se-ia concluir C3 e C4:

Pedro comeu um pouco, está seguindo a recomendação do médico.

Pedro comeu um pouco, já está satisfeito.

Percebe-se, dessa forma, que o enunciado conclusivo C3 faz parte do potencial argumentativo, tanto de P quanto de P'. Esses comentários são baseados em Ducrot (1990, p. 91), ao afirmar que

Dizer, por exemplo, que um enunciado de P e um enunciado de P' têm diferente potencial argumentativo equivale a dizer que se lhes pode dar como continuação discursiva enunciados-conclusões diferentes. Por exemplo, um enunciado de P pode autorizar as três conclusões C1, C2 e C3, e a um enunciado P' as conclusões C3 e C4. Este último não permite as conclusões C1 e C2 e, inversamente, o primeiro não autoriza a conclusão C4.³⁷

Portanto é descartada a ideia de um sentido objetivo dos enunciados e é proposta a compreensão de sentido destes dada através do potencial argumentativo, isto é, das conclusões possíveis, já determinadas pela frase, que se pode evocar. Assim, passamos à fase *Standard Ampliada* da teoria da Argumentação na Língua, em que a noção de enunciadores e de *topos*³⁸ – um “lugar comum” que garante a passagem de um argumento para uma conclusão – são inseridas à ADL, para reiterar o valor argumentativo como fundamental para a descrição do sentido na semântica linguística.

3.3 ADL STANDARD AMPLIADA

³⁷ Decir por ejemplo que un enunciado de P y un enunciado de P' tienen diferente potencial argumentativo equivale a decir que se les puede dar como continuación discursiva enunciados-conclusiones diferentes. Por ejemplo un enunciado de P puede autorizar las tres conclusiones C1, C2 y C3, y un enunciado de P' las conclusiones C3 y C4. Este último no permite las conclusiones C1 y C2 e inversamente, el primero no autoriza la conclusión C4 (tradução nossa).

³⁸ *Topos* é um termo tomado de Aristóteles, mas com um sentido diferente, conforme destacam Graeff e Timmermann (2014) e é comentado no decorrer da próxima seção.

O que diferencia notavelmente a fase *Standard* da ADL e a fase *Standard Ampliada* (que Ducrot chamava de *forma recente* durante suas conferências na Universidade em Cali, em 1988) é a noção de potencial argumentativo. Enquanto, na primeira fase, o potencial argumentativo era definido pelos enunciados que poderiam servir de conclusão para o enunciado (argumento), na fase *Standard Ampliada*, o potencial está ligado ao *topos* que serve de garantia de passagem, isto é, uma espécie de trajeto, entre o argumento e a conclusão. Nesse sentido, Ducrot (1990, p. 98) afirma que definir o potencial argumentativo pelas conclusões possíveis era insuficiente, pois, ao estudar os termos normativamente análogos *pouco* e *um pouco*, percebeu que dos enunciados que contêm esses operadores poderiam ser evocadas conclusões diferentes e iguais. Por isso, era necessário transformar a teoria para manter-se fiel a ela, incluindo os *topoi* à ADL. Além disso, a argumentação passa, nessa fase, a ser também definida pelos *enunciadores* apresentados pelo enunciado. Comentamos, na sequência, primeiramente a respeito dos enunciadores e, logo após, sobre os *topoi*.

Para explicar a noção de enunciadores na ADL, Ducrot (1990, p. 99) pontua que há um ato argumentativo num enunciado, quando “o locutor se identifica com um enunciador que argumenta”³⁹. Para basear essa afirmação, entende-se que o ponto de vista de um enunciador E é argumentativo, quando satisfaz duas condições: a primeira é que E serve para justificar uma determinada conclusão sobre o assunto de que se trata, a qual Ducrot (1990, p. 100) chama de *r*; e a segunda, que tratamos mais adiante, é de que o trajeto realizado de E até *r* é garantido por um princípio argumentativo, um *topos*.

Quanto à primeira condição, Ducrot (1990, p. 100) explica que a conclusão *r* pode estar explícita ou implícita no enunciado, podendo ou não ser assumida pelo locutor, havendo, assim, quatro diferentes possibilidades. Analisemos os exemplos sugeridos pelo autor (1990, p. 100-101):

(1) *Faz bom tempo, vamos à praia.*

[*Hace buen tiempo, vamos a la playa*]

(2) *Já o vi.*

[*Ya la vi.*]

³⁹ El locutor del enunciado se identifica con un enunciador que argumenta (tradução nossa).

No primeiro exemplo, a conclusão está explícita no discurso (vamos à praia) e é assumida pelo locutor que tenta convencer seu interlocutor a ir à praia.

Já o exemplo (2), Ducrot (1990, p. 100-101) sugere que seja uma resposta a um convite para assistir a um filme. Nesse caso, a conclusão *r* mais provável *portanto não vou* está implícita, sendo, mesmo assim, assumida pelo locutor. No entanto, se o locutor de (2) desejasse assistir ao filme novamente, o que é uma situação possível, uma conjunção adversativa, por exemplo *mas*, deveria ser acrescentada ao discurso, como é possível perceber em (3):

(3) *Já o vi, mas gostaria de vê-lo novamente.*

[*Ya la vi pero me gustaría volver a verla.*]

É aí que se encontra a terceira possibilidade apontada por Ducrot (1990, p. 101): quando a conclusão está implícita e não é assumida pelo locutor, que é o caso dos enunciados nos quais há a presença da conjunção adversativa.

A quarta possibilidade compreende que a conclusão *r* está explícita no discurso, porém não é assumida pelo locutor. É uma conclusão irreal ou absurda, como se pode perceber no exemplo usado pelo autor, que parte de uma discussão entre um representante governamental e um sindicalista, o qual expressa (4):

(4) *Já que o governo tem tantas preocupações sociais, penso que vai aumentar o salário dos empregados.*

[*Puesto que el gobierno tienes tantas preocupaciones sociales, pienso que va a aumentar el salario de los empleados.*]

Nesse enunciado, afirma Ducrot (1990, p. 101) que o locutor em nenhum momento acredita no aumento salarial e, por isso, a conclusão *r portanto aumentará os salários* para o argumento *A já que o governo tem tantas preocupações sociais* é absurda, porque seria impossível acreditar que o governo assim o faria.

Assim, tendo comentado a respeito da primeira condição para que um ponto de vista E, apresentado num enunciado, seja argumentativo, passamos à segunda condição, que trata do princípio argumentativo que garante a passagem do ponto de vista E à conclusão *r*.

Esse princípio argumentativo, Ducrot (1990, p. 102) chama de *topos*. Nas palavras de Carel (1995, p. 169), “o *topos* é um princípio geral que permite ao locutor de um encadeamento

em *donc* justificar sua conclusão”⁴⁰. No entanto, *topos* é um termo que Ducrot busca de Aristóteles e o modifica. Para Aristóteles, um *topos* é um tipo de lugar (depósito) onde um orador pode encontrar os argumentos para basear sua tese ou defendê-la, pois esses argumentos estão cristalizados na exterioridade social. Já para Ducrot (1990, p. 102), o *topos* é “uma garantia que assegura a passagem do argumento à conclusão”⁴¹. Além disso, ele qualifica os *topoi* como comuns, gerais e graduais.

Um *topos* comum é um princípio argumentativo aceito por um grupo de pessoas, pelo coletivo, não apenas pelo enunciador. Analisemos o exemplo:

Faz calor, vamos à praia.

Nesse discurso, não apenas o locutor, que, nesse caso, assume o ponto de vista do enunciador, acredita que *fazer calor* é um argumento plausível que justifica a ida à praia, mas, sim, as pessoas em geral, é um fato comum. Por isso, nas palavras de Ducrot (1990, p. 103), “admitir a conclusão é um fato que se apresenta como necessário quando argumentamos. A conclusão se faz necessária, porque está baseada em uma crença compartilhada por uma multidão de pessoas”⁴².

A segunda qualidade que Ducrot (1990, p. 104) atribui ao *topos* é a de ser geral. Segundo ele, “o princípio utilizado para argumentar é apresentado como válido não somente na situação e no momento em que se fala, mas também numa infinidade de situações análogas”⁴³. Nesse sentido, voltemos ao exemplo citado anteriormente:

Faz calor, vamos à praia.

O calor, que faz no dia e é agradável para um banho de mar ou um passeio na praia, serve também para qualquer outro dia de calor agradável e sugestivo para o passeio. Um calor agradável possibilita sempre um convite a um passeio, ou a um banho de mar, por exemplo. Nas palavras do linguista francês (1990, p. 104), “isto significa que argumentar consiste em

⁴⁰ The *topos* is the general principle which allows the speaker of a *donc* sequence to justify his conclusion (tradução nossa).

⁴¹ Un garante que asegura el paso del argumento a la conclusión (tradução nossa).

⁴² Admitir la conclusión es un hecho que se presenta como necesario cuando argumentamos. La conclusión se hace necesaria porque está basada en una creencia compartida por una multitud de personas (tradução nossa).

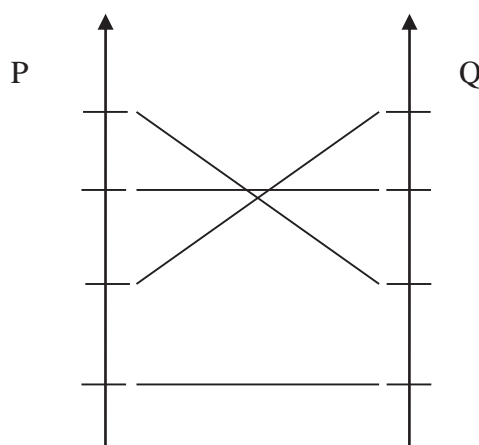
⁴³ El principio utilizado para argumentar es presentado como válido no solamente en la situación de la que se habla en el momento sino también en una infinidad de situaciones análogas (tradução nossa).

integrar sempre o estado das coisas de que se fala a uma categoria muito mais geral, categoria para a qual é válido o *topos* utilizado”⁴⁴.

Essa segunda qualidade deriva da primeira, pois, se o *topos* é compartilhado pela coletividade, por várias pessoas, ele, da mesma forma, é válido nas diferentes situações em que essas pessoas o utilizam como garantia de seus discursos (DUCROT, 1990, p.104).

A gradualidade é a terceira qualidade que Ducrot (1990, p. 108) atribui aos princípios argumentativos, os *topoi*. A respeito disso, pode-se dizer que o *topos* relaciona, das propriedades graduais, duas escalas, uma anterior P e uma posterior Q. Essa relação pode ser, em termos matemáticos, diretamente proporcional (quanto mais P, mais Q; ou quanto menos P, menos Q) ou inversamente proporcional (quanto mais P, menos Q; ou quanto menos P, mais Q). Um dos gráficos propostos por Ducrot (1990, p. 108) permite que se compreenda essa relação com mais clareza e, por isso, reproduzimos na sequência conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 – Gradualidade do *topos*



Fonte: Ducrot (1990, p. 108)

Utilizemos o exemplo da praia e apliquemo-no ao Gráfico 1 em que a escala anterior P se refere ao bom tempo e a escala posterior Q ao prazer (de ir à praia, por exemplo). As linhas indicam a relação gradual entre as escalas que podem ser: 1) em um determinado ponto, em que um bom tempo x equivale a um prazer y e que proporcionalmente podem crescer ou decrescer – quanto mais bom tempo, mais prazer, ou quanto menos bom tempo, menos prazer; 2) inversamente proporcionais, isto é, quanto menos bom tempo, mais prazer, ou quanto mais bom

⁴⁴ Esto significa que argumentar consiste en integrar siempre el estado de cosas del que se habla a una categoría mucho más general, categoría para la cual es válido el *topos* utilizado (tradução nossa).

tempo, menos prazer. Essas possibilidades lógicas de um *topos* geral, Ducrot (1990, p. 108-109) chama de *formas tópicas recíprocas* (FT), que são “linguisticamente diferentes, mas logicamente equivalentes”⁴⁵.

É a partir das noções de enunciadores apresentadas anteriormente e de *topos*, explica Ducrot (1990, p. 109), que se chega à concepção de argumentação. Nessa fase da teoria

O que faz um enunciador quando argumenta? Para mim, o enunciador faz duas coisas. Em primeiro lugar, escolhe um *topos* e em segundo lugar, situa o estado das coisas de que fala em um certo grau da escala antecedente do *topos*. Este segundo ponto significa que o enunciador dá um certo grau de argumentatividade, fraco ou forte, ao seu argumento.⁴⁶

Assim, essa noção de *topos* permite compreender como algumas argumentações são refutadas (DUCROT, 1990, p. 109). O interlocutor que pretende refutar, por exemplo, o convite à praia, pode apelar à escala antecedente, ou dificultar a aceitação da conclusão proposta, como se pode perceber nos discursos abaixo (DUCROT, 1990, p. 109):

(1) *Não faz um tempo tão bom assim.*

(2) *Faz bom tempo, mas a praia é muito longe.*

No discurso (1), o locutor questiona a posição do *tempo* na escala antecedente, julgando, dessa forma, que o *bom tempo* não é bom o suficiente para o passeio ou, pelo menos, segundo o ponto de vista do refutador, deveria ser um *bom tempo* mais alto na escala. Já no exemplo (2), o interlocutor que pretende rejeitar o convite, assim o faz, colocando o empecilho da distância entre a atual localização dos participantes do diálogo e a praia (nesse sentido, pode-se perceber uma gradualidade no *topos* que garante a justificativa de que quanto mais longe é a praia, por exemplo, menos favorável é a situação ao passeio). Para resumir, Ducrot (1990, p. 109-110) explica que “o argumentador faz dois movimentos. Por uma parte escolhe um *topos* e por outra, coloca a situação de que se fala num determinado lugar da escala antecedente”⁴⁷.

⁴⁵ Lingüísticamente diferentes pero lógicamente equivalentes (tradução nossa).

⁴⁶ ¿Qué hace un enunciador cuando argumenta? Para mí el enunciador hace dos cosas. En primer lugar escoge un *topos* y en segundo lugar sitúa el estado de cosas del que habla en un cierto grado de la escala antecedente del *topos*. Este segundo punto significa que el enunciador da un cierto grado de argumentatividad, débil o fuerte, a su argumento (tradução nossa).

⁴⁷ El argumentador hace dos movimientos. Por una parte escoge un *topos* y por otra, coloca la situación de la que habla en un determinado lugar de la escala antecedente (tradução nossa).

E é por essa capacidade de refutar uma argumentação que Ducrot (1990, p. 113) justifica a noção de *topos*. Ainda com o mesmo exemplo:

Faz bom tempo, vamos à praia.

A refutação pode acontecer de quatro maneiras diferentes, de acordo com o autor:

1) O interlocutor pode negar o argumento:

Para mim, não faz bom tempo hoje (portanto não devemos ir à praia hoje).

2) O interlocutor pode dar um argumento contra a conclusão:

Faz bom tempo, mas estou muito cansado (portanto não quero ir à praia hoje).

3) O interlocutor pode negar o *topos*:

Prefiro ir à praia quando chove (portanto não quero ir à praia hoje).

4) O interlocutor pode utilizar a gradualidade do *topos* para refutar a argumentação:

Amanhã fará mais calor que hoje (portanto o tempo será melhor e teremos mais prazer no passeio indo amanhã).

Tendo em vista essas argumentações, conforme Ducrot, não podemos responder a algo, caso não conheçamos o *topos* utilizado pelo locutor e

Por isso, devo dizer que para interpretar um enunciado argumentativo é necessário imaginar o *topos* utilizado pelo locutor. Em outras palavras, a frase utilizada pelo argumentador encerra em sua significação uma instrução que consiste em pedir ao interpretante buscar o *topos* no que se fundamenta a argumentação⁴⁸ (DUCROT, 1990, p. 113).

⁴⁸ Por lo tanto, debo decir que para interpretar un enunciado argumentativo es necesario imaginar el *topos* utilizado por el locutor. En otras palabras, la frase utilizada por el argumentador encierra en su significación un instrucción que consiste en pedir al interpretante buscar el *topos* en el que se fundamenta la argumentación (tradução nossa).

Portanto, além de buscar a conclusão, como promovia a forma *Standard* da ADL, buscase conhecer o *topos* para que haja entendimento da argumentação realizada pelo locutor (DUCROT, 1990, p. 113).

No texto *Os Topoi na “Teoria da Argumentação na Língua”* (DUCROT, 1999, p. 4-5), o autor explica as hipóteses que o levaram a assumir a noção de *topos* e acrescentá-la à ADL. São três as hipóteses comentadas pelo linguista.

A primeira hipótese consiste em dizer que o locutor faz admitir alguma coisa, ou, nas palavras do próprio autor “é a intenção estampada pelo locutor de *fazer admitir* alguma coisa. A hipótese consiste em ver uma tal intenção atrás dos encadeamentos argumentativos” (DUCROT, 1999, p. 4, grifo do autor). É a forma mais parecida com o sentido comumente atribuído ao termo *argumentação* vindo da retórica. Essa hipótese é recusada pelo autor.

A segunda hipótese é aquela que reflete o que já tratamos neste trabalho sobre *topos*, no momento que se afirma que este é uma justificativa da passagem de um argumento A para uma conclusão C, que é, em outras palavras, um princípio geral e conhecido tanto pelo locutor quanto pelo destinatário, mantendo as características de ser comum, geral e gradual.

A terceira hipótese propõe que uma frase poderia ser descrita como um feixe de *topoi*, e isto representaria seu potencial argumentativo. Para o autor (1999, p. 5, grifo do autor) “trata-se, para retomar minha terminologia, de admitir que certos *topoi* são *intrínsecos* à significação, e que a constituem representando o potencial argumentativo do qual está provida a frase”. Dessa forma, define o potencial argumentativo como o conjunto de *topoi* que se pode utilizar, e não mais como o conjunto de conclusões possíveis que se pode evocar de determinado argumento, como se dizia na forma *Standard* da ADL.

Para rechaçar a primeira hipótese, Ducrot (1999, p.8) mostra que a conclusão C já está presente no argumento A e, por isso, ela serve para construir A numa totalidade e vice-versa. Essa noção leva a considerar, então, o encadeamento argumentativo como unidade mínima portadora de sentido dentro da teoria da argumentação, visto que, isoladamente, nem A, nem C, possuem qualquer sentido informativo ou objetivo. Nas palavras do autor (1999, p. 8), “é portanto reciprocamente que o argumento e a conclusão de um encadeamento argumentativo se constituem mutuamente”.

Dessa forma, a noção de encadeamento argumentativo é reestruturada na terceira fase da ADL, a Teoria dos Blocos Semânticos, que tem por meta reivindicar a base estruturalista da teoria que foi perdida uma vez que os *topoi* foram levados em consideração para a construção

do sentido dos enunciados. A nova ideia de encadeamento argumentativo, bem como os pontos fundamentais da Teoria dos Blocos Semânticos, é tratada na próxima seção deste capítulo.

3.3 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

A Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) é a versão técnica atual da ADL. Sua proposta parte do que foi percebido por Carel, em sua tese de doutorado em 1992, de que a garantia de passagem do argumento para a conclusão por um *topos*, isto é, um princípio fora do discurso linguístico, estava em desacordo com a base estruturalista da ADL. Nesse sentido, para Carel (2012, p. 29-30, grifo da autora),

A TBS é mais precisamente uma versão radical da Teoria da Argumentação na Língua, no sentido de que ela não somente admite que a significação dos termos plenos contém os predicados argumentativos, mas, além disso, ela supõe que a significação dos termos plenos contém *apenas* predicados argumentativos. Não há, na TBS, a função “representativa” da língua materna. Mesmo que falemos do mundo (que admitimos, às vezes, ocorrer), nossos enunciados não fornecem uma descrição de verdade.⁴⁹

A TBS, então, atualmente, é desenvolvida por Carel e Ducrot (2005) e inclui conceitos novos, em relação às outras fases da teoria, como o de bloco semântico, aspecto argumentativo e interdependência semântica. Comentamos tais conceitos e outros referentes à TBS na sequência desta seção. Em relação à TBS, Barbisan e Graeff et al (2010, p. 202-203, grifo das autoras) sublinham que

Essa nova versão da ADL passa a tomar como objeto de descrição os próprios encadeamentos argumentativos, e não mais seus constituintes. A argumentação, vista na Teoria dos *Topoi* por uma *relação de justificação*, passa a ser definida pela *interdependência das palavras* que constituem os segmentos sintáticos dos encadeamentos, os quais *se fazem sentido é no conjunto*, ou seja, no encadeamento.

⁴⁹ La TBS est plus précisément une version radicale de la théorie de l’Argumentation Dans la Langue, en cela que, non seulement elle admet que la signification des termes pleins contient des prédicats argumentatifs, mais de plus, elle suppose que la signification des termes pleins contient *seulement* des prédicats argumentatifs. Il n’y a pas, selon la TBS, de fonction « représentative » première de la langue (tradução nossa).

Primeiramente, destacamos o que conduziu os estudos de Carel (1995, p. 187) a criticar a inserção dos *topoi* à ADL. Essa crítica foi aceita por Ducrot (CAREL; DUCROT; 2005, p. 12) que sugere o seguinte exemplo em sua conferência:

O hotel está perto, portanto é fácil de chegar.

[El hotel está cerca, por lo tanto es fácil de llegar.]

A respeito desse exemplo, os autores (2005, p. 13) destacam que a garantia é dada pelo princípio de que, quanto mais perto se está de algum lugar, mais fácil é de chegar até ele. De acordo com a fase *Standard Ampliada* da ADL, as relações argumentativas ficavam suscetíveis a princípios de uma ordem qualquer que não linguística, ferindo, assim, a proposta primeira da ADL, de uma linguística semântica. Nas palavras de Carel e Ducrot (2005, p. 13), “ao basear, então, a argumentação em noções independentes da língua, estávamos, em realidade, renunciando ao princípio saussuriano, segundo o qual a língua somente é estudada a partir dela mesma”⁵⁰.

A respeito disso, Barbisan (2005, p. 70-71) salienta que “para a teoria da argumentação na língua e para a teoria dos blocos semânticos, a argumentação está na própria língua, não nos fatos”. Isso mostra claramente que a inclusão dos *topoi* como justificativa de passagem do argumento para a conclusão feria os preceitos fundamentais da ADL.

A tese proposta por Carel (1995, p. 187) é a crítica a essa renúncia às bases estruturalistas que os *topoi* forçavam a ADL realizar. Nesse sentido, Carel e Ducrot (2005, p. 13) pontuam que

A ideia central da teoria é que o sentido próprio de uma expressão é dado pelos discursos argumentativos que podem ser encadeados a partir dessa expressão. A argumentação não se agrega ao sentido, mas sim constitui o sentido. Jean-Claude Anscombe e eu tentamos construir a teoria dos *topoi* para dar conta desse fenômeno. Marion Carel se deu conta de que esta teoria, na realidade, traía a ideia da TADL, pois baseava a argumentação em elementos existentes no mundo, enquanto o que tentamos estabelecer é que a argumentação é de ordem estritamente linguística.⁵¹

⁵⁰ Al basar, entonces, la argumentación en nociones independientes de la lengua, estábamos, en realidad, renunciando al principio saussureano según el cual la lengua sólo se estudia a partir de ella misma (tradução nossa).

⁵¹ La idea central de la teoría es que el sentido mismo de una expresión está dado por los discursos argumentativos que pueden encadenarse a partir de esa expresión. La argumentación no se agrega al sentido, sino que constituye el sentido. Jean-Claude Anscombe y yo intentamos construir una teoría de los *topoi* para dar cuenta de este

A partir daí, Carel e Ducrot (2005) desenvolvem a TBS, confirmando a proposta da ADL de que o sentido de uma entidade linguística é constituído por determinados discursos que a entidade permite evocar e não em fatos, ideias ou qualquer outro princípio psicológico alheio à entidade. Quando se fala em discursos que se pode evocar, na TBS, trata-se de *encadeamento argumentativo*. De acordo com Ducrot (2006, p. 156), o sentido de uma entidade linguística é

Um conjunto de encadeamentos argumentativos, ainda chamados de “argumentações”, que são ligados pela língua a essa entidade. Essas argumentações são, para nós, sequências de duas proposições (no sentido gramatical do termo, próximo daquele do inglês *clause*) ligadas por um conector que pode ser do tipo *portanto*, e também, de acordo com a TBS, do tipo *mesmo assim*⁵².

Assim, o encadeamento argumentativo é composto por dois segmentos unidos por um conector. A fórmula geral que representa um encadeamento argumentativo é a seguinte:

X CONECTOR Y

X e Y são segmentos ligados por um conector que pode ser de dois tipos, normativo ou transgressivo. Os conectores normativos são do tipo DC (*donc*, no francês, *portanto*, português); e os transgressivos são do tipo PT (*pourtant*, no francês, *mesmo assim*, no português). Vale ressaltar que são tipos de conectores e não necessariamente as conjunções propostas, outras similares, da mesma família, podem ser encontradas conectando os segmentos X e Y de um determinado encadeamento. Dessa forma, há, então, encadeamentos normativos e encadeamentos transgressivos, de acordo com o conector utilizado para ligar os dois segmentos. Ratificando a ideia de que o sentido é linguístico, Graeff (2005, p. 115) destaca que

fenómeno. Marion Carel se dio cuenta que esta teoría en realidad traicionaba la idea misma de la TADL, pues basaba la argumentación en elementos existentes en el mundo, mientras que lo que intentamos establecer es que la argumentación es de orden estrictamente lingüístico (tradução nossa).

⁵² Un ensemble d'enchaînements argumentatifs, encore appelés « argumentations », qui son attachés par la langue à cette entité. Ces argumentations sont, pour nous, des suites de deux propositions (au sens grammatical du terme, proche de celui de l'anglais *clause*) reliées par un connecteur qui peut être soit du type de *donc*, soit aussi, selon la TBS, du type de *pourtant* (tradução nossa).

o sentido de uma entidade linguística não é construído pelas coisas ou fatos que ela denota, nem pelos pensamentos ou crenças que exprime, mas pelos encadeamentos discursivos que evoca, a saber as “argumentações”. Uma argumentação é um discurso (ou, ainda, um encadeamento) do tipo X CON Y (no qual CON = conector).

É aí que reside uma das grandes diferenças entre a fase inicial da ADL e a TBS, como afirmam Carel e Ducrot (2005, p. 53), pois a ADL *Standard* compreendia por argumentação apenas os encadeamentos argumentativos em DC e, por isso, eram sempre movimentações conclusivas. Na TBS “não apenas encadeamentos do tipo *isto portanto aquilo*, mas também encadeamentos do tipo *isto mesmo assim aquilo*. E colocamos no mesmo plano o normativo *portanto* e o transgressivo *mesmo assim*”⁵³ (CAREL; DUCROT, 2005, p. 53).

Esse acréscimo de um outro tipo de encadeamento que não aquele conectado por um *portanto* foi destacado e discutido por Carel (1995, 168). Ela pontua que o conector *pourtant* passa a ser tratado como primário, assim como *donc* para encadeamentos em que esse não pode ser utilizado. Pensando no exemplo, *Pedro é rico, portanto é feliz*, Carel (1995, p. 168) explica que um encadeamento em *mesmo assim* é igualmente possível:

Como esses são dois tipos de argumentação, será necessário definir não apenas a noção de riqueza exemplificada em *Pedro é rico: ele deve ser feliz* mas também a que se encontrou em *Pedro é rico e mesmo assim ele é infeliz*. Em outras palavras, é necessário definir, bem como a noção de riqueza que o faz contente, a noção de riqueza não previne você de ser infeliz.⁵⁴

Essa noção proposta por Carel foi realizada com um olhar sobre a fase *Standard* Ampliada da ADL, já com uma proposta de refutação da utilização dos *topoi* como garantia de passagem do argumento para a conclusão. A autora (1998, p. 279) afirma que “os encadeamentos com *mesmo assim* são encadeamentos argumentativos da mesma forma que os encadeamentos com *portanto*: ambos refletem uma capacidade abstrata da língua para argumentar”⁵⁵. Dessa forma, os encadeamentos transgressivos mostram as exceções possíveis

⁵³ No solamente encadenamientos del tipo *esto por lo tanto aquello*, sino también encadenamientos del tipo *esto sin embargo aquello*. Y ubicamos en el mismo plano el normativo *por lo tanto* y el transgressivo *sin embargo* (tradução nossa).

⁵⁴ As these are two different types of argumentation, it will be necessary to define not just the notion of richness exemplified in *Pierre est riche: il doit être heureux* but also that found in *Pierre est riche et pourtant il est malheureux*. In other words, it is necessary to define, as well as the notion of richness which makes you content, the notion of richness which does not prevent you from being unhappy (tradução nossa).

⁵⁵ Los encadenamientos con *sin embargo* son encadenamientos al igual que los encadenamientos con *por lo tanto*: ambos reflejan una capacidad abstracta de la lengua para argumentar (tradução nossa).

em relação aos encadeamentos normativos em *portanto*, bem como o próprio nome *normativo* sugere, referente a um padrão, uma norma.

Entre os segmentos do encadeamento, há uma relação de interdependência semântica, o que rechaça, de uma vez por todas, a possibilidade de inferência retórica de um argumento A a uma conclusão C. Para Carel e Ducrot (2005, p.16) “nos dois tipos de encadeamentos se manifesta um fato fundamental, a saber, que cada um dos dois segmentos encadeados somente toma seu sentido na relação com o outro. Este fenômeno é o que temos chamado de interdependência semântica”⁵⁶. Nesse sentido, Barbisan (2005, p. 71) explica que

Na proposta de Carel, o sentido argumentativo de A portanto C está na interdependência entre os dois segmentos A e C que compõem o *bloco semântico*, em contraposição, portanto, à passagem inferencial do argumento para a conclusão. A argumentatividade consiste, assim, na convocação de princípios que constituem o próprio sentido dos encadeamentos. Esses princípios não são a associação de conceitos independentes que teriam um papel secundário, garantindo a passagem do argumento para a conclusão. Ao contrário, na teoria dos blocos semânticos, esses princípios são representações unitárias que assumem papel essencial, porque são o próprio conteúdo semântico dos encadeamentos argumentativos.

Com base nas citações acima, pensemos, por um momento, sobre o exemplo utilizado por Carel e Ducrot (2005, p. 16-18) em uma situação hipotética de discussão entre professores de uma escola a respeito de um problema. Em (1) é perceptível um conector normativo implícito:

(1) É um verdadeiro problema, posterguemos o assunto, não nos ocupemos disso no momento.

Assim, o encadeamento sugerido é:

Problema (situação delicada) PORTANTO postergar

Nesse caso, ou de qualquer outro encadeamento de X DC Y, ou *isto portanto aquilo*, X só é compreendido quando em relação com Y e vice-versa. Da mesma forma acontece com os encadeamentos transgressivos, ou seja, os que possuem conectores do tipo PT: o sentido é

⁵⁶ En los dos tipos de encadenamientos se manifiesta un hecho fundamental, a saber, que cada uno de los dos segmentos encadenados toma solamente su sentido en la relación con el otro. Este fenómeno es el que hemos llamado *interdependencia semántica* (tradução nossa).

descrito através da interdependência semântica, isto é, linguisticamente, sem a necessidade de uma garantia extralinguística. Por isso, Carel e Ducrot (2005, p. 19-20) explicam que

A semântica estrutural implica, com efeito, que não é possível descrever as palavras através de elementos não linguísticos. Se consideramos que os conectores envolvem interdependência, devemos admitir que os encadeamentos somente têm uma realidade discursiva.⁵⁷

Como já fora destacado anteriormente, há dois tipos de encadeamentos argumentativos (X CON Y): os normativos (CON = portanto) e os transgressivos (CON = mesmo assim). Essa nomenclatura é necessária para compreender o conceito de *aspecto argumentativo*, que Carel e Ducrot (2005, p. 21) explicam, retomando o exemplo já utilizado, referente à distância do hotel:

O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil de chegar.

O aspecto argumentativo é uma espécie de generalização dos segmentos, isto é, engloba apenas o que é pertinente para a argumentação. No caso do exemplo do hotel, tem-se um esquema de X DC Y, em que X (o hotel está perto da Universidade) é o primeiro segmento e Y (é fácil de chegar) é o segundo, ligados por um conector normativo. Para Carel e Ducrot (2005, p. 20) o que é pertinente em X é *perto* e em Y, *fácil de chegar*. A essas generalizações dos segmentos X e Y, os autores atribuem as nomenclaturas de A e B, respectivamente, e chama de *aspecto A DC B* o conjunto de encadeamentos argumentativos normativos X DC Y nos quais X contém A e Y contém B. Em outras palavras, o aspecto A DC B (*perto DC fácil de chegar*) contém encadeamentos como:

O hospital é perto da nossa casa, portanto é fácil de chegar.

A casa dele fica perto do aeroporto, portanto é fácil de chegar lá.

Da mesma forma, funciona o aspecto transgressivo, ou seja, os aspectos com conectores do tipo PT. Esse aspecto A PT B é o conjunto de encadeamentos argumentativos transgressivos

⁵⁷ La semántica estructural implica, en efecto, que no es posible describir las palabras através de elementos no lingüísticos. Si consideramos que los conectores involucran interdependencia, debemos admitir que los encadenamientos sólo tienen una realidad discursiva (tradução nossa).

em que X contém A e Y contém B, sem que A ou B pertençam a uma negação. No entanto, no caso do exemplo, resultaria em algo absurdo:

O hotel fica perto da Universidade, mesmo assim é fácil chegar.

Enquanto A DC B é possível, A PT B só se torna possível na língua cotidiana se for acrescida uma negação:

O hotel fica perto da Universidade, mesmo assim não é fácil de chegar.

Somados a estas possibilidades, Carel e Ducrot (2005, p. 21) apresentam outras, quando se acrescentam as negações aos aspectos, totalizando oito possibilidades:

(1) A DC B

A casa dele fica perto do aeroporto, portanto é fácil de chegar lá.

(2) A PT B

A casa dele fica perto do aeroporto, mesmo assim é fácil de chegar lá.

(3) NEG-A DC B

A casa dele não fica perto do aeroporto, portanto é fácil de chegar lá.

(4) NEG-A PT B

A casa dele não fica perto do aeroporto, mesmo assim é fácil de chegar lá.

(5) A DC NEG-B

A casa dele fica perto do aeroporto, portanto não é fácil de chegar lá.

(6) NEG-A DC NEG-B

A casa dele não fica perto do aeroporto, portanto não é fácil de chegar lá.

(7) A PT NEG-B

A casa dele fica perto do aeroporto, mesmo assim não é fácil de chegar lá.

(8) NEG-A PT NEG-B

A casa dele não fica perto do aeroporto, mesmo assim não é fácil de chegar lá.

Com base nos exemplos de encadeamentos possíveis para os aspectos, percebe-se que os encadeamentos argumentativos a partir de (1), (4), (6) e (7) são possíveis e que (2), (3), (5) e (8) são absurdos devido às circunstâncias apresentadas.

Uma vez comentado a respeito dos aspectos, passamos a tratar do bloco semântico propriamente dito. Para Carel e Ducrot (2005, p. 23), há interdependência semântica entre alguns aspectos, criando assim um bloco semântico entre segmentos de discurso e suas negações, unidos por um conector DC ou PT, sendo este a peça mais importante do encadeamento, mantendo, dessa forma, a ADL fiel à base estruturalista cuja premissa principal é de que a língua seja explicada pela própria língua e não através de princípios externos.

Para chegar a essa conclusão, Carel e Ducrot (2005, p. 23) partem do seguinte discurso como exemplo:

(1) *Há um verdadeiro problema, portanto o deixemos de lado.*

[Hay un verdadero problema, por la tanto dejémoslo de lado.]

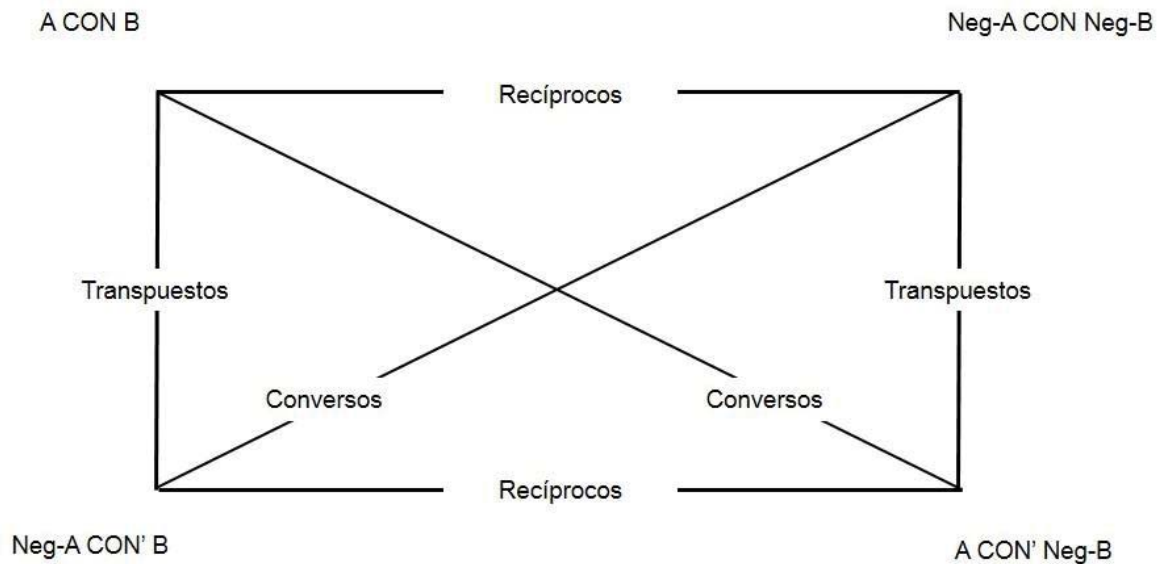
Nesse exemplo, o autor destaca como pertinentes os elementos A e B, *problema* e *deixar de lado*, respectivamente. Tendo em vista o discurso exemplificado, pode-se dizer que o encadeamento é do tipo A DC B e que, no encadeamento, A traz um sentido de *dificuldade* e B um sentido de *postergar*. Da mesma forma, os encadeamentos pertencentes aos aspectos A PT NEG-B, NEG-A PT B e NEG-A DC NEG-B expressam esses sentidos aos elementos de A e B, propondo, assim, um bloco semântico que relaciona *dificuldade* e *postergar*, ou seja, os encadeamentos mencionados possuem a mesma relação de interdependência semântica.

Já os encadeamentos pertencentes aos aspectos A DC NEG-B, A PT B, NEG-A DC B e NEG-A PT NEG B, que possuem entre si a mesma interdependência semântica, formariam um outro bloco, diferente do anterior.

Os quatro elementos de cada bloco podem ser representados formalmente nos quadrados argumentativos. Para fins de nomenclatura, Carel e Ducrot (2005, p. 40), como já fora destacado aqui, chamam de CON as palavras que são responsáveis pelo caráter normativo ou transgressivo do discursos e os termos abstratos representados por DC ou PT nos nomes dos aspectos. Em relação aos aspectos, se o conector em DC é representado por CON, o conector em PT será representado por CON' e vice-versa. X e Y representam o que precede e o que segue, respectivamente, o conector CON ou CON' no nome dos aspectos. Ambos X e Y podem conter negações: X pode ser A ou NEG-A e Y pode ser B e NEG-B, porém A e B não possuem negações.

Os quatro cantos do quadrado argumentativo representam, assim, o sentido de palavras ou discursos e, possuem relações de conversão, reciprocidade e transposição entre si. Segue o Quadrado argumentativo, conforme consta no Quadro 1:

Quadro 1: Quadrado argumentativo



Fonte: Carel e Ducrot (2005, p. 41)

A relação de conversão entre os aspectos A CON B e A CON' NEG-B, NEG-A CON' B e NEG-A CON NEG-B, representa uma situação de quase negação. Os aspectos recíprocos A CON B e NEG-A CON NEG-B, NEG-A CON' B e A CON' NEG-B, possuem uma relação totalmente contrária de sentido e, por isso, é uma relação recíproca. A relação de transposição se dá entre os aspectos A CON B e NEG-A CON' B, NEG-A CON NEG-B e A CON' NEG-B, e pode ser parafraseada com *A em todo caso B*. Para Carel e Ducrot (2005, p. 50), “estas relações se encontram em todos os quadrados argumentativos que se podem construir”⁵⁸.

Tendo em vista a argumentação das palavras e dos discursos como foco, e não a informação, Carel e Ducrot (2005, p. 62) apresentam a ideia de que há dois tipos de argumentação: a externa e a interna. A argumentação externa (AE) é aquela que se dá com o próprio segmento do encadeamento, que está à direita ou à esquerda. Por outro lado, a argumentação interna (AI) não está materialmente marcada no enunciado, pois é uma expressão próxima da realizada, uma paráfrase do discurso, um encadeamento evocado.

⁵⁸ Estas relaciones se encuentran en todos los cuadrados argumentativos que se pueden construir (tradução nossa).

Assim, esses dois tipos de argumentação estão vinculados às entidades linguísticas, estando presentes na materialidade expressa ou evocados a partir desta.

A argumentação externa (AE) está presente na materialidade linguística de determinada entidade *e*, nas palavras de Carel e Ducrot (2005, p. 62),

a argumentação externa de uma entidade linguística *e* são os encadeamentos nos quais *e* pode ser, ora a origem, ora o término. Em outras palavras, a argumentação externa de uma entidade *e* está constituída pelos encadeamentos que vão até *e* ou que vem de *e*.⁵⁹

Com isso, pode-se perceber as categorias da argumentação externa: AE à esquerda, isto é, aquilo que antecede da entidade *e*; e AE à direita, aquilo que parte da entidade *e*. Para exemplificar, foi utilizado o exemplo do vocábulo *prudente* em encadeamentos do tipo *e* DC X e X DC *e*.

Pedro é prudente, portanto está seguro. (AE à direita)

Tem medo, portanto é prudente. (AE à esquerda)

Além disso, os autores pontuam que, para cada encadeamento do tipo *e* DC X (ou X DC *e*), representando a argumentação externa, existem também os encadeamentos conversos *e* PT Neg-X e Neg-X PT *e*. Recuperando os exemplos citados anteriormente, tem-se:

Pedro é prudente, mesmo assim não está seguro. (*e* PT Neg-X)

Não tem medo, mesmo assim é prudente. (Neg-X PT *e*)

Além de serem, ou à esquerda, ou à direita, as AE podem ser do tipo estrutural ou do tipo contextual. As AE “estruturais são estritamente determinadas pela língua”⁶⁰ (CAREL; DUCROT, 2005, p. 64). Os autores explicam que os encadeamentos *prudente* DC *seguro* e *prudente* PT Neg-*seguro* fazem parte da significação de *prudente*, sendo assim, AE estrutural. No entanto, as AE podem ser, também, contextuais, isto é, quando a argumentação depende de

⁵⁹ La argumentación externa de una entidad lingüística *e* son los encadenamientos en los que *e* puede ser ya el origen, ya el término. En otras palabras, la argumentación externa de una entidad *e* está constituida por los encadenamientos que van hacia *e* o que vienen de *e* (tradução nossa).

⁶⁰ Están estrictamente determinadas por la lengua (tradução nossa).

cada situação discursiva, por exemplo, *prudente DC merece confiança* e *prudente PT Neg-merece confiança*. Esses encadeamentos são expressos a partir do contexto sobre o qual se discursa, se sobre um motorista que merece confiança por ser prudente ou se sobre um guarda-costas que deveria ser, por vezes, imprudente para realizar seu trabalho com excelência.

As argumentações internas (AI) de uma entidade *e* são os encadeamentos parafrásticos evocados de uma palavra (ou entidade) que a reformula. As AI se diferenciam das AE, primeiramente pelo fato de que são de paráfrases, ou seja, a materialidade linguística não está presente no encadeamento como segmento construtivo. Pode-se exemplificar com a AI de *prudente* que pode ser evocada pelo aspecto *perigo DC precaução*. Outra diferença entre as argumentações internas e externas é que a AI de uma entidade *e* não comporta os encadeamentos conversos: O aspecto da AI de *prudente* pode ser *perigo DC precaução* (X CON Y), no entanto não pode ser *perigo PT Neg- precaução* (X CON' Neg-Y), que, segundo os autores, é a AI de outra palavra, a saber, *imprudente*.

Continuando com o mesmo exemplo, a AI de *prudente*, pode-se perceber que, mesmo não havendo a possibilidade de se evocar o aspecto converso X CON' Neg-Y, a AI comporta a relação de reciprocidade entre os aspectos: além de *perigo DC precaução*, é possível haver o recíproco *Neg- perigo DC Neg- precaução*, sendo o aspecto do tipo Neg-X DC Neg-Y.

Da mesma forma que as AE podem ser contextuais ou estruturais, as AI podem, também, ser determinadas pela estrutura da língua ou pela situação discursiva da qual é evocada: *perigo DC precaução* está presente na significação da língua para a entidade *prudente*, sendo entendida, então, como AI estrutural de *perigo*; pensando em uma AI contextual para *prudente*, cita-se a história de uma pessoa que recebe pouco dinheiro e, por isso, gasta pouco. Nesse caso, tem-se a AI de *prudente* expressa pelo aspecto *recebe pouco DC gasta pouco*, uma AI contextual.

A fim de concluir a seção, retomamos, brevemente, a ideia geral da TBS, utilizando as palavras de Carel:

A TBS supõe que todos os termos plenos da língua são descritos por predicados argumentativos, o que quer dizer que todos os enunciados são parafraseáveis por discursos argumentativos. Essas paráfrases argumentativas podem ser de duas formas. Elas podem comportar uma conjunção do tipo de *donc, si* ou ainda *parce que*, e são as chamadas “normativas”, mas elas podem igualmente comportar uma conjunção do tipo de *pourtant, même si* ou ainda *bien que* (note-se que *mais* não faz parte desta lista) e elas são as chamadas “transgressivas” (CAREL, 2012, p. 28)⁶¹.

⁶¹ La TBS fait l'hypothèse que tous les termes pleins de la langue sont à décrire par des prédicats argumentatifs, c'est-à-dire que tous les énoncés sont paraphrasables par des discours argumentatifs. Ces paraphrases

Uma vez que o arcabouço teórico considerado necessário para o entendimento da proposta desta dissertação foi comentado e discutido à luz dos escritos teóricos, passamos ao referencial metodológico que norteia as análises na sequência deste trabalho.

argumentatives peuvent être de deux sortes. Elles peuvent comporter une conjonction du type de *donc*, *si* ou encore *parce que*, et sont alors dites « normatives », mais elles peuvent également comporter une conjonction du type de *pourtant*, *même si* ou encore *bien que* (on notera que *mais* ne fait pas partie de cette liste), et elles sont alors dites « transgressives » (tradução nossa).

4 A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DOS ENUNCIADOS: UMA INTERFACE POSSÍVEL ENTRE AS CONCEPÇÕES DIALÓGICA E ARGUMENTATIVA DE LINGUAGEM

4.1 *CORPUS* E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos o *corpus* que será analisado e os procedimentos adotados para a realização da análise, com o objetivo de pôr em funcionamento a proposta desenvolvida por Graeff e Timmermann (2014a) de interface entre as concepções dialógica e argumentativa de linguagem.

O *corpus* escolhido para a realização das análises é composto por quatro tiras de *Calvin & Hobbes*, criadas por Bill Watterson e publicadas originalmente no jornal norte-americano *The New York Times*, dominicalmente, entre os anos de 1985 e 1995. A temática das tiras é variada e envolve situações do cotidiano de um menino de 6 anos, Calvin, seu tigre de pelúcia Hobbes, que ganha vida na imaginação do menino, sua família, professores e amigos. Calvin possui uma imaginação muito fértil e o humor geralmente é causado devido às suas reações, pontos de vista e interação com os outros personagens. Segundo o próprio criador das tiras, Watterson (2001, p. 7), “quando *Calvin & Hobbes* apareceram pela primeira vez, era um tanto surpreendente tratar da realidade como subjetiva e desenhar uma tira com múltiplos pontos de vista, justapondo a visão do Calvin com o que os outros viam”⁶². As tiras selecionadas são apresentadas no idioma original, seguida de uma tradução livre. A escolha do *corpus* deu-se, primeiramente, devido às tiras apresentarem textos curtos e na forma mais comum de diálogo, o face-a-face, fato que auxilia a realização das análises e se assemelha ao exemplo proposto por Voloshinov (1926/2012), apresentado por nós no item 2.3 desta dissertação. Além disso, o gênero tira é um recurso válido para o desenvolvimento de exercícios de leitura em sala-de-aula, tanto na língua materna quanto em aulas de língua estrangeira, visto que desperta o interesse dos estudantes em relação à leitura.

O gênero tira (*comic strips*, ou simplesmente *strip*, em inglês) tem origem nos EUA e é publicado em jornais ou revistas (ou em sites, blogs, etc.). As tiras são uma versão reduzida em tamanho das Histórias em Quadrinhos (*Comics*) e têm, em sua maioria, uma temática

⁶² When Calvin and Hobbes first appeared, it was somewhat surprising to treat reality as subjective, and to draw a strip with multiple viewpoints, juxtaposing Calvin’s vision with what others saw (tradução nossa).

humorística ou satírica, mas podem abordar outros temas, como críticas políticas, por exemplo. Para McCloud (1994), os *Comics* são representações gráficas ou imagens ordenadas de maneira deliberada que têm o intuito de transmitir uma informação ou causar um certo tipo de reação no leitor.

A leitura da primeira tira explicitará a proposta de interface que defendemos neste trabalho, na medida em que são mostrados os passos de análise utilizados. As três tiras seguintes observam, então, esses passos adotados para a construção do sentido das tiras, com base em procedimentos que são, em síntese, os seguintes:

- 1) A tira em questão em questão é apresentada, seguida de uma tradução livre, no início de cada seção de leitura/análise;
- 2) É descrita a situação imediata (horizonte espacial comum) dos personagens da tira;
- 3) É situado o contexto mediato de cada participante do diálogo, o que dá suporte à avaliação da situação realizada pelos personagens em questão;
- 4) Os fatores extralinguísticos presumidos são explicitados em forma de *topos*, garantindo a conclusão dos enunciados (argumentos);
- 5) Por fim, a interface proposta entre as concepções de linguagem é posta em pauta, bem como uma leitura argumentativa dos discursos apresentados, com vistas à fase atual da ADL, a TBS, isto é, sem a recorrência aos fatores alheios ao linguístico para a construção do sentido, e, ainda, uma discussão nossa, como leitores, da tira.

As análises mostram o funcionamento da proposta de interface entre as concepções de linguagem, sendo que os passos 2 e 3 ativam as premissas da concepção dialógica⁶³ e os passos 4 e 5 relacionam as duas concepções de linguagem, sublinhando a interface sugerida. Uma vez que são conhecidos os procedimentos metodológicos, damos sequência a este trabalho com as análises.

⁶³ Vale ressaltar que o foco de atenção principal nas análises deste trabalho são os discursos verbais, com breves comentários sobre os signos não verbais (que fazem parte da composição da análise dialógica).

4.2 LEITURA DAS TIRAS

4.2.1 Tira 1 – Dia perfeito

Aqui, fazemos a exposição detalhada da proposta de interface entre as concepções dialógica e argumentativa de linguagem, no que diz respeito ao movimento de construção do sentido dos enunciados.

Utilizamos, assim como nas análises subsequentes, uma tira de *Calvin & Hobbes* para desenvolver a proposta desta dissertação e nortear a metodologia seguida nas análises. Passemos, então, à tira (Figura 1).

Figura 1 – Dia perfeito



Fonte: Watterson (2014a)

Tradução livre:

Quadro 1:

Hobbes: Que dia perfeito!

Quadro 2: Ø

Quadro 3: Ø

Quadro 4:

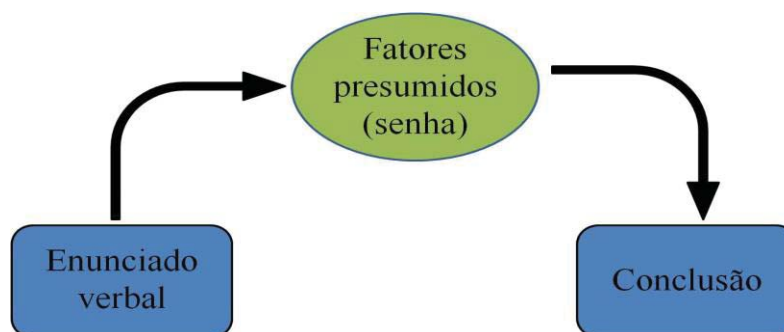
Calvin: Se alguma coisa não **acontecer** aqui logo, eu vou pirar.

Para mostrar o funcionamento da construção do sentido de enunciados com base em procedimentos que constituem a interface entre as concepções dialógica e argumentativa de linguagem, partimos da análise sugerida por Voloshinov (1926/2012), em *Discourse in life and discourse in art*, discutido na terceira seção do capítulo 2 desta dissertação.

Os discursos que, de certa forma, são simples, na Figura 1, permitem-nos comparar a situação representada na tira com o exemplo proposto por Voloshinov (1926/2012). Em seu texto, o autor sugere um enunciado composto apenas pelo advérbio *bem*. Em sua discussão a respeito de como se poderia compreender esse enunciado, o autor ressalta que é impossível um enunciado ser analisado e/ou compreendido apenas por sua materialidade linguística. Sendo assim, havia a necessidade de conhecer fatores extralinguísticos para que, então, o enunciado pudesse ser entendido pelos colocutores (locutor e interlocutor), no momento da enunciação. De acordo com o Voloshinov (1926/2012), os fatores externos são: o horizonte espacial comum, o conhecimento/compreensão comum dos interlocutores e a análise feita por eles.

O movimento realizado, nesse sentido, para a construção do sentido, tem por base o material linguístico, o enunciado verbal, e busca, exteriormente, o sentido real para as palavras, uma vez que, em si, as palavras são apenas sinais de possíveis sentidos a serem atribuídos, que, segundo Voloshinov (1926/2012), são fatores conhecidos pelos participantes do diálogo, entretanto, estão, apenas, presumidos, fato que assemelha o enunciado concreto ao entimema. Uma vez concretizadas no enunciado, isto é, quando conhecidos os fatores presumidos, as palavras ganham seu valor único, compreendido pelos envolvidos no diálogo através de uma avaliação desses indivíduos, permitindo, então, após a conclusão de sobre o que trata a enunciação, uma resposta por parte do interlocutor. Esse movimento de construção do sentido pode ser representado pelo esquema que segue, conforme a Figura 2:

Figura 2 – Enunciado/Fatores presumidos/Conclusão



Fonte: elaborada pelo acadêmico

Na situação representada na Figura 1, o horizonte comum (contexto imediato) entre os personagens (Calvin e Hobbes) é estar sob a sombra de uma árvore, que reflete a calma de uma tarde propícia para o descanso. No primeiro quadro, Hobbes comenta a situação com o enunciado avaliativo “Que dia perfeito!”. Nesse momento, ao realizar o enunciado, ele expressa sua satisfação em estar relaxando à sombra da árvore.

Dois quadros não apresentam discursos verbais e transmitem a sensação de passagem de tempo. Esse tempo, comum aos personagens, vai ser concretizado no último quadro, quando Calvin expressa sua insatisfação a respeito da cena: “Se não **acontecer** alguma coisa logo, eu vou pirar!”. Somente nesse momento, torna-se compreensível a avaliação oposta dos dois personagens sobre a temática da narrativa.

Para avaliar a situação, cada personagem, que está situado sócio-historicamente, conta com os fatores referentes a determinado grupo ou comunidade a que pertence. Por isso, ao dizer que iria enlouquecer caso nada acontecesse, o menino avalia a situação negativamente, posto que um dia perfeito para uma criança é um dia repleto de atividades; ao contrário de Hobbes, que compreende um dia perfeito como um dia de descanso, atitude atribuída a adultos ou idosos, na maioria dos casos.

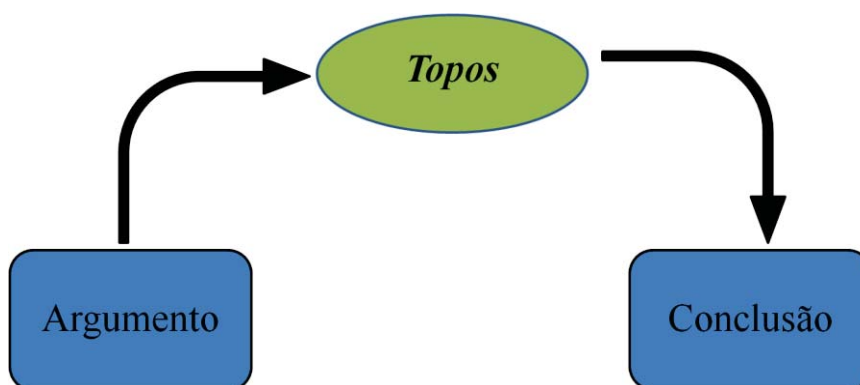
De acordo com o que Bakhtin (1952-53/2011) explica sobre o valor social atribuído aos signos, ressaltamos o entendimento diferente de *dia perfeito*, dos personagens. *Dia perfeito*, reiteramos, é, para uma criança, uma situação que envolva atividades. Já um adulto atribui a *dia perfeito* o valor de descanso. Tomemos por exemplo uma reunião familiar durante as comemorações natalinas. As crianças ficam animadas, pois encontram seus irmãos, primos, etc., ganham presentes, comem pratos especiais e têm a possibilidade de brincar até que não tenham mais forças físicas para tal. No entanto, para os adultos, a celebração, comumente, reúne familiares e amigos para conversas, risadas e, por fim, o descanso, assim que as crianças dormem. Para as crianças, a festa de natal é geralmente perfeita, assim como para os adultos, porém o valor de perfeição é atribuído por fatores diferentes.

Assim, temos a situação extraverbal unida às enunciações expressas: um ambiente comum, à sombra da árvore, no caso; a compreensão da situação por ambos os locutores; e a avaliação oposta. A avaliação positiva atribuída pelo tigre e a avaliação negativa realizada pelo menino. Pode-se perceber, dessa forma, que os personagens avaliam o momento a partir de contextos sociais mediatos diferentes. Enquanto o menino demonstra o tédio de uma criança de 6 anos ao permanecer sentado/parado durante muito tempo, sem ter algo para fazer; o tigre fala de uma posição adulta (mesmo sendo ele fruto da imaginação do menino, aqui percebemos que

ele assume uma personalidade de adulto em relação a Calvin), louvando o momento de descanso sentado à sombra da árvore.

Com base nisso, percebemos uma grande semelhança no movimento de construção do sentido da ADL *Standard* Ampliada e a proposta de análise dialógica: a partir de um argumento (enunciado, segundo a concepção dialógica), busca-se um *topos* exterior que garante a passagem para uma conclusão possível, já sugerida pelo argumento. Vejamos o movimento da passagem do argumento para a conclusão, garantida por um *topos*, no modelo, conforme a Figura 3:

Figura 3 – Argumento/*Topos*/Conclusão



Fonte: elaborada pelo acadêmico

Como destacamos, o sentido de *dia perfeito* é diferente para Calvin e Hobbes, pois este avalia a situação da Figura 1 de maneira positiva, e aquele de forma negativa. De acordo com Carel e Ducrot (2005), a entidade mínima portadora de sentido é um encadeamento argumentativo, cujos predicados podem ser conectados por *donc* (portanto) ou, segundo Carel (1995), *pourtant* (mesmo assim). Sendo assim, podem-se constituir os seguintes encadeamentos:

- (1) Dia perfeito DC nada para fazer
- (2) Dia perfeito DC muito para fazer

Para garantir a passagem do argumento *dia perfeito* para cada uma das conclusões, segundo a fase *Standard* Ampliada da ADL, seria necessário conhecer um *topos* que não está na língua.

Para garantir (1), a crença/*topos* que se evoca do encadeamento (1) é a de que um dia perfeito é aquele em que se pode apenas relaxar, sem compromissos e é assumido, geralmente, por adultos e não por crianças. Pode-se dizer, então, que, para um adulto, quanto menos coisas se têm para fazer, melhor é o seu dia.

No entanto, a garantia utilizada para justificar a passagem em (2) propõe que um dia é perfeito, quando se podem realizar muitas coisas, geralmente jogos ou brincadeiras que envolvem atividades físicas, por exemplo. Do ponto de vista de uma criança, esse é um *topos* que justificaria a conclusão a ser tirada de *dia perfeito*, uma vez que, para ela, quanto mais coisa para fazer, mais perto da perfeição o dia estará.

É nesse sentido que destacamos a interface possível entre as duas concepções de linguagem, no movimento de construção do sentido dos enunciados que, a partir do linguístico, busca-se um fator não expresso verbalmente, para que haja compreensão total do sentido. Enquanto Voloshinov (1926/2012) fala de um horizonte espacial comum, uma compreensão e uma análise comuns da situação realizada pelos interlocutores, e compara o enunciado ao entimema (cuja premissa principal não é expressa), Ducrot (1990) propõe que a garantia de passagem de um argumento para uma conclusão seja justificada por um princípio argumentativo não verbal, isto é, um *topos*.

O *topos*, que serve como garantia de passagem no encadeamento *dia perfeito DC nada para fazer*, contém os aspectos extraverbais omitidos, que Voloshinov considerava. Não apenas contém, mas é baseado neles, pois, como se observa nesse encadeamento, a crença geral de um grupo, de que um dia perfeito é aquele em que não se tem nada para fazer. Assim, esses fatores são baseados na compreensão e na avaliação da situação em que acontece a enunciação, bem como no contexto sócio-histórico-ideológico dos participantes do diálogo que partilham um mesmo horizonte espacial.

Da mesma forma, constrói-se o *topos* que garante o *dia perfeito* sob a ótica de Calvin: observando a situação e compreendendo que, para Hobbes, trata-se de um dia perfeito, o menino avalia a situação de forma contrária, pois sua crença parte de um grupo que associa perfeição a atividades.

Assim, apontamos para uma colaboração que a ADL *Standard* Ampliada faz à proposta dialógica de análise, agrupando os fatores omitidos pelo verbal em um *topos* que garante a conclusão a ser tirada, dessa forma, explicitando a premissa oculta do entimema, gerando a possibilidade de resposta do enunciado. O sentido de *dia perfeito*, no caso da Figura 1, depende da continuação que terá, sendo que essa continuação é garantida pelo *topos* construído a partir dos fatores apresentados por Voloshinov (1926/2012).

Um enunciado, segundo Bakhtin (1952-53/2011), é concluído/compreendido quando permite uma resposta ativa ou passiva, ou quando responde a algo. Nesse caso, a resposta “Que dia perfeito!”, de Hobbes, a uma situação anterior, por exemplo, de uma semana exaustiva de brincadeiras com o Calvin, é possível. A resposta do menino é clara ao comentário do tigre, afirmando que não é um dia perfeito para ele, pois nada acontece.

Nesse sentido, pode-se dizer que o encadeamento argumentativo, proposto como unidade mínima portadora de sentido pela TBS, assemelha-se ao enunciado concreto da concepção dialógica, uma vez que possibilita uma resposta. De acordo com Ducrot (1990), apenas um dos segmentos não permite uma ideia total do que se pretende com o enunciado, somente quando o encadeamento está completo se pode concluir algo. Na Figura 1, percebe-se que Calvin compreendeu totalmente a proposição de Hobbes em relação ao dia. Essa compreensão pode ser representada no encadeamento *dia perfeito DC nada para fazer*, cujo *topos* foi reconhecido pelo menino e, a partir dessa compreensão, ele foi capaz de dar uma resposta. No entanto, como referimos, sua resposta partia de outra avaliação, baseada em outro *topos*.

Conforme Bakhtin (1952-53/2011, p. 410), um texto nunca morre totalmente, ele renasce em outra situação, outro tempo, isto é, “reviverão em forma renovada (em novo contexto)”, e é analisado de outra forma, visto que o leitor será diferente e analisará esse texto baseado nos fatores que lhe são comuns e que o formam como indivíduo, situando-o em um grupo, em uma sociedade.

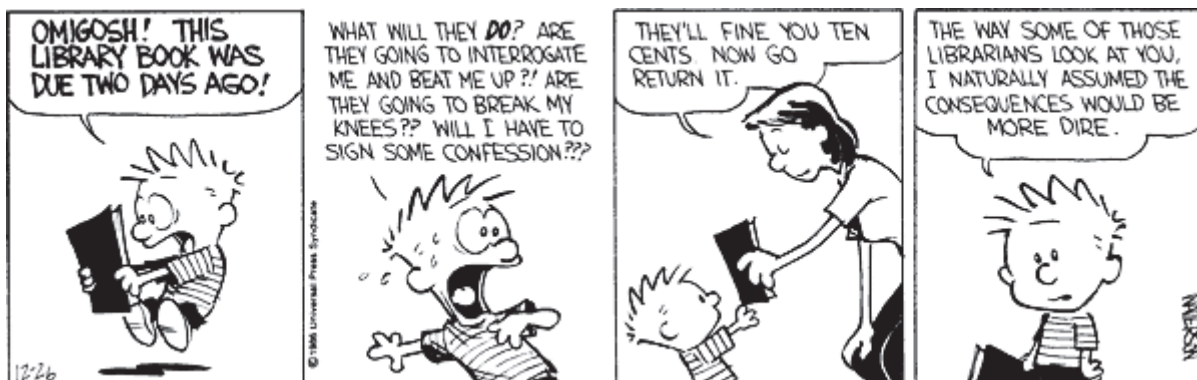
Sendo assim, um leitor pode compreender a cena da seguinte maneira: um dia em que se descansa durante horas e horas não é um dia que Calvin julgaria como perfeito, o que causa uma certa antecipação na leitura, permitindo que o leitor já compreenda que a avaliação da criança será diferente daquela proposta por Hobbes, quando afirma que o dia em questão está perfeito. No último quadro da tira, é possível perceber a cara de tédio do menino, o que acrescenta à sua fala um “peso” ainda maior de crítica à situação. De uma forma melodramática, Calvin diz que vai enlouquecer, se nada acontecer, e a antecipação realizada pelo leitor se confirma, pois uma vez que se conhece o *background* do personagem, é possível prever tal conclusão.

Como um enunciado sempre convida o interlocutor a realizar uma resposta, o leitor se identifica, ou com Hobbes, ou com Calvin, na avaliação de um dia de “sombra e água fresca”. Mais uma vez é possível que retomemos a noção de *topos* e da proposta dialógica de análise dos enunciados: se o leitor é uma criança, é bem possível que se junte a Calvin na crítica à situação, pois sua resposta é garantida pelo mesmo *topos*, o qual retrata que um dia perfeito é

um dia cheio de atividades. Isso acontece porque o *topos* comporta não só a situação representada, mas os valores sociais e psicológicos que cada personagem (e cada pessoa) carrega consigo, aplicando-o às avaliações que realiza; se o leitor é um adulto, compreenderá a postura de Calvin, posto que entende o *topos* que garante tal postura, entretanto, possivelmente, concordaria com Hobbes, uma vez que, para a maioria dos adultos, um dia de descanso é raro e merecido devido às responsabilidades de trabalho, estudo, por exemplo.

4.2.2 Tira 2 – Livro atrasado

Figura 4 - Livro atrasado



Fonte: Watterson (2014b)

Tradução livre:**Quadro 1:**

Calvin: Meu Deus do céu! Esse livro era pra ser entregue dois dias atrás.

Quadro 2:

Calvin: O que eles farão? Eles vão me interrogar e me bater?! Eles vão quebrar meus joelhos?? Eu vou ter que assinar uma confissão???

Quadro 3:

Mãe: Eles vão te multar em dez centavos. Agora vá devolvê-lo.

Quadro 4:

Calvin: Com o jeito que alguns daqueles bibliotecários olham pra você, eu naturalmente presumi que as consequências seriam mais terríveis.

SITUAÇÃO IMEDIATA DA TIRA:

O horizonte espacial comum dos personagens (Calvin e sua mãe) é, basicamente, a situação criada por um livro que deveria ter sido devolvido pelo menino à biblioteca dois dias antes. O local onde estão é, possivelmente, sua casa, não sendo, entretanto, perceptível na tira.

SITUAÇÃO MEDIATA DOS PERSONAGENS E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO IMEDIATA:

CALVIN: Uma criança geralmente fica surpresa com situações novas e nem sempre reagem calmamente frente ao inesperado. No caso da Figura 4, o menino, possivelmente pela primeira vez, teria atrasado a devolução de um livro à biblioteca, uma vez que não sabe qual seria a punição que receberia e, por isso, sua reação foi a de uma criança que, com uma imaginação fértil, seria punida pelos adultos responsáveis pela biblioteca. Tendo em vista que, na sua concepção, uma infração poderia desencadear tortura ou violência física ao suposto delinquente, o menino fica apavorado. Além disso, ele acredita que os bibliotecários, em função dos seus olhares, são pessoas bravas, violentas e opressoras. Esse é um ponto de vista possível das crianças em relação aos professores, diretores e outros funcionários das escolas, que são autoridades sérias, que sorriem pouco e, em função dessa autoridade, deveriam ser respeitados, assim como as normas da biblioteca deveriam ser seguidas. Com isso, ao infringir uma norma, as autoridades tomariam conta do infrator de alguma forma, que, na mente do menino, poderia ser uma tortura, semelhante a de um prisioneiro sob o poder do inimigo, o que era uma situação comum em desenhos animados assistidos pelas crianças norte-americanas da década de 80 – época na qual a tira foi elaborada (1986) - como, por exemplo, *G.I. Joe: A Real American Hero*, cujo enredo principal ficava em torno das ações do esquadrão especial americano contra os planos terroristas de destruir a América.

MÃE: A mãe de Calvin tem uma postura que a maioria dos adultos teria frente a essa situação, uma vez que compreende que o atraso do livro consiste em uma pequena infração e, por isso, a punição seria pequena, apenas dez centavos, no caso. Os adultos, geralmente,

possuem uma visão menos fantasiosa da realidade, pois têm a tendência de fazer uma diferenciação maior entre ficção e realidade. É nesse sentido que a compreensão da situação da mãe de Calvin e a do menino se diferenciam: uma vez que tinha a noção de que uma punição violenta não aconteceria, a mãe procede calmamente e explica ao seu filho que poderia entregar o livro e que não precisaria temer represálias extremas, como em filmes ou desenhos animados ou, ainda, como em períodos históricos violentos (guerras, ditaduras, etc.).

FATORES PRESUMIDOS VERBALIZÁVEIS NO *TOPOS*

A partir dos discursos expressos na tira em questão, percebe-se que se trata de uma interação entre os personagens a respeito de uma infração cometida pelo menino e da forma como o infrator seria punido, de acordo com o ponto de vista de uma criança (Calvin) e de um adulto (mãe).

Com base nas falas do menino, temos os seguintes encadeamentos:

atrasar a devolução de livros DC ser interrogado e espancado

atrasar a devolução de livros DC ter os joelhos quebrados

atrasar a devolução de livros DC ser obrigado a assinar uma confissão

A partir desses encadeamentos, evocamos o aspecto que generaliza a situação, isto é, de que as infrações devem receber punições compatíveis com a sua gravidade:

infração grande DC punição severa

O que leva o menino a acreditar que sua infração acarretaria essa punição severa poderia ser justificado por um *topos* que garante essa passagem, isto é, em sua crença infantil de que toda infração conduz a um castigo e, para ele, o atraso da devolução do livro era uma infração. No entanto, no último quadro da Figura 4, pode-se perceber o *topos* que garante a passagem de uma infração a uma punição severa. Esse *topos* pode ser compreendido da seguinte forma: as pessoas que têm olhar intimidatório punem severamente. Isso foi apresentado por Ducrot (1990) como uma forma tópica (FT) que permite a gradualidade do *topos*:

FT Quanto mais o olhar é intimidatório, mais punir

FT Quanto menos o olhar é intimidatório, menos punir

Assim, compreende-se que a forma tópica que garante o ponto de vista expresso no encadeamento *infração grande DC punição severa* é o de que o infrator é punido de acordo com a avaliação dada pelo “juiz”, no caso, o bibliotecário. Essa é uma forma tópica possível às crianças que se sentem em uma posição hierárquica inferior aos adultos e, ainda mais, professores ou funcionários das escolas, da mesma forma que um infrator militar se sentiria em relação a um general, por exemplo.

A mãe de Calvin compreende o discurso do menino a partir da completude que ele expressou no quadro 2 da Figura 4, uma vez que, apenas por saber que o livro estava atrasado, não era possível compreender a situação sob o ponto de vista dele, impossibilitando, em função disso, o desenvolvimento de uma resposta. No entanto, ao compreender o enunciado e o *topos* que garantia a passagem para a conclusão, a mãe pode responder ao menino, relatando seu ponto de vista que, por acreditar que não se tratava de uma punição violenta, é expresso pelo seguinte encadeamento argumentativo:

infração leve DC punição leve

A forma tópica que garante o sentido desse enunciado é aquele dos adultos que compreendem que uma infração leve, como o atraso da devolução de um livro, receberá uma punição leve, que, no caso da tira, tratava-se de uma quantia irrisória, segundo o ponto de vista da mãe. Assim, o *topos* implícito, formado pelos fatores extralinguísticos, é o de que as infrações devem receber punições compatíveis com a sua gravidade, apreendido sob a forma tópica *quanto mais leve a infração, menor a punição*.

Para o menino, a conclusão se dá de forma diferente, posto que sua crença está baseada no fato de que os bibliotecários são severos e, por isso, seria, mesmo assim, punido violentamente. Essa conclusão pode ser expressa linguisticamente no encadeamento:

Infração leve PT punição grande

Tendo em vista as avaliações realizadas pelos personagens, temos um *topos* gradual, em que se considera que, quanto mais grave é compreendida a infração, maior deve ser a punição, ou vice-versa. Entretanto, para Calvin, a intensidade da punição se dá de acordo com a seriedade

daqueles que lhe atribuirão a pena por sua infração. Assim, o *topos*, que serve para garantia de passagem entre os segmentos, é diferente em cada um dos enunciados mostrados em forma de encadeamentos argumentativos, visto que as crenças que garantem a compreensão de infração é construída por valores sociais e ideológicos diferentes.

DISCUSSÃO DA ANÁLISE

A Figura 4 retrata uma cena cotidiana em que uma criança percebe que cometera uma infração e que seria punido em função disso. No caso, trata-se de um livro que deveria ter sido devolvido à biblioteca, estando este com dois dias de atraso. O menino fica apavorado com a situação, no primeiro quadro da tira, e acredita que será punido fisicamente, compreendendo a situação de forma exagerada, como é perceptível no segundo quadro da tira, em que Calvin verbaliza possibilidades de punição às quais, em sua percepção, seria submetido devido ao atraso na devolução do livro.

No terceiro quadro, sua mãe minimiza a gravidade do problema, ao referir que a punição consiste numa multa de apenas dez centavos, o que dispensaria a reação exagerada de Calvin.

No último quadro, Calvin expressa a razão pela qual acredita numa punição em que teria seus joelhos quebrados ou que seria espancado: o olhar intimidatório com o qual os bibliotecários o observavam.

Seguindo a proposta deste trabalho, pode-se observar, nesta análise, que o movimento de construção do sentido dos enunciados se dá a partir do linguístico e é garantido pelos fatores extralinguísticos sugeridos por Voloshinov, que, para Ducrot, na fase *Standard* Ampliada da ADL, é o *topos*. Já na fase atual da ADL, na TBS, não se faz apelo algum aos fatores extralinguísticos para garantir a conclusão e a responsividade de um enunciado, uma vez que o sentido é construído na interrelação entre os segmentos do encadeamento argumentativo.

Dessa forma, segundo a TBS, é possível compreender os pontos de vista dos sujeitos que interagem na situação:

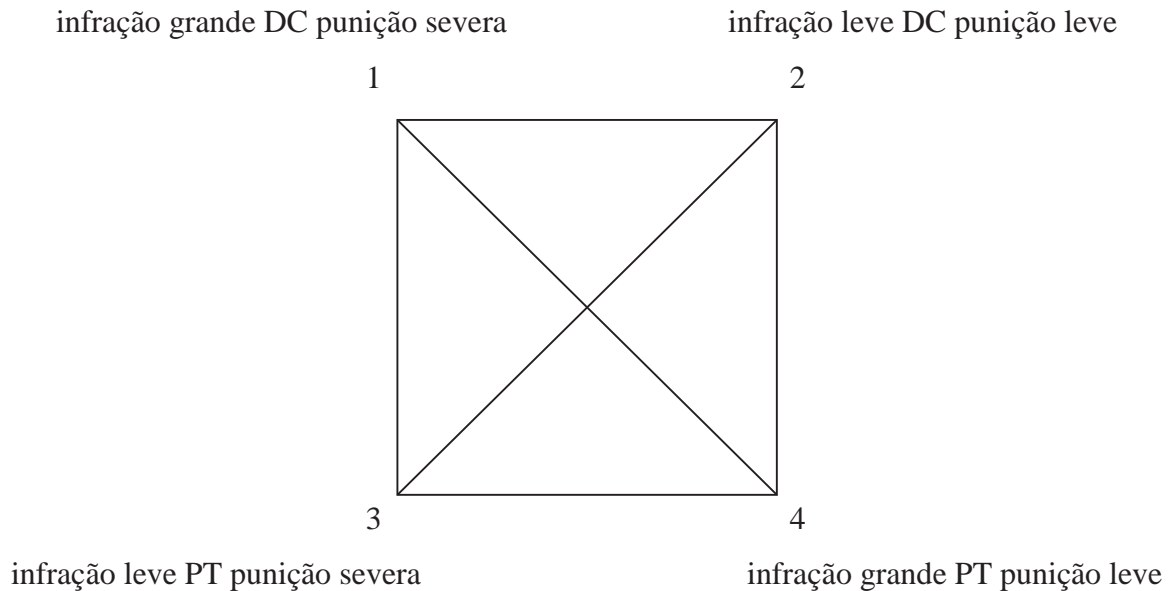
Calvin avalia a situação: infração grande DC punição severa

Mãe compreende Calvin: infração leve PT punição severa

Mãe avalia a situação: infração leve DC punição leve

Calvin compreende Mãe: infração grande PT punição leve

Esses pontos de vista podem ser vistos no quadrado argumentativo:



Cada canto do quadrado expressa um dos pontos de vista e, com eles, podemos entender como cada personagem analisa a situação:

- 1) infração grande DC punição severa
- 2) infração leve DC punição leve
- 3) infração leve PT punição severa
- 4) infração grande PT punição leve

Em (1) e (2) temos a argumentação interna de *justiça*, sendo, dessa forma, que ambos, mãe e filho, analisam a situação, posto que a mãe avalia com (2) e Calvin com (1). Já a compreensão que a mãe tem da avaliação do menino é (3), que exprime a AI de *severidade*. Por outro lado, Calvin compreende como *permissividade* a postura de sua mãe em (4).

Nota-se, então, que a completude do sentido, segundo a TBS, se dá na interdependência semântica entre os segmentos dos encadeamentos, pois somente quando analisados em conjunto é que se pode compreendê-los totalmente e, assim, respondê-los.

Nessa tira, ao compreender as situações imediata e mediata (segundo a concepção dialógica de linguagem), cria-se a possibilidade de compreensão/conclusão dos enunciados propostos, o que proporciona a resposta por parte do interlocutor, bem como o sentido da tira como um todo, isto é, que o menino acredita que será punido de uma maneira muito severa por

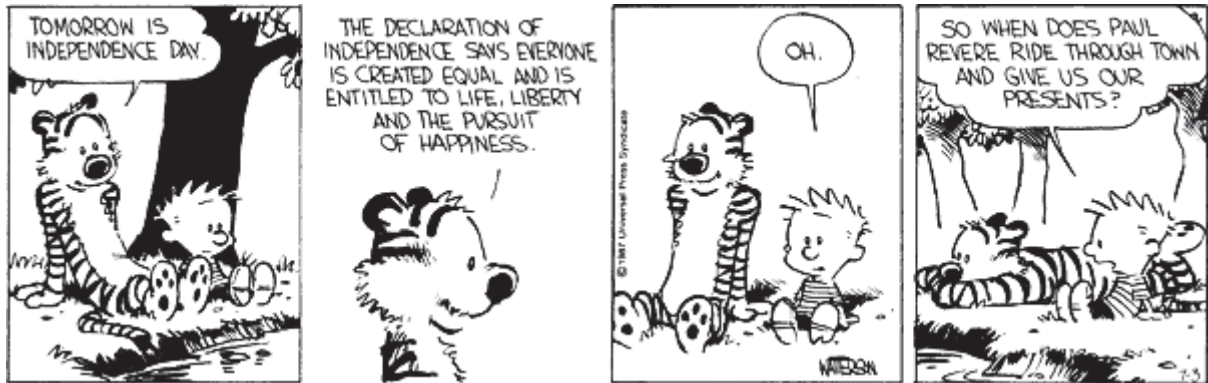
ter perdido o prazo de entrega de um livro à biblioteca. Já a mãe do garoto compreende a situação sob o ponto de vista de um adulto que conclui que, por se tratar de uma infração leve, a pena não será tão grande quanto a que a percepção de Calvin propõe.

É nesse bloco de pontos de vista que se dá a interação entre os personagens, pois a mãe, ao compreender a posição de Calvin em relação à situação, oferece linguisticamente a sua análise, fazendo com que o menino construa o sentido expresso pelo bloco semântico infração/punição de outro prisma. Essa construção de sentido, segundo a fase *Standard Ampliada* da ADL, é composta com a justificação de um outro *topos*, o de um adulto. Essa transição é percebida não só no linguístico, mas pelas expressões faciais de Calvin que, nos primeiros quadros, apresenta feições de desespero e, no último, uma face tranquila e serena. Dessa forma, devido às diferentes avaliações realizadas pelos personagens é que o humor é instaurado.

O leitor adulto da tira, já nos primeiros quadros, posiciona-se de uma forma contrária à de Calvin, isto é, analisa a situação como a mãe dele, compreendendo como exagero a reação do menino. Essa é uma situação perceptível quando se observa uma criança que assiste a um desenho animado, por exemplo. Ela se deixa envolver na verossimilhança da história e passa, praticamente, a fazer parte dela, emocionando-se, rindo, questionando e se posicionando em relação a determinado tema abordado.

4.2.3 Tira 3 – Dia da Independência

Figura 5 – Dia da Independência



Fonte: Watterson (2014c)

Tradução livre:

Quadro 1:

Hobbes: Amanhã é o Dia da Independência.

Quadro 2:

Hobbes: A Declaração da Independência diz que todo mundo é criado igualmente e tem direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade.

Quadro 3:

Calvin: Ah.

Quadro 4:

Calvin: Então quando o Paul Revere passa pela cidade e nos dá os nossos presentes?

SITUAÇÃO IMEDIATA DA TIRA:

O horizonte espacial comum dos personagens (Calvin e Hobbes) é à beira de um lago, no dia anterior ao feriado do Dia da Independência. Trata-se do dia 4 de julho, Dia da Independência dos Estados Unidos da América, visto que a tira é produzida, originalmente, nos EUA, destinada, principalmente, a leitores norte-americanos.

SITUAÇÃO MEDIATA DOS PERSONAGENS E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO IMEDIATA:

HOBBS: O tigre de pelúcia (que ganha vida na imaginação de Calvin) demonstra um conhecimento social em relação ao Dia da Independência, que comemora a independência americana da então colonizadora Grã-Bretanha, uma vez que expressa o conteúdo-chave da declaração de independência dos EUA, de que todos os seres humanos são iguais perante a lei, têm o direito à vida e a ir em busca da felicidade. Esse conteúdo é enraizado na cultura e na sociedade norte-americana como uma espécie de lema de vida, materializada no *American Dream* (sonho americano), o qual propõe que a liberdade dada a cada pessoa pelo Criador inclui certos direitos, como a possibilidade de sucesso e prosperidade na proporção do empenho pessoal. Sendo assim, Hobbes relembra o sentido real da data a ser comemorada.

CALVIN: O menino possui um horizonte mediato relativo à sociedade em que está inserido. Essa sociedade é a capitalista, que se utiliza de qualquer feriado ou evento especial para estimular a venda dos mais variados produtos a partir de propagandas, promoções e relações entre a data comemorativa, seus personagens célebres e o comércio – na Figura 5, trata-se do Dia da Independência. A criança (Calvin), que está exposta ao *marketing* realizado pelas lojas, acaba relacionando uma figura histórica da independência americana e um dos símbolos mais conhecidos de outra festividade, o Natal: o informante militar Paul Revere, que, na noite do dia 3 de julho (suas cavalgadas eram sempre silenciosas e realizadas à noite), anunciou a aproximação do exército britânico durante os conflitos que culminaram na independência dos EUA; e o Papai Noel (Santa Claus, em inglês), que, segundo o folclore, entrega presentes para

as crianças durante a noite que antecede o dia 25 de dezembro, o Natal. Para o menino, então, um feriado está sempre relacionado com os presentes que receberá. Tal fato ressalta a busca pela felicidade mencionada por Hobbes, ao citar a Declaração de Independência, que, para uma criança, envolve receber presentes, visto que o comércio intensifica essa relação entre felicidade e presentes em suas estratégias de *marketing* durante festividades ou datas especiais.

FATORES PRESUMIDOS VERBALIZÁVEIS NO *TOPOS*

A partir dos discursos expressos na Figura 5, percebe-se que se trata de uma interação entre os personagens sobre as comemorações do Dia da Independência, que, por um lado, está baseado em lembrar os direitos adquiridos pelos antepassados e, por outro, é traduzido como o recebimento de presentes.

Com base nas falas de Hobbes, temos o seguinte encadeamento:

comemorar Dia da Independência DC lembrar dos direitos conquistados

A partir desse encadeamento, evocamos o aspecto que generaliza a situação, isto é, de que as comemorações de feitos históricos são realizadas para que as pessoas lembrem do que foi conquistado no passado, como, no caso, o direito de liberdade com a independência do país em relação a seus colonizadores:

comemorar data especial DC lembrar seu sentido original

O sentido que Hobbes atribui à comemoração da independência dos EUA pode ser justificado pelo *topos* que se constrói a partir de sua situação mediata, como cidadão consciente em relação aos fatos históricos: todas as comemorações de datas especiais relembram o seu sentido original. Esse conhecimento/crença comum de cidadãos (geralmente) adultos reconhece as conquistas de seu povo, que, nesse caso, estão representadas na declaração de independência: o direito à liberdade, à igualdade e à busca pela felicidade.

Calvin compreende a postura de Hobbes em relação à comemoração do 4 de julho, porém expõe aquilo que espera do feriado, algo baseado em sua realidade social, a qual

relaciona o direito de buscar a felicidade, conforme prevê a Constituição, e receber presentes, como se pode perceber no seguinte encadeamento argumentativo:

comemorar o Dia da Independência DC receber presentes

O *topos* que garante o sentido desse enunciado é o das crianças que estão acostumadas a receber presentes em qualquer data comemorativa, sendo ela religiosa (Natal, Páscoa), histórica (Dia da Independência, Dia de Ação de Graças) ou social (aniversários, Dia dos Pais/Mães/Crianças). A sociedade capitalista insere, em cada data, uma forma diferente de estimular a venda e o consumo, relacionando o comércio e as figuras populares de cada data (no caso, Paul Revere), fazendo com que crianças e, até mesmo, adultos, passem a se envolver nas comemorações com uma postura consumista. Assim, o aspecto que representa o sentido criado pelo menino e garantido por esse *topos* é:

comemorar data especial DC receber presentes

Assim, os sentidos atribuídos por cada personagem ao argumento *comemorar o Dia da Independência* são diferentes, visto que são garantidos por *topoi* diferentes: enquanto Hobbes justifica a passagem de *comemorar o Dia da Independência* para *lembrar das conquistas* com um *topos* marcado pela crença de que as datas especiais acontecem para a reflexão da sociedade acerca dos feitos históricos e conquistas de determinado povo, seu sentido original; Calvin utiliza um *topos* de uma criança (ou de um adulto politicamente alienado) para justificar a passagem de *comemorar o Dia da Independência* para *receber presentes*, ou seja, um *topos* que exprime a ideia de que as datas especiais devem estar relacionadas à entrega de presentes por um personagem popular, no caso do pensamento das crianças, ou à troca de presentes, no pensamento de adultos que se deixam influenciar pelo consumismo.

DISCUSSÃO DA ANÁLISE

A narrativa da Figura 5 acontece à beira de um lago e retrata uma conversa entre Calvin, e Hobbes (seu tigre de pelúcia). A interação entre os personagens começa no momento em que Hobbes verbaliza sua constatação de que o dia seguinte seria o Dia da Independência, no caso, a dos Estados Unidos da América em relação aos britânicos, seus colonizadores, no dia 4 de

julho de 1776. Além de expressar esse fato, o tigre acrescenta, no segundo quadro, o conteúdo da Declaração de Independência: que todos são criados igualmente e têm direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Dessa forma, Hobbes relembra as conquistas obtidas com o fim da guerra entre os americanos e os britânicos, colonizados e colonizadores, que culminou na independência do país norte-americano.

No terceiro quadro, Calvin aparenta compreender o ponto de vista de Hobbes, mas ainda não expressa o sentido que ele atribui às comemorações. Somente no último quadro, Calvin expressa que, para ele, a comemoração do Dia da Independência está relacionada a presentes. O menino questiona Hobbes sobre quando Paul Revere iria cavalgar através da cidade e entregar os presentes. Com essa fala, pode-se perceber que Calvin confunde o personagem histórico, Paul Revere, informante de guerra que ganha destaque na história americana por ser considerado aquele que avisou as tropas americanas de que o exército rival estava a caminho, com o Papai Noel, ou Santa Claus (em inglês), que, assim como no folclore brasileiro, é o “bom velhinho” morador do Polo Norte que fabrica brinquedos e os entrega na noite de Natal para todas as crianças que se comportaram bem durante o ano. Essa confusão retrata a situação da sociedade durante as festividades que exaltam Paul Revere e vendem presentes ao mesmo tempo, dando força ao pensamento de que a felicidade está relacionada ao recebimento/troca de presentes. Assim, para Calvin, se há direito à busca pela felicidade, então existe o direito de receber presentes.

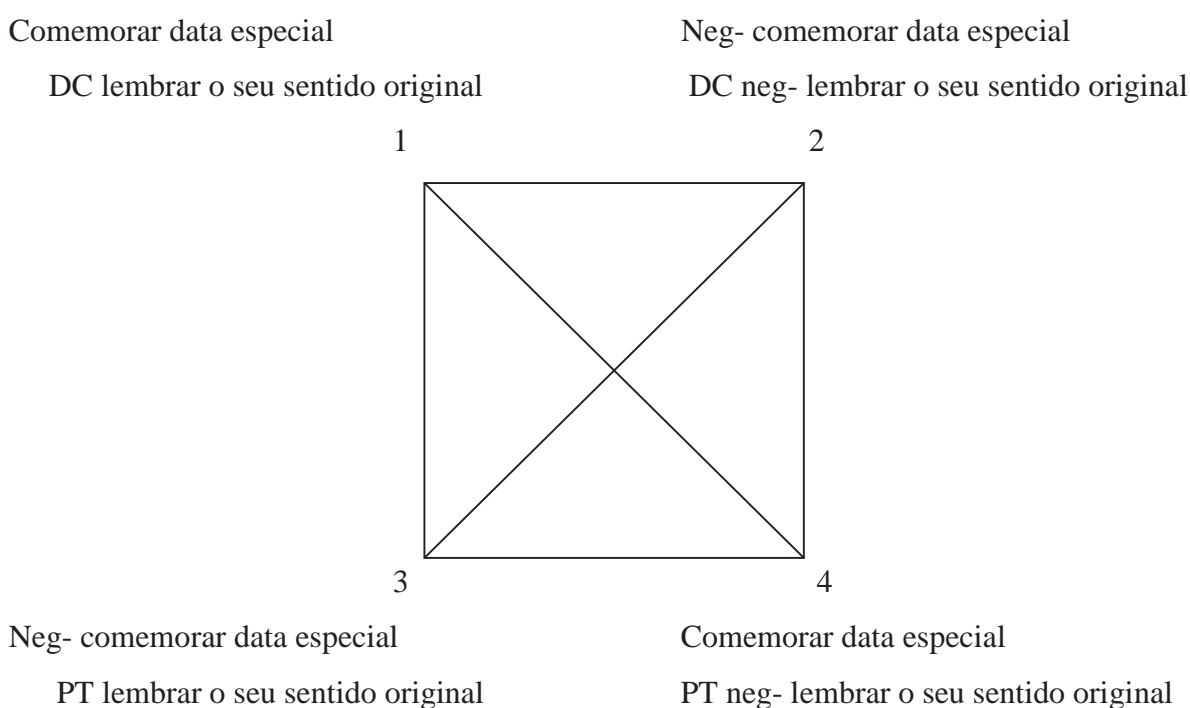
Pode-se observar que o movimento de construção do sentido dos enunciados, nessa análise, assim como na proposta explicitada neste trabalho, acontece partindo do material linguístico, tanto segundo a concepção dialógica de linguagem como segundo a argumentativa. A partir, então, do linguístico, o *topos* que garante a passagem do argumento para a conclusão, proposto na fase *Standard Ampliada* da ADL, comporta os elementos que Voloshinov tratou como presumidos. O *topos* (ou os fatores presumidos) garante a conclusibilidade do interlocutor, permitindo, assim, que este seja instigado à uma avaliação responsiva. Na tira, parte-se dos discursos dos personagens e o sentido é construído com a identificação, por parte do interlocutor, do *topos* que cada um utiliza ao exprimir suas conclusões acerca do tema.

Segundo a TBS – vale lembrar que é nessa fase que os argumentos transgressivos, do tipo de *pourtant*, são acrescentados na teoria com uma importância igual a dos encadeamentos normativos em *donc* – é possível compreender os pontos de vista dos sujeitos que interagem na situação, sem recorrência aos fatores extraverbiais que a fase *Standard Ampliada* e a análise dialógica utilizam, nos encadeamentos argumentativos que seguem:

Hobbes compreende a situação: comemorar data especial DC lembrar o seu sentido original
 Calvin compreende a situação: comemorar data especial DC receber presentes

Dessa forma, pode-se perceber a existência de dois blocos semânticos diferentes, um que relaciona *comemorar data especial/lembrar o seu sentido original* e outro que relaciona *comemorar data especial/receber presentes*. No primeiro, está expresso o ponto de vista de Hobbes em relação à situação e, no segundo, o de Calvin.

Notemos o primeiro bloco no quadrado argumentativo:



Enquanto o encadeamento argumentativo normativo *Comemorar data especial DC lembrar o que foi conquistado*, mostrado no canto 1 do quadrado argumentativo acima, representa a posição de Hobbes em relação ao Dia da Independência, ou seja, a de um cidadão consciente, que se preocupa em relembrar as conquistas históricas e o sentido primeiro da celebração; em uma relação de oposição ao primeiro, o canto 4 do quadrado representa a posição de Calvin ao compreender o enunciado proposto por Hobbes, aquela de que se comemora uma data histórica, porém não se preocupa com relembrar as conquistas passadas e seu significado refletido na sociedade contemporânea.

Com isso, temos uma contribuição da TBS na interface entre as concepções dialógica e argumentativa de linguagem, que nos propusemos a desenvolver neste trabalho: mesmo se

distanciando da concepção dialógica no movimento de construção do sentido dos enunciados, uma vez que não considera a exterioridade como fator componente na construção do sentido, essa fase da ADL propõe a existência de encadeamentos transgressivos, em PT, os quais representam a postura de Calvin em relação ao sentido atribuído por Hobbes à comemoração da data em questão: *Comemorar data especial PT neg- lembrar o seu sentido original*.

Ao compreender completamente a posição de Hobbes (locutor) em relação ao assunto, Calvin (interlocutor) – segundo a concepção dialógica, por perceber e compreender os fatores presumidos que levaram Hobbes à declaração – pode responder, expressando seu ponto de vista, diferente daquele apresentado pelo locutor.

Na TBS, como já ressaltamos, não há a necessidade da busca pelos fatores presumidos, partilhados pelos interlocutores, uma vez que, na interrelação com a continuação expressa, isto é, o segundo segmento do encadeamento, evoca-se o único sentido possível atribuído pelo locutor. Na tira, o único sentido que Hobbes atribui a *comemorar data especial* é de que se deve lembrar das conquistas realizadas no passado. O sentido que Calvin aplica ao segmento *comemorar data especial* está ligado a receber presentes. Sendo assim, o sentido, na TBS, é construído na interdependência semântica dos segmentos do encadeamento argumentativo, que possibilita a resposta do interlocutor, uma vez que representa, verbalmente, a realidade.

Além de proporcionar uma situação humorística, devido à diferença entre os fatores extraverbais presumidos compreendidos pelo interlocutor, segundo a concepção dialógica de linguagem, ou entre *topoi* ativados para justificar os pontos de vista dos personagens, de acordo com a fase *Standard Ampliada* da ADL (ou, ainda, os diferentes blocos semânticos, segundo a TBS), a tira propõe uma reflexão de cunho social ao interlocutor/leitor, uma vez que instiga um posicionamento em relação à celebração de datas especiais: se o leitor parte do mesmo contexto mediato de Hobbes, ou se partilha do mesmo ponto de vista de Calvin. Dessa forma, o leitor pode questionar a sociedade em relação ao sistema em vigor, o capitalismo, que está baseado na relação entre compra e venda, bem como o extremismo conhecido na sociedade atual que se refere ao consumismo exacerbado em qualquer data comemorativa, seja ela histórica, religiosa ou social.

Pode-se, ainda, desenvolver uma discussão a respeito do que é *independência*, de acordo com a Declaração de Independência dos Estados Unidos e o sentido que um outro leitor pode atribuir ao termo. Segundo a Declaração, com base na Semântica Argumentativa, evocamos as seguintes argumentações:

- (1) independência DC ter o direito de ser tratado igual perante a lei

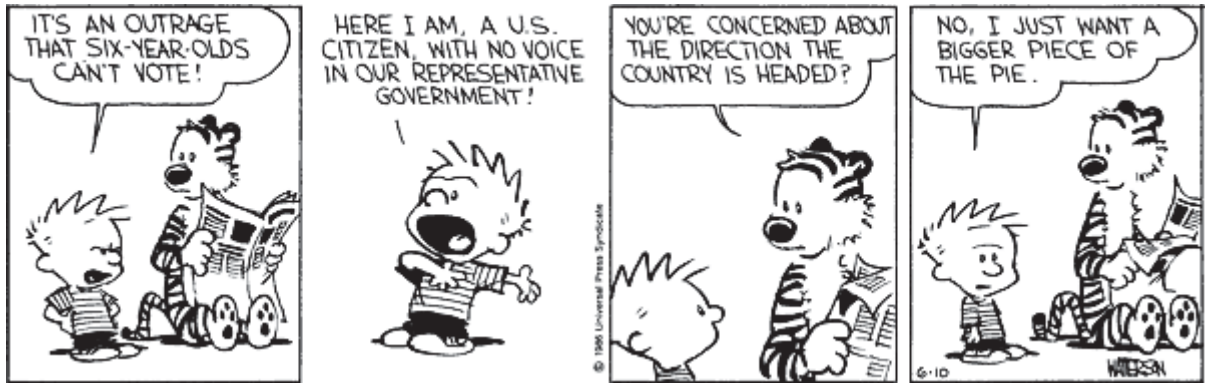
- (2) independência DC ser livre
- (3) independência DC poder buscar a felicidade

Com um breve olhar apenas sobre o primeiro encadeamento, visto que não é o intuito deste trabalho aprofundar uma discussão além-tira, podemos comentar que (1) propõe uma independência que só foi conquistada por pessoas de cor negra e por mulheres muitos anos depois da Declaração de Independência. Essa conquista ainda não é tida como plena, uma vez que ainda se busca por uma “independência”; Assim, caso o sentido fosse atribuído por Martin Luther King, durante sua luta pelos direitos dos negros, nos EUA, teríamos um encadeamento transgressivo como vigente na sociedade: *independência PT neg- direito de ser tratado igual perante a lei*.

A independência, então, representa a possibilidade de busca pela felicidade: para Hobbes, que tem um contexto mediato de um adulto consciente, o sentido de independência pode ser representado como *direito à busca pela felicidade DC prosperar através do esforço*; para Calvin seria um sentido diferente, como sugere o encadeamento *direito à busca pela felicidade DC receber presentes*. Se considerarmos a situação mediata de Martin Luther King, teríamos um outro sentido para a independência: *direito à busca pela felicidade DC direitos sociais iguais para brancos e negros*. Enfatizamos, assim, mais uma vez, que o sentido, segundo a TBS, só é criado na relação entre os segmentos do enunciado; já, segundo a fase *Standard* Ampliada da ADL, com a compreensão do *topos* utilizado como garantia de passagem do argumento para a conclusão; ou, ainda, segundo a análise dialógica, com a explicitação dos fatores presumidos do enunciado, baseados nos contextos imediato e mediato dos participantes do diálogo.

4.2.4 Tira 4 – Cidadão americano

Figura 6 – Cidadão americano



Fonte: Watterson (2014d)

Tradução livre:

Quadro 1:

Calvin: É um ultraje que crianças de seis anos não possam votar.

Quadro 2:

Calvin: Aqui estou eu, um cidadão americano, sem voz no nosso governo representativo!

Quadro 3:

Hobbes: Você está preocupado com a direção que o país está indo?

Quadro 4:

Calvin: Não. Eu só quero um pedaço maior de torta.

SITUAÇÃO IMEDIATA DA TIRA:

O horizonte espacial comum dos personagens da Figura 6 (Calvin e Hobbes) é um lugar não identificável, possivelmente, a casa do menino, onde os interlocutores interagem sobre quem pode/deveria ter o direito de votar e o que se almeja com esse ato. Hobbes está lendo um jornal.

SITUAÇÃO MEDIATA DOS PERSONAGENS E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO IMEDIATA:

CALVIN: Na posição de uma criança que faz uso de um discurso adulto em relação à democracia, Calvin expressa, primeiramente, sua indignação no que diz respeito à idade mínima para votar, afirmando que uma criança de seis anos deveria ter o direito de se expressar formalmente, através do voto, visto que, para ele, todos os cidadãos americanos têm direito ao voto. Ele fala situado em um lugar de exclusão, visto que se compreende como cidadão e, mesmo assim, não tem o direito de votar. Caso lhe fosse concedido o direito ao voto, ele lutaria por sua causa, isto é, um pedaço maior de torta. Isso revela uma postura infantil em relação à democracia e ao poder de voto. Para ele, exercer a cidadania está relacionado ao voto das crianças na escola, por exemplo, para escolher a próxima brincadeira ou, ainda, como na tira, optar por mais um pedaço de torta.

HOBBS: O tigre assume uma postura de adulto na situação, desde o jornal que lê (uma atitude, geralmente, atribuída aos adultos, já que crianças optam por outros tipos de leitura, como, por exemplo, histórias em quadrinhos) até a expressão do seu entendimento em relação ao “poder de voto” que o menino desejava. Para Hobbes, uma pessoa que deseja poder votar, exercer sua cidadania, assim o faz em virtude de uma preocupação com a administração do país. É uma visão de mundo tipicamente adulta, que demonstra um certo nível de seriedade/maturidade no tratamento do tema, uma vez que é através do voto e da democracia que os antepassados obtiveram seus direitos trabalhistas, por exemplo.

FATORES PRESUMIDOS VERBALIZÁVEIS NO *TOPOS*

Com base nos discursos expressos pelos personagens da Figura 6, percebe-se que a interação acontece sobre o ato de votar e qual é o intuito que se tem em mente ao fazer uso do voto em uma sociedade democrática, segundo o ponto de vista de uma criança e o ponto de vista de um adulto (nesse caso, o tigre de pelúcia apresenta a postura de um adulto).

Tendo em vista a primeira fala de Calvin, no primeiro quadro, podemos destacar o seguinte encadeamento, relacionado à constatação do menino, no que diz respeito à idade mínima para votar:

é criança DC não vota

Mesmo verbalizando essa ideia de que, por ser criança, não pode votar, percebe-se sua insatisfação a esse respeito, o que nos leva a compreender que seu desejo é o encadeamento transgressivo:

é criança PT vota

Esse desejo é notado a partir do uso do vocábulo *ultraje*, cuja argumentação interna pode ser representada pelo encadeamento argumentativo *deveria ter o direito PT não lhe é concedido*. Fato que demonstra sua indignação, pois considera o fato de ser americano, ressaltando que tanto crianças quanto adultos americanos deveriam ter o direito de votar.

No segundo quadro, pode-se perceber, na fala de Calvin, que ele apela para um *topos* de um adulto para justificar seu argumento. Esse *topos* representa linguisticamente o exemplo clássico de entimema citado por Voloshinov (2012)⁶⁴, expresso no seguinte enunciado, cujos valores presumidos são conhecidos pela comunidade linguística:

Sócrates é homem, portanto é mortal.

⁶⁴ Ver seção 2.3 desta dissertação.

Os fatores presumidos, isto é, de que todos os homens são mortais e, se Sócrates é um homem, logo ele é mortal, são conhecidos e utilizados na construção do sentido do enunciado pelo interlocutor de um dado diálogo. Da mesma forma, Calvin ativa um *topos* – todos os cidadãos têm direito ao voto. – que justifica seu argumento e completa a construção do sentido do enunciado pelo seu interlocutor:

é cidadão americano PT não tem direito ao voto

A questão de que todos os cidadãos americanos possuem voz ativa na democracia exaltada pelo seu povo fica presumida, porém conhecida por Hobbes, o qual compreende que a tentativa do menino é justificada pelo *topos* de que se é cidadão americano, e ele afirma que é, deveria ter direito a uma representatividade. Quanto a isso, na tira, não há a expressão do ponto de vista de Hobbes, se concorda ou não com o fato de que uma criança deveria ter o direito de votar.

É nos dois quadros finais que se verifica a opinião diferente dos dois personagens em relação ao tema abordado na discussão, o poder de voto. O ponto de vista de Hobbes é expresso no seguinte encadeamento:

querer votar DC estar preocupado com o país

O *topos* que justifica a passagem do argumento para a conclusão, nesse caso, é *todos os votantes preocupam-se com o destino do país* e é construído a partir da situação mediata do personagem Hobbes, que fala de uma posição adulta, com seriedade em relação ao voto e, por isso, o *topos* está baseado na crença comum de que votar é um ato sério de um cidadão que demonstra preocupação com o país e com o bem-estar de seu povo.

No entanto, Calvin, ao compreender o sentido atribuído por Hobbes ao seu argumento, responde negativamente (*querer votar PT neg- preocupação com o país*), explicitando a razão pela qual deseja votar, como se representa no seguinte encadeamento:

querer votar DC querer conseguir um pedaço maior de torta

Utilizando um *topos*, comum de uma criança, de que *o exercício do voto garante benefícios ao votante*, Calvin demonstra sua preocupação consigo mesmo e entende que o voto é utilizado para benefício próprio, diferentemente de Hobbes que compreende o voto como um

ato de benefício coletivo. Dessa forma, pode-se afirmar que o sentido atribuído por cada personagem é diferente, visto que usam *topoi* diferentes como justificativas para as conclusões obtidas dos argumentos.

DISCUSSÃO DA ANÁLISE

A Figura 6 retrata um diálogo entre Calvin e Hobbes sobre o direito de votar e sobre a função do voto, se para benefício de todos, ou se para benefício próprio. A cena acontece em um ambiente neutro, composto apenas pelos personagens e um jornal, que é supostamente lido pelo tigre.

Nos dois primeiros quadros, o menino expressa sua revolta quanto à idade mínima para votar e sobre o direito dos cidadãos americanos ao voto, visto que o país é regido como uma democracia. Dessa forma, mesmo sendo um cidadão americano, Calvin não pode votar, pois tem apenas 6 anos de idade.

Nos dois últimos, é possível perceber o que cada um dos personagens pensa a respeito do voto e para qual finalidade deve ser utilizado: no penúltimo quadro, Hobbes questiona Calvin se ele está preocupado com a direção que o país estava indo; no último, Calvin responde que não, que apenas queria um pedaço maior de torta. Dessa forma, nota-se que Hobbes considera o voto para benefício do povo, com relação à situação do país, uma postura séria e adulta. Por outro lado, Calvin está preocupado apenas consigo mesmo e acredita que deve usar o voto para seu benefício, pois quer um pedaço maior de doce.

Ao passo que se pode compreender uma posição madura de Hobbes, que entende o voto como algo sério, utilizado nas eleições, por exemplo; e que Calvin representa uma criança que quer mais torta, utilizando a “democracia” para tal; é possível notar os diferentes pontos de vista que cada um dos personagens apresenta, demonstrando, assim, sua inserção social e ideológica, o que ressalta que os signos são índices sociais de valor. Dessa forma, temos:

HOBBS: votar DC preocupação com o coletivo

CALVIN: votar DC preocupação consigo mesmo

A partir do encadeamento de Hobbes, podemos notar que ele toma uma postura altruísta, de preocupação com o país, com o coletivo. Em contrapartida, o encadeamento argumentativo *votar DC preocupação consigo mesmo* mostra um caráter egocêntrico de Calvin, ou, até mesmo, oportunista, visto que, de certa forma, exige o direito de voto para que, assim, possa tirar vantagem em seu próprio benefício. Com isso, ressaltamos a presença de dois blocos semânticos diferentes, segundo a TBS: um que representa a postura de Calvin e outro que representa a de Hobbes.

O movimento de construção dos enunciados, na interface das concepções dialógica e argumentativa de linguagem, proposto neste trabalho, é caracterizado pela semelhança metodológica em relação ao movimento de construção do sentido dos enunciados sublinhada nas duas teorias, isto é, parte-se do material linguístico que é concluído uma vez que são explicitados os elementos presumidos pelos enunciados, identificados pelos participantes da interação. Esse fato, segundo Voloshinov, assemelha o enunciado ao entimema, pois uma de suas premissas é apenas presumida e não explicitada. Segundo a ADL, quando propõe a Teoria dos *Topoi*, trata-se da *crença* ou *lugar comum*, chamada de *topos*.

Inicialmente, na figura 6, Hobbes não compreende o ponto de vista expresso por Calvin, quando ele reclama por não ter a permissão para votar. Como mencionado anteriormente, os blocos semânticos que caracterizam cada um dos personagens é diferente (assim como a avaliação dada por eles, segundo a concepção dialógica de linguagem, em relação ao tema, posto que possuem horizontes sociais e ideológicos mediatos diferentes; e, da mesma forma, segundo a ADL *Standard Ampliada*, a garantia de justificativa dada pelos diferentes personagens é feita através de diferentes *topoi*), fazendo com que haja divergência de opiniões. Vale destacar que o entendimento da tira se dá no momento em que fica claro para o interlocutor-leitor que esses blocos são diferentes, após ambos, Calvin e Hobbes, verbalizarem seus pontos de vista, ou seja, para Calvin, o direito de voto e sua importância estão relacionados com a oportunidade de garantir benefícios para si mesmo, enquanto, para Hobbes, o voto, o exercício da cidadania, tem relação com a situação política do país e o rumo que tem tomado, o que demonstra uma preocupação coletiva, e não apenas consigo mesmo.

Sendo assim, o conhecimento desses dois blocos na tira, desses dois pontos de vista expressos, o humor e a reflexão/resposta são instigadas no leitor, uma vez que, a partir dessa familiarização com os sentidos atribuídos aos enunciados, o interlocutor-leitor pode construir seu próprio ponto de vista em relação ao tema e aos personagens, isto é, uma atitude responsiva, que constitui um novo acabamento aos sentidos dos discursos apresentados na tira em questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido nesta dissertação teve como foco principal o movimento que é realizado na construção do sentido dos enunciados. Tal movimento, que é realizado pelos interlocutores involuntariamente, é composto por passos/fatores que, por sua vez, são entendidos diferentemente em teorias linguísticas distintas. No entanto, neste trabalho, procuramos destacar a construção do sentido dos enunciados na interface entre duas concepções de linguagem: a concepção dialógica e a concepção argumentativa.

Assim sendo, o tema abordado propõe um estudo que relaciona essas duas concepções de linguagem no que diz respeito ao movimento de construção do sentido dos enunciados. Para isso, as ideias relativas à concepção dialógica de linguagem, com base em Voloshinov (1929/2009, 1926/2012) e Bakhtin (1952-53/2011); e à concepção argumentativa de linguagem, proposta inicialmente por Oswald Ducrot (1990) e colaboradores, e, na fase atual, da teoria com Marion Carel (2005), foram apresentadas e discutidas.

Vale ressaltar que não foi o intuito deste trabalho propor uma nova teoria ou criticar/rejeitar as ideias de uma das concepções de linguagem em foco. Pelo contrário, a pretensão, ao realizar este estudo, foi a de promover uma discussão acerca da proposta de interface, que serviu como questão norteadora para a realização desta dissertação, sugerida no artigo intitulado *O encadeamento argumentativo como doador de sentido na análise dialógica do discurso e na semântica argumentativa* (GRAEFF; TIMMERMANN, 2014a).

O objetivo geral desta dissertação foi mostrar, através de análises de quatro tiras de Calvin & Hobbes (WATTERSON, 2014), essa interface proposta por Graeff e Timmermann (2014a). No artigo mencionado, foi destacado que o movimento, realizado na concepção dialógica de linguagem, busca em fatores extraverbais presumidos pelos participantes do diálogo a completude do sentido dos enunciados e guarda muita semelhança com o movimento de construção do sentido proposto por Ducrot (1990) na fase *Standard* Ampliada da Teoria da Argumentação na Língua, uma vez que a compreensão do sentido total do enunciado (ou dos predicados que compõem um enunciado), nessa concepção de linguagem, é garantido por um princípio argumentativo comum e compartilhado pelos participantes do discurso, um *topos*.

Os objetivos específicos traçados para a realização deste trabalho foram os seguintes: compreender os fundamentos das duas teorias a respeito da construção do sentido dos enunciados; mostrar a interface proposta entre as teorias nas análises realizadas; sublinhar a contribuição da TBS, no que tange ao entendimento puramente linguístico dos enunciados,

ressaltando o desenvolvimento da teoria, isto é, o processo que conduziu os autores na elaboração da teoria; e apontar para possíveis estudos posteriores no âmbito das duas concepções de linguagem, com vistas às contribuições de uma à outra.

Para realizar o primeiro objetivo específico, no primeiro capítulo desta dissertação, foram discutidas as ideias da concepção dialógica de linguagem, a qual compreende o signo como sendo ideológico, posto que não há significados estáticos ligados às palavras. Pode-se afirmar, segundo essa teoria, que os enunciados/palavras ganham valor real no momento em que são articulados com a situação extraverbal que os cerca. De acordo com Voloshinov (1926/2012), o enunciado concreto pode ser comparado ao entimema retórico (um silogismo do qual uma das premissas é omitida, porém presumida pela comunidade linguística), visto que, assim como o entimema, o enunciado está intrinsecamente ligado a um fator não explícito, mas conhecido pelos interlocutores de determinada interação. Esse fator é o contexto extraverbal, que garante a compreensão total do sentido do enunciado, uma vez que os interlocutores são seres que possuem uma ideologia e são sócio-historicamente situados. Os enunciados, que possuem a característica de sempre responderem a algo, têm o seu sentido construído, então, a partir da compreensão e da avaliação realizadas pelos interlocutores diante de um horizonte espacial comum.

Ainda referente ao primeiro objetivo específico, a Teoria da Argumentação na Língua foi apresentada e comentada no segundo capítulo deste trabalho. A primeira fase da teoria, conhecida como fase *Standard*, apresenta a ideia principal dessa concepção de linguagem, de que o sentido das formas linguísticas está marcado na própria língua, uma vez que afirma que as palavras portam argumentações e o seu sentido é determinado a partir das conclusões que um primeiro segmento (argumento) permite evocar. Com o decorrer dos estudos, Ducrot (1990) acreditou ser necessário incorporar um princípio argumentativo que justificaria a passagem do argumento para a conclusão, sendo esse princípio (chamado de *topos*) encontrado no mundo, uma espécie de crença compartilhada pela comunidade linguística. Com a inclusão dos *topoi* (*topos*, no singular), tem-se a segunda fase da teoria, a fase *Standard Ampliada*. A terceira fase da teoria, considerada a sua versão técnica atual, desenvolvida por Carel e Ducrot (2005), rejeita a inclusão dos *topoi*, posto que busca retomar a base estruturalista da teoria, ou seja, que o sentido dos enunciados não é garantido por fatores alheios à língua, mas é definido por ela mesma. A partir daí, o sentido se dá na interdependência semântica entre os dois segmentos (predicados) de um encadeamento argumentativo, conectados por *donc* ou *pourtant*.

Com o intuito de realizar os outros objetivos específicos citados, foram feitas as leituras das quatro tiras escolhidas como *corpus* de análise desta dissertação. As tiras de *Calvin &*

Hobbes, criadas por Bill Watterson e publicadas originalmente no jornal norte-americano *The New York Times*. A análise da primeira tira proporcionou um debate mais aprofundado da construção dos sentidos dos enunciados, segundo a proposta de interface entre as concepções dialógica e argumentativa de linguagem. As três tiras seguintes foram analisadas seguindo o seguinte processo: a tira em questão foi apresentada, seguida de uma tradução livre, no início de cada seção de leitura/análise; foi descrita a situação imediata (horizonte espacial comum) dos personagens da tira, com base na concepção dialógica de linguagem, e foram situados os contextos mediatos de cada participante do diálogo, o que dá suporte à avaliação da situação realizada pelos personagens em questão, ainda de acordo com o pensamento dialógico; os fatores extralinguísticos presumidos foram explicitados em forma de *topos*, garantindo a conclusão dos enunciados (argumentos); comentamos, por fim, a interface proposta entre as concepções de linguagem, bem como uma leitura argumentativa dos discursos apresentados, com vistas à fase atual da ADL, a TBS, isto é, sem a recorrência aos fatores alheios ao linguístico para a construção do sentido.

Confirmando a questão que norteou o trabalho e alcançando os objetivos específicos traçados, pode-se mostrar, com as análises feitas, que o movimento de construção do sentido dos enunciados se dá a partir do linguístico e é garantido pelos fatores extralinguísticos sugeridos por Voloshinov, que, para Ducrot, na fase *Standard Ampliada* da ADL, é chamado de *topos*. Portanto, há semelhança entre as concepções dialógica e argumentativa de linguagem, no que diz respeito ao movimento de construção do sentido dos enunciados.

Além disso, foi ressaltado que na fase atual da ADL, na TBS, não há apelo a fatores extralinguísticos para garantir a conclusão, uma vez que o sentido é construído na interrelação entre os segmentos do encadeamento argumentativo. Com isso, reiteramos que a completude do sentido, segundo a TBS, se dá na interdependência semântica entre os segmentos dos encadeamentos, posto que um enunciado só é respondido quando há compreensão total do seu sentido, ou seja, quando os segmentos são tomados em conjunto.

Com as análises realizadas, além de provar a exequibilidade da proposta de interface entre as concepções de linguagem, foi possível destacar a contribuição metodológica que a ADL oferece aos estudos da teoria dialógica e, da mesma forma, a contribuição e motivação que a análise dialógica acrescenta aos estudos de Semântica Argumentativa, dessa forma, proporcionando um olhar diferente sobre o tema e sugerindo que novos estudos, a serem realizados no campo da construção do sentido, possam levar em conta o entendimento de que estudos ampliam os horizontes por meio de novas possibilidades e relações, e não, somente, com verdades tidas como absolutas e imutáveis.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BARBISAN, Leci. A produção de discursos argumentativos na escola. *Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 1, n. 2, p. 69-76, jul./dez. 2005.

_____; SILVA, Carmen L. C. Oswald Ducrot. In: FLORES, Valdir et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; GRAEFF, Telisa et al. Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 171 – 224.

_____. A expressão do tempo no discurso. *Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 8, n. 2, p. 152-161, jul./dez. 2012.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean (Org.). *Pesquisas de retórica*. Tradução Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-221.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61-78.

_____. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. 4. ed. Curitiba: UFPR, 2011. p. 61-80.

BUBNOVA, Tatiana. Voloshinov: a palavra na vida e a palavra na poesia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin e o círculo*. Tradução Fernando Legón e Diana Araujo Pereira. São Paulo: Contexto, 2009. p. 31-48.

CAREL, Marion. Pourtant: argumentation by exception. *Journal of Pragmatics*, v. 24, p. 167-188, 1995.

_____. Argumentación normativa y argumentación exceptiva. *Signo e Señá*, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, n. 9, jun. 1998.

_____; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.

_____. O que é argumentar? Tradução Telisa Furlanetto Graeff. *Desenredo* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 1, n. 2, p. 77-84, jul./dez. 2005.

_____. *Argumentation et polyphonie de Saint Augustin à Robbe-Grillet*. L'Harmattan, Paris, 2012. p. 7-58

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DI FANTI, M. G. Bakhtin. In: FLORES, Valdir et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Polifonía y argumentación*. Universidad del Valle. Cali, 1990.

_____. Os topoi na Teoria da Argumentação na Língua. Tradução Rosa Attié Figueira. *Revista Brasileira de Letras*, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1999.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, março, 2005.

_____. *Nouveaux regards sur Saussure*. Genève, Librairie Droz S.A, 2006. p. 155-170.

_____. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.44, n.1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

FARACO, Carlos Alberto. Bakhtin e os estudos enunciativos no Brasil: algumas perspectivas. In: BRAIT, Beth (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001. p. 27-38.

_____. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.

_____. Dialogismo como chave de uma antropologia filosófica. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. 4 ed. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 97-108.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. Teoria da argumentação na língua e compreensão de tema de redação. *Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 1, n. 2, p. 114-126, jul./dez. 2005.

_____; TIMMERMANN, R. S. O encadeamento argumentativo como doador de sentido na análise dialógica do discurso e na semântica argumentativa. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, v. 9, n.1, p. 90-107, jan./jul. 2014a.

_____; TIMMERMANN, R. S. The argumentative sequence as a doner of meaning in the dialogic discourse analysis and in the argumentative semantics. *Bakhtiniana. Journal of Discourse Studies*, v. 9, n.1, p. 100-117, jan./jul. 2014b.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

MCCLOUD, Scott. *Understanding comics: the invisible art*. New York: HarperCollins Publishers, 1994.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 34 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

TEIXEIRA, Marlene. O círculo de Bakhtin e a lingüística: o abstrato e o concreto na constituição do sentido. *Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 1, n. 2, p. 85-98, jul./dez. 2005.

TODOROV, Tzvetan. *Mikhäil Bakhtine: le principe dialogique suivi de écrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981.

VOLOSHINOV, V. N. Le discours dans la vie et le discours dans la poésie: vontribution à une poétique sociologique. In: TODOROV, Tzvetan. *Mikhäil Bakhtine: le principe dialogique suivi de écrits du cercle de Bakhtine*. Tradução Tzvetan Todorov. Paris: Seuil, 1981. p. 181-215.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. Discourse in life and discourse in art: concerning sociological poetics. In: VOLOSHINOV, V. N. *Freudianism: a marxist critique*. Tradução I. R. Titunik. London: Verso, 2012. p. 151-196.

WATTERSON, Bill. *Calvin and Hobbes: Sunday pages 1985 – 1995*. Kansas City: Andrews McMeel Publishing, 2001.

_____. *[Dia perfeito]*. 1. Il, p&b. Disponível em:
<<http://www.gocomics.com/calvinandhobbes/1987/06/30#.U5dFinJdWCA>>. Acesso em: 07 jun. 2014a.

_____. *[Livro atrasado]*. 1. Il, p&b. Disponível em:
<<http://www.gocomics.com/calvinandhobbes/1986/12/26#.U439snJdWCA>>. Acesso em: 07 jun. 2014b.

_____. *[Dia da Independência]*. 1. Il, p&b. Disponível em:
<<http://www.gocomics.com/calvinandhobbes/1987/07/03#.U5TmE3JdWCA>>. Acesso em: 07 jun. 2014c.

_____. *[Cidadão americano]*. 1. Il, p&b. Disponível em:
<<http://www.gocomics.com/calvinandhobbes/2007/07/24#.U5TsfHJdWCB>>. Acesso em: 07 jun. 2014d.